

DGRH/I

CC/IEL

8.1

PASTA Nº 01

Esta pasta que contém comprovantes curriculares de:
MARIA BERNADETE MARQUES ABAURRE GNERRE, numerados /
de 01 a 11, refere-se ao processo nº 3771/75, con-
tratação em nome da interessada.

DGA-11, 10.09.82.

Asilva
NEUZA APARECIDA DA SILVA
Escriturária
LGA - 11

Todos os direitos reservados pela
BRASÍLIA EDITORA S/A
Caixa Postal 667 — Vitória — Espírito Santo

Papel e Serviço Gráfico da Comp. Melhoramentos de São Paulo,
Indústrias de Papel — Rua Tito, 479
São Paulo

ENCICLOPÉDIA
ORGÂNICA DA LÍNGUA
PORTUGUESA

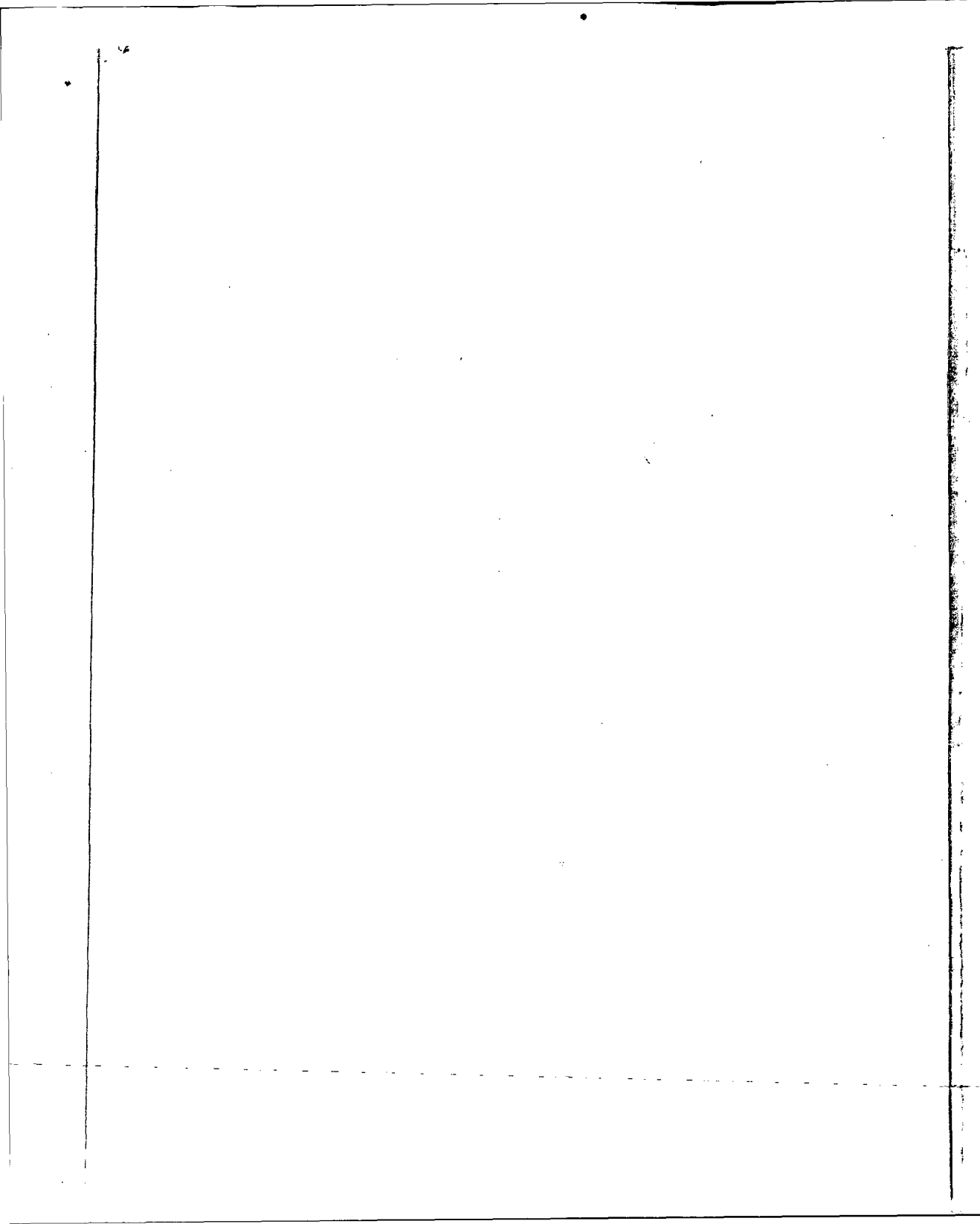
VERBO

2.º VOLUME

TOMO I

Fls. N.º 01
Pasta N.º 01
Rubrica V

BRASÍLIA EDITORA S/A
VITÓRIA — ESPÍRITO SANTO — 1971



MARIA BERNADETE ABAURRE E ACI NÍGRI DO CARMO

Licenciada em Letras (Português-Inglês) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

Ex-Professora de Português no Curso de Formação de Professores do Ensino Comercial do Colégio Americano de Vitória.

Professora do Instituto Brasil-Estados Unidos de Vitória.

Ex-Professora de Inglês do Colégio Sagrado Coração de Maria de Vitória.

Professora de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Bacharel e Licenciado em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Professor de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

Professor de Português por Concurso do Colégio Estadual do Espírito Santo e Escola Normal Pedro II.

Ex-Professor de Português por Concurso do Centro de Ensino Médio de Brasília (1960).

Ex-Diretor da Escola Normal Pedro II e do Ensino Normal no Espírito Santo.

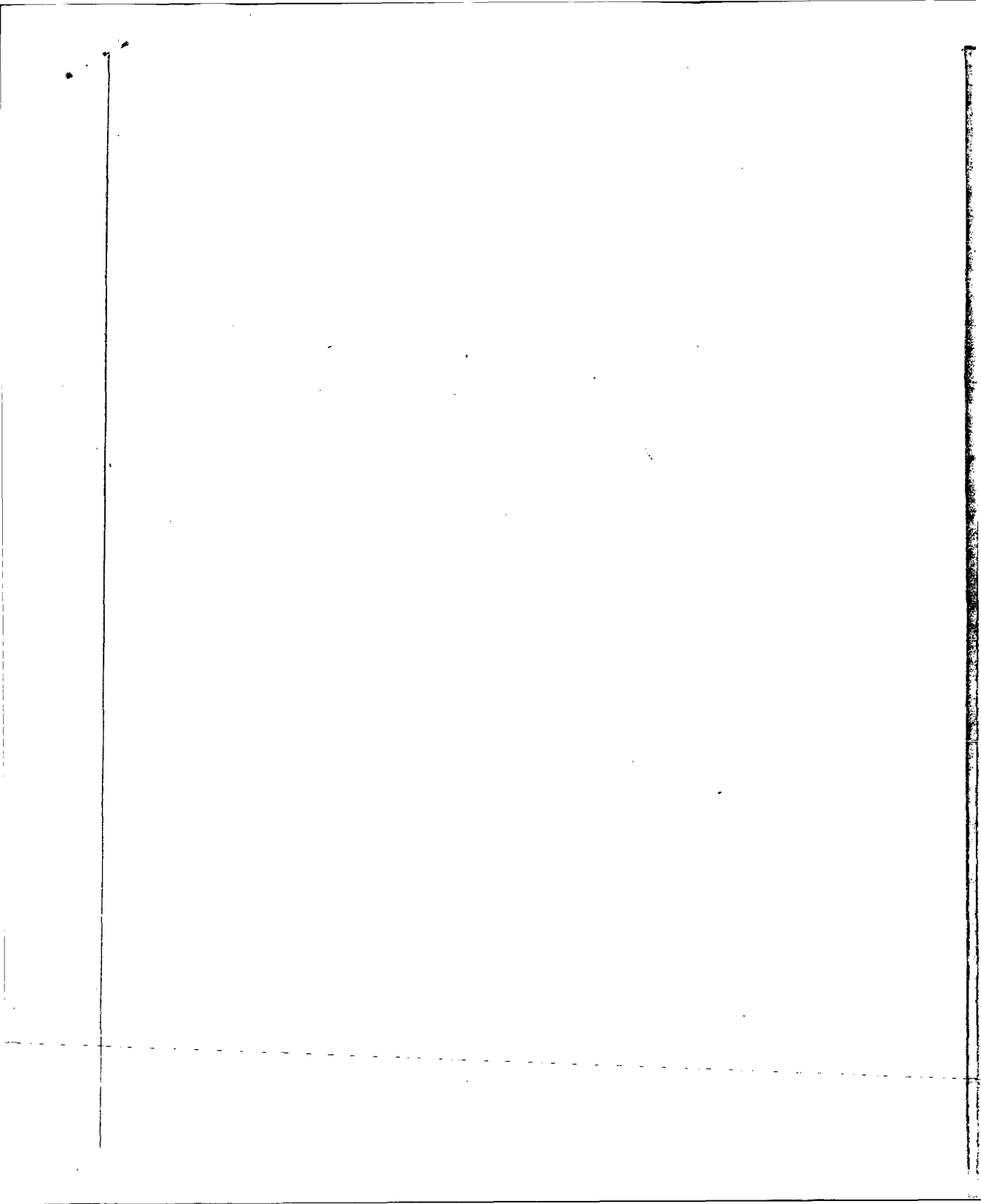
Coordenador-Geral dos Cursos do PREMEM no Estado do Espírito Santo.

COLABORADORES

CARLOS LAET DE OLIVEIRA

JOSÉ LEÃO NUNES

CARLOS DORSCH



ÍNDICE

VERBO

Introdução	11
I — Conceito	15
II — Classificação:	
Regular	19
Irregular	19
Anômalo	19
Defectivo	19
Abundante	19
Auxiliar	21
III — Conjugações	25
Formas rizotônicas e arrizotônicas	26
IV — Formação do verbo	33
V — Flexão verbal	37
Vozes do verbo	47
VI — Locução verbal	55
VII — Conjugação dos verbos:	
1. Conjugação dos verbos Auxiliares:	
ser, estar, ter, haver	56
2. Conjugação dos verbos Regulares	62
Paradigmas dos verbos Regulares	66
3. Conjugação de um verbo na voz passiva	72
4. Conjugação de um verbo essencialmente pronominal (pronomes proclítico)	76
5. Conjugação de um verbo essencialmente pronominal (pronomes enclítico e mesoclítico)	79
6. Conjugação de um verbo com o pronome pessoal oblíquo átono <i>o</i> (e flexões: <i>a, os, as</i>), proclítico	82
7. Conjugação de um verbo com o pronome pessoal oblíquo átono <i>o</i> (e flexões: <i>a, os, as</i>), enclítico e mesoclítico	85
8. Conjugação dos verbos irregulares e dos verbos regulares que apresentam alguma particularidade:	
Verbos irregulares	88
1. ^a conjugação	91
2. ^a conjugação	251
3. ^a conjugação	301

9. Verbos defectivos:	
Introdução:	
A — Observação inicial	445
B — Conceito e classificação	445
Conjugação dos verbos defectivos	448
Verbos abundantes	477
Apêndice	487
1. Verbos que indicam vozes ou ruídos produzidos por animais	487
2. Verbos que indicam ruídos e ações peculiares a certos seres ou objetos	493
3. Relação de alguns verbos essencialmente pronominais	496
4. Palavras pertinentes a outras classes, que foram, originariamente, particípios irregulares de verbos	500
Índice por ordem alfabética dos verbos citados nesta obra	505

VERBO

Fls. N.º 02
Pasta N.º 01
Rubrica J



PUC

DEPARTAMENTO DE LETRAS

I ENCONTRO NACIONAL DE LINGUÍSTICA

CONFERÊNCIAS

Março 1976

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 - ZC-19
Rio de Janeiro - Brasil

O STATUS TEÓRICO DOS "TEMPOS" (VELOCIDADE) DE PRONÚNCIA NA FONOLOGIA GERATIVA NATURAL

Maria Bernadete Marques Abaurre Gnerre - UNICAMP

1. Fonologia Gerativa Natural: uma abordagem concreta

Desde 1968, ano da publicação de The Sound Pattern of English de Chomsky e Halle e de Aspects of Phonological Theory de Postal, duas tendências têm se manifestado nas pesquisas teóricas de fonologia gerativa. Uma corrente admite o uso de formas lexicais muito abstratas a partir das quais podem ser derivadas todas as formas superficiais relacionadas.¹ A outra corrente orienta-se para a limitação da abstração das formas lexicais.² Nesse sentido pronunciou-se Vennemann³, em 1971, propondo restrições muito fortes à abstração das formas lexicais. Essa versão da Fonologia Gerativa passou a ser conhecida, desde então, como "Fonologia Gerativa Natural" (FGN).⁴ As assunções teóricas básicas da FGN, segundo Hooper (1973:21) são:

"a lexicon in which individual lexical items are given phonological shape by distinctive features that have intrinsic phonetic content. [...] a phonological component which contains rules which generate surface forms from underlying forms. The difference between the theories is that [Natural Generative Phonology] is more constrained than [Standard Generative Phonology]. NGP is a less powerful theory, and therefore more highly valued if it can be shown that the analyses selected by NGP make the correct claims about the linguistic data."

A primeira proposta de restrição de abstração foi a Condição Forte de Naturalidade (CFN) proposta por Vennemann (1973). Tal condição requer

que morfemas não alternantes tenham formas subjacentes idênticas a suas representações fonéticas e que morfemas alternantes tenham um dos seus alomorfes superficiais elencados no léxico, sendo os demais alomorfes derivados deste. A escolha do alomorfe básico, a ser incluído no léxico, deve ser determinada ou pela Condição de Ausência de Ordem na aplicação das regras, ou pela própria Condição Forte de Naturalidade, ou por ambas as condições. Mas, em certos casos,

"neither the No-Ordering Principle nor the No-Ordering Principle and the Strong Naturalness Condition together lead to a unique solution of a lexical-representation problem, the lexical representation of a root is that allomorph of the root which occurs in the most basic (most primitive, 'unmarked') semantic category of the paradigm." (Vennemann, 1973:18)

Depois de aplicada com sucesso a alguns dados de línguas específicas, verificou-se, no entanto, que a CFN não era aplicável em certos casos onde a escolha de qualquer dos alomorfes de um morfema alternante, mesmo se baseada no critério semântico acima citado, levaria à formulação de regras não naturais. A fim de obviar o problema, Vennemann propôs então uma versão revista da CFN, Condição Forte de Naturalidade Revista (CFNR) que se constitui na restrição de abstração mais radical possível referente às formas subjacentes, já que requer que o léxico contenha uma lista de todas as palavras da língua, representadas foneticamente⁵. Dada a CFNR, as regras da gramática passam a funcionar, em grande parte, como regras de redundância.

Uma consequência direta da adoção de uma teoria fonológica que trabalhe seja com a CFN seja com a CFNR, é o acúmulo de informações

redundantes ao nível das representações lexicais; cf. Hooper (1973: 22):

"in Transformational Generative Grammar some of the redundant information is abstracted out of the lexical forms and stated in phonological rules [...]. In Natural Generative Grammar the generalizations that may be formulated about the phonological properties of the forms of the language are stated in phonological rules; these rules apply vacuously to lexical forms; and in a generative capacity to derived forms."⁶

A respeito das regras e da maneira como devem ser entendidas em FGN, observa-se que:

"In NGG the emphasis is on seeking the explanation for phonological phenomena, and writing grammars in such a way that the explanation is contained in the description. For this reason a distinction is made between rules which are entirely phonetically motivated, phonological rules, and rules which have some morpho-syntactic motivation, morphophonemic rules. TGG failed to make this distinction, and [...] this failure has created many of the problems TGG phonology faces.

These two classes of rules have different characteristics. NGG makes the very strong claim that phonological rules, which are phonetically motivated, are exceptionless (Vennemann, 1971a). Because phonological rules are not extrinsically ordered, their phonetic motivation is always observable at the surface phonetic level, and all surface

phonetic forms must conform to the constraints expressed in the phonological rules. The phonological rules describe the phonological aspects of a language that are unavoidable: those conditions that must be met in order for an utterance to be, on a phonetic level, a well-formed utterance of that language [...]. On the other hand, a morphophonemic rule applies to a morphological class or category, changing phonological features, but not in a purely phonetic environment. Morphophonemic rules may have exceptions; in fact they usually do."⁷

Na citação acima faz-se menção ao fato de que as regras fonológicas não são ordenadas extrinsecamente. De fato, uma das assunções teóricas da FGN é a de que as regras se aplicam em ordem sequencial casual, i.e., uma regra se aplica todas as vezes que a sua descrição estrutural for satisfeita. Como na FGN a ordenação extrínseca não é permitida, sempre que uma regra deve ser ordenada com relação a outra as duas devem ser formuladas de tal modo que a sua ordem de aplicação seja intrínseca (i.e., as regras devem ser formuladas de modo a que a ordem de aplicação seja determinada pelo próprio conteúdo das regras, e não imposta arbitrariamente pelo analista).

As duas condições fortes que governam as análises em FGN, viz., a Condição de Ausência de Ordem na aplicação das regras e uma das versões da CFN imposta às representações lexicais, constituem-se nos dois princípios diretamente responsáveis pelo fato de ser a FGN uma teoria fonológica muito mais restrita e menos forte do que a FGS.

Importante é ainda notar um dos aspectos que distinguem as duas

teorias. Vimos já que a FGN distingue entre regras que têm uma motivação puramente fonética (regras fonológicas) e regras que são, por outro lado, condicionadas por traços morfo-sintáticos (regras morfofonêmicas)⁸. Vimos ainda que a FGS não faz tal distinção. Comparando as duas teorias, vê-se que ambas propõem praticamente o mesmo tratamento para os processos fonológicos que têm um condicionamento puramente fonético (Abaurre, 1974:). A diferença relevante entre as duas teorias evidencia-se somente quando se consideram alternâncias que não apresentam uma motivação fonética (i.e., alternâncias morfofonêmicas). Cf., a respeito, Hooper (1973:30):

"NCG and TCG make essentially the same claims as regards phonetically motivated processes. The difference between the theories lies in the derivation of morphophonemic alternations [...]; the alternations that NCG would describe directly as a function of morphological categories, TCG describes as a result of abstract phonological representations and ordered rules."⁹

Não me deterei aqui na discussão das previsões feitas pelas duas teorias com relação a certos aspectos do português que envolvem alternâncias do tipo morfofonêmico. Limitar-me-ei a indicar que no caso dos plurais, por exemplo, as análises propostas dentro do quadro teórico da FGS propõe-se a dar conta das alternâncias por meio da aplicação de regras extrinsecamente ordenadas a representações fonológicas em alguns casos extremamente abstratas. (Cf. e.g., Hensey, 1968; Saciuk, 1970; N. St. Clair, 1971; Brantington, 1971; Abaurre, 1973a, 1973b). Tais análises caracterizam-se por uma grande simplificação da morfologia do português, mas tal simplificação é obtida co-

no resultado da transferência de toda a complexidade morfológica para o componente fonológico da língua. Uma análise dos mesmos dados de acordo com os princípios da FGN, nos levaria a considerar a complexidade como morfológica, no caso, resultado da aplicação de regras morfofonêmicas e não fonológicas. Im Abaurre (1974) foram examinados dados relativos ao plural em português, tendo sido também discutidas as análises possíveis para esses dados em FGS e FGN. A conclusão foi então de que a FGS e a FGN, por proporem soluções diferentes para o problema e por assumirem que a complexidade é função de áreas diferentes da gramática (FGS- complexidade fonológica; FGN- complexidade morfológica), fazem afirmações implícitas conflitantes a respeito da competência do falante nativo do português. Considero mais adequada a hipótese da FGN de que a complexidade é morfológica, e que explicaria a dificuldade que o plural de certos nomes apresenta para os falantes nativos. Trata-se aqui, evidentemente, de uma questão de verificação empírica.

Na seção seguinte pretendo examinar o problema das representações lexicais para o português com base na CFNR, levando-se em conta as várias velocidades de pronúncia em que um mesmo item pode ser produzido.

2. Velocidades de pronúncia e fonologia concreta.

Repetimos abaixo, para facilidade de exposição, a Condição Forte de Naturalidade:

- (1) O léxico contém uma lista de todas as palavras da língua, representadas em fonética superficial. As regras da gramática funcionam principalmente como regras de redundân-

cia.

Considerando-se a possibilidade de uma análise do português com base em uma versão da FGN que requer representações lexicais governadas pela CFNR (1), coloca-se de saída um sério problema,¹⁰ a saber: dadas as velocidades de pronúncia relevantes para o português, a de escolha da velocidade que fornecerá as palavras a serem representadas foneticamente no léxico.

Para fins do presente trabalho considerarei a classificação dos "estilos" (velocidades) proposta por Harris (1969) para o espanhol como uma hipótese adequada também para o português. Harris identifica quatro velocidades para o espanhol, denominando-as com base na terminologia musical dos "tempos":

(2) Largo: very slow, deliberate, overprecise; typical of, say, trying to communicate with a foreigner who has little competence in the language, or correcting a misunderstanding over a bad telephone connection.

Andante: moderately slow, careful, but natural; typical of, for example, delivering a lecture or teaching a class in a large hall without electronic amplification.

Allegretto: moderately fast, casual, colloquial. In many situations one might easily alternate between andante and allegretto in mid-discourse or even in mid-sentence.

Presto: very fast, completely unguarded. (pág. 7)

O interesse em demonstrar a relevância das velocidades para as análises fonológicas é antes de tudo de ordem teórica. A hipótese geral é de que existe mais de uma velocidade fonologicamente relevante para o português. No momento não tenho condições de afirmar quantas

são exatamente essas velocidades, não quais as variações irrelevantes dentro do sistema e no plano individual. O que me parece relevante para uma discussão teórica é a necessidade da formalização da noção "velocidade de pronúncia" e sua incorporação na descrição estrutural das regras fonológicas, qualquer que se demonstre ser o número das velocidades para a língua. Parece-me evidente que uma identificação do número de velocidades terá que se basear em acurado estudo experimental. Pressupõe também a existência de critérios específicos de "medida" das velocidades e de determinação das diferenças fonologicamente significativas e variações não pertinentes. As considerações que farei a seguir, com base nas quatro velocidades propostas para o espanhol por Harris, não implicam necessariamente a afirmação de que são essas efetivamente as velocidades relevantes para o português. Estudos experimentais podem revelar um número maior ou menor de velocidades, e é possível que os resultados sejam diferentes para dialetos diversos. Penso, portanto, que as considerações de ordem teórica que me levaram a discutir o problema das velocidades de pronúncia dentro do quadro da FGN poderão ser consideradas válidas, quaisquer que sejam os resultados de pesquisas experimentais nessa área. Vale ainda ressaltar que a FGN, como consequência direta da incorporação de um princípio teórico como a CFNR, reconhece implicitamente a interrelação entre fatores sociolinguísticos e problemas de ordem fonológica.

Considerem-se, então, os seguintes fatos:

- a) A FGN é uma teoria que requer a representação fonética das palavras no léxico;
- b) Por hipótese, existem pelo menos quatro velocidades relevantes de pronúncia no português (cf. (2));

- c) Pode haver variação fonética no âmbito de uma mesma palavra quando o falante muda de velocidade (de fato, é a variação fonética que determina, juntamente com certos contextos sociolinguísticos específicos, a existência das quatro velocidades identificadas em (2)).

Dados a, b e c acima, a FGN deverá:

- (3) (i) Propôr que todas as palavras sejam representadas foneticamente no léxico, em todas as velocidades relevantes de pronúncia;

ou:

- (ii) Fornecer um princípio motivado para a escolha de uma das velocidades como fornecedora das palavras a serem representadas no léxico.

A proposta (3) (i) pode ser excluída como possibilidade devido à repetição intuitivamente desnecessária que acarretaria para o léxico da língua. Além disso, enquanto parece ser possível identificar sem problemas as palavras em largo e andante (e não devemos nos esquecer de que em FGN é a palavra que se constitui na unidade significativa em termos de representações lexicais), seria muito difícil representar a ocorrência dos mesmos itens em allegretto e presto devido ao grande número de regras de sandhi características dessas duas velocidades. Parece não ser possível, portanto, sem excessiva complicação, ter um léxico composto de todas as realizações fonéticas nas quatro velocidades. A alternativa que se apresenta, então, é a proposta (3) (ii). Nesse caso, dado que serão representadas as formas de uma das velocidades, apenas, a questão se coloca: qual das velocidades deve ser escolhida como básica, e qual a motivação para

a escolha? Argumentarei a seguir em favor da escolha da velocidade largo, a mais alta na hierarquia proposta em (2), como determinante das representações fonéticas a serem incorporadas no léxico. Minha escolha baseia-se principalmente nas observações que se seguem.

As formas em largo têm realmente uma manifestação fonética para todos os falantes da língua, quando se apresenta o contexto sociolinguístico adequado, e podem, por conseguinte, ser vistas como a possibilidade máxima de explicitação fonológica por parte dos falantes de um mesmo dialeto. A escolha da velocidade largo como básica não significa, portanto, que se esteja incluindo qualquer informação abstrata no léxico. É ainda importante ressaltar que a escolha de largo torna mais fácil a formulação das regras para a derivação das formas nas outras três velocidades. Parece-me que a derivação de velocidades mais lentas a partir de velocidades mais rápidas resultaria na formulação de regras não naturais, na maioria dos casos. Em outros casos (regras de inserção de sílabas, por exemplo), parece-me inclusive impossível formular certas regras, já que teriam que prever a inserção de material fonético recuperável a partir de formas básicas em velocidades mais rápidas. Com base nessas observações exclui-se a velocidade andante como básica porque embora a derivação das duas velocidades mais rápidas não constitua problema a partir da escolha dessa velocidade, a derivação das formas em largo seria teoricamente mais problemática, uma vez que exigiria a formulação de regras não naturais. Quanto às formas em allegretto e presto, embora ocorram com mais frequência do que as formas em largo e andante, não representam uma boa escolha para o léxico por motivos já expostos acima. Essas duas velocidades constituem-se no do-

mínio ideal para a ocorrência de fenômenos de sandhi e se quisermos manter que são as palavras as unidades de representação lexical, a escolha de qualquer dessas duas velocidades nos levaria à perda de material fonológico relevante para a formulação natural e adequada das regras fonológicas.

Proponho, portanto, que em uma análise fonológica em FGN os itens lexicais sejam representados foneticamente conforme ocorrem em largo, sendo as representações fonéticas dos mesmos itens nas outras três velocidades derivadas por regras.¹¹

Discutirei a seguir alguns dados do português (dialeto capixaba)¹² que parecem estar diretamente relacionados com o problema das velocidades de pronúncia que vimos considerando. No dialeto em questão, uma palavra como teatrinho pode ocorrer foneticamente em uma das formas seguintes:

(4)	<u>velocidades</u>	<u>formas fonéticas</u>
	largo	[ʔiatríno] ¹³
	andante	[ʔiatrínu]
	allegretto	[ʔatrínu]
	presto	[ʔatrí:]

Tomando-se a forma em largo, [ʔiatríno], como representação lexical desse item, temos que dar conta da ocorrência das formas nas demais velocidades. Inicialmente, porém, é necessário formular regras fonológicas redundantes, que se aplicam vaguamente à forma lexical em questão, e que se constituem em meras "afirmações" das redundâncias fonológicas na própria velocidade largo. Tais regras podem ser denominadas, talvez, regras de afirmação de redundâncias fonológicas, e sua função específica é a de especificar as restrições

fonotáticas da língua. São regras foneticamente motivadas e transparentes a partir da representação lexical (i.e., o ambiente que condiciona sua aplicação deve ser identificável a partir das representações lexicais).

Apresentarei a seguir as duas regras fonológicas redundantes que se aplicam à representação lexical [ɛiatríno]. As regras foram formuladas com base na minha competência de falante nativo do dialeto capixaba. Note-se que a formulação de tais regras requer, a rigor, a inspeção prévia de um grande número de representações lexicais no mesmo dialeto, dado que somente por meio de tal procedimento é possível chegar a uma formulação adequada das restrições fonológicas relevantes. Para fins do presente trabalho tal procedimento não foi seguido com o rigor esperado, e a formulação das regras não deve, portanto, ser encarada como uma proposta definitiva.

As regras fonológicas (com motivação puramente fonética) que se aplicam à forma em largo parecem ser:

(5) a) Representação lexical:

[ɛiatríno] (Largo)

b) Regras de afirmação de redundâncias fonológicas:

PALATALIZAÇÃO:

$$\begin{bmatrix} + \text{ cons} \\ - \text{ vcc} \\ - \text{ cont} \\ + \text{ coronal} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} + \text{ satura} \\ \text{ retardada} \end{bmatrix} / \text{---} \begin{bmatrix} \text{V} \\ - \text{ post} \\ + \text{ alta} \end{bmatrix} \quad 14$$

NASALIZAÇÃO:

$$\begin{bmatrix} - \text{ cons} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} + \text{ nasal} \end{bmatrix} / \text{---} \begin{bmatrix} + \text{ nasal} \end{bmatrix} \quad 15$$

Na medida em que as regras de palatalização e nasalização constituem-se apenas em afirmações de redundâncias fonológicas, elas não possuem nenhuma capacidade gerativa. Simplesmente especificam restrições fonotáticas válidas para o dialeto capixaba. Uma comparação com a fonologia estrutural nos levaria a dizer, por exemplo, que é pelo fato do falante possuir tais regras que ele é capaz de abstrair os segmentos que têm valor distintivo na língua, e de determinar a ocorrência de variantes posicionais.

Se quisermos, no entanto, dar conta das ocorrências fonéticas do mesmo item teatrinho nas demais velocidades de pronúncia (cf. (4)), será necessário introduzir em FGN uma série de regras fonológicas com capacidade gerativa, que servirão para derivar cada forma, em cada velocidade, a partir da forma básica em largp. Note-se que a indicação das quatro velocidades deverá ser formalmente incorporada à teoria da FGN, se quisermos manter que o princípio da ordem sequencial casual na aplicação das regras fonológicas é válido também com relação às regras fonológicas com capacidade gerativa. Será necessário então incluir condições em certas regras que bloquearão sua aplicação caso a velocidade não seja a indicada. Uma vez que tais condições das regras fonológicas constituem, por definição, parte da sua descrição estrutural, podemos afirmar que o princípio da aplicação sequencial casual das regras se mantém, mesmo no caso das regras com capacidade gerativa que formularemos a seguir. A incorporação formal da noção de velocidade de pronúncia como condição de aplicação dessas regras permite-nos manter o princípio de que elas se aplicam sem ordem extrínseca, e sempre que sua descrição estrutural for satisfeita. (As regras que não apresentam condições referen-

tes a velocidades específicas de produção e aplicação, obviamente, às formas em todas as velocidades, satisfazendo às suas descrições estruturais).

Considerando-se os dados das quatro velocidades em (4), são necessárias, além das regras de redundância propostas em (5), as seguintes regras com capacidade gerativa:

- (6) c) Regras fonológicas (gerativas) que derivam, a partir da forma lexical básica em largo, as representações fonéticas nas demais velocidades:

LEVANTAMENTO DE VOGAIS:

$$\begin{bmatrix} V \\ - \text{baixa} \\ - \text{acento} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} + \text{alta} \\ - \text{tensa} \end{bmatrix} / \text{---} \#$$

CONDIÇÃO: velocidade é [- largo]

QUEDA DE VOGAL:

$$\begin{bmatrix} V \\ - \text{post} \\ + \text{alta} \\ - \text{acento} \end{bmatrix} \longrightarrow \emptyset / \left. \begin{array}{c} \text{C} \\ \text{J} \\ \text{S} \\ \text{N} \end{array} \right\} \text{---}$$

CONDIÇÃO: velocidade é $\begin{bmatrix} - \text{largo} \\ - \text{andante} \end{bmatrix}$

QUEDA DE SÍLABA FINAL NÃO ACENTUADA:

Não apresentarei aqui uma formalização desta regra, que parece ser característica da velocidade presto. Parece haver uma série de ambientes condicionadores da sua aplicação, mas também várias restrições. Como não foi ainda realizada uma

análise exaustiva dos ambientes de junção onde a queda de sílaba pode ocorrer, prefiro no momento limitar-me a indicar que tal regra deve ser incorporada à gramática, para dar conta, e.g., de dados como [ãtri:], sem no entanto apresentar uma tentativa de formalização. Dentro do modelo de análise que vimos considerando, a regra de queda de sílaba final não acentuada deverá incorporar em sua descrição estrutural a condição seguinte:

CONDIÇÃO: velocidade é [+ presto]

3. Conclusão

No início da seção 2. apresentamos os dados empíricos constituídos pelas várias velocidades de pronúncia como um possível problema de ordem teórica para a FGN. Parece, no entanto, tratar-se de um falso problema, já que é possível dar conta das ocorrências fonéticas em cada uma das velocidades sem que seja necessário introduzir nenhuma modificação básica no quadro teórico da FGN apresentado sumariamente na seção 1. Em conclusão: formulando-se regras como as propostas em (5) e (6) acima, pode-se ainda manter que as palavras são representadas foneticamente no léxico, e conseqüentemente a Condição Forte de Naturalidade Revista é válida em sua formulação original (cf. (1)). A inovação proposta para dar conta dos dados é a incorporação formal da noção "velocidade de pronúncia" na descrição estrutural das regras fonológicas. Optei aqui por uma formalização de tal noção em termos de valores binários aplicáveis às velocidades consideradas relevantes para o português, e incorporáveis à descrição estrutural das regras fonológicas sob forma de condições de aplicação. Esta foi uma possibilidade de formalização que me pa-

receu adequada, mas é possível que haja outras possibilidades mais adequadas de formalização da noção de "velocidade de pronúncia". Como já mencionei anteriormente, a finalidade principal deste trabalho é demonstrar a necessidade de formalização de tal noção em uma teoria fonológica concreta como a FGN.

O fato de termos que incorporar a noção formalizada de "velocidade de pronúncia" à teoria fonológica não parece constituir complexidade desnecessária, uma vez que as várias velocidades de pronúncia e processos fonológicos por elas condicionados são empiricamente observáveis e devem por conseguinte ser levados em conta se quisermos identificar todos os ambientes relevantes para a manifestação de processos fonológicos e chegar a uma análise empiricamente adequada de tais processos. Não vejo possibilidade de explicar os dados mencionados em (4), dentro do quadro teórico da FGN, sem que o modelo incorpore formalmente a noção de "velocidade de pronúncia".

NOTAS

1. Essa corrente é muito bem representada pelos dois livros citados no texto e pelos livros de S. Schane (1968) sobre a fonologia e morfologia do francês e de J. Harris sobre a fonologia do espanhol (1969).
2. As primeiras propostas nesse sentido são as de Kiparsky (1968). Sobre o problema da abstração das formas lexicais desenvolveu-se um caloroso debate. Para uma apresentação dessa discussão veja-se Guerre (1975).
3. A comunicação intitulada "fonologia Gerativa Natural" lida duran-

te a reunião anual da Linguistic Society of America em Saint Louis, Missouri, em dezembro de 1971.

4. Ulteriores elaborações e propostas baseadas na FGN foram apresentadas por Vennemann (1971, 1972a, b, c, d, 1973, 1974) e Hooper (1972, 1973, 1974). Cf. também a coletânea de trabalhos editada por A. Eruck, R.A. Fox, M.W. La Galy (1974). Para uma abordagem de problemas fonológicos do português em FGN cf. Abaurre (1974).

5. Para uma discussão recente sobre o status das palavras como os elementos fonológicos primitivos (constituíntes das entradas lexicais), cf. Hooper (1974).

6. Grifo meu.

7. Grifo meu.

8. A FGN reconhece ainda uma terceira categoria de regras, denominadas em ingl. via-rules (espécie de regras de relacionamento sincrónico), que se aplicam a itens lexicais reconhecidos pelo falante nativo como fonologicamente relacionadas em virtude de um relacionamento semântico (e.g., irmão/irmanar, pão/paderia, etc.). Não nos ocuparemos aqui da maneira como são formuladas as via-rules e nem do seu escopo de aplicação, ressaltando apenas, para o momento, que as gramáticas individuais podem variar com relação ao número de via-rules que incorporam.

9. Grifo meu.

10. Em princípio o problema seria o mesmo para qualquer língua a ser estudada, embora pareça verdade que as velocidades de pronúncia em algumas línguas condicionem de maneira mais drástica do que em outras

a ocorrência de certos processos fonológicos (cp., e.g., o português e talvez o italiano standard, respectivamente; para o italiano cf. Gnerre (1974)).

11. Note-se que em uma teoria como a FGS, que permite um grau elevado de abstração nas representações lexicais, o problema da escolha de uma das velocidades de pronúncia como básica não é relevante, já que tal modelo teórico não incorpora nenhuma condição como a CFNR (ou similar) que requer a representação lexical das palavras em termos fonéticos. Em FGS espera-se, inclusive, um certo grau de abstração no nível fonêmico sistemático. Isso não significa, no entanto, que a FGS pode deixar de lado o problema das velocidades de pronúncia, já que estas são empiricamente observáveis e determinam, em muitos casos, a ocorrência de processos fonológicos diversos.

12. Por dialeto capixaba entendo aqui a variedade de português falada em Vitória (E.S.) e provavelmente em outras áreas do estado. Os dados aqui apresentados são representativos de minha competência de falante nativo desse dialeto.

13. Pode ser que alguns falantes produzam a forma [teatrĩpo] em largo, o que poderia ser explicado como influência da ortografia, ou talvez (mas menos provavelmente) como influência de outros dialetos. O fato é que tal forma não pode ser escolhida como representativa da velocidade largo no léxico, porque tem ocorrência real somente para um número limitado de falantes do dialeto, tendo necessariamente que ser interpretada como uma abstração para a maioria dos falantes, que nunca produziriam [teatrĩpo]. A forma [čiatrĩpo], por outro lado, é foneticamente real para todos os falantes do dialeto, mesmo para aqueles que podem ocasionalmente produzir [teatrĩpo] em circunstâncias

especiais.

14. Os traços distintivos utilizados na formulação das regras são os propostos por Chomsky e Halle (1968).

15. A regra de nasalização redundante, conforme formulada, dá conta apenas do caráter nasal do segmento não consonantal que precede segmentos nasais. É possível que tal regra tenha que ser formulada com capacidade gerativa em alguns casos, para dar conta de uma nasalização que ocorre em velocidades mais rápidas e não nas mais lentas.

Um dado como canisa, por exemplo, parece indicar que o problema da nasalização deve ser tratado por meio de duas regras, uma de afirmação de redundância como em (5), aplicável a todas as velocidades, e outra com capacidade para derivar a forma nasalizada a partir de uma representação lexical em largo, não nasalizada. O item canisa parece ser realizado em largo e andante como [kamízɐ], e em allegretto e presto como [kãmízɐ]. Se os dados confirmarem tal hipótese, será necessário identificar os ambientes exclusivos da regra de nasalização redundante e da regra que deriva segmentos não consonantais nasalizados a partir da forma em largo, não nasalizada.

BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE, M.B.M., 1973a, Identidade de representações básicas e fatores de diferenciação superficial no Componente Fonológico de Línguas Cognatas, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- _____, 1973b, "Nasality in Portuguese: a critical consideration"

ion of a process on English for mixed diphthongs", trabalho não publicado, SUNY/ Buffalo.

- _____, 1974, "Some cases of Plural formation in Portuguese: a Natural Approach", trabalho não publicado, SUNY/ Buffalo.
- BRASINGTON, R.W.P., 1971, "Noun Pluralization in Brazilian Portuguese", in Journal of Linguistics 7, 151-77.
- BRUCK, A., FOX, R.A., LA SALLE, R.W., 1974, Papers from the Parasession on Natural Phonology, Chicago.
- CHOMSKY, N., HALLE, M., 1968, The Sound Pattern of English, New York.
- GNARE, N., 1974 "La velocità di pronuncia e le loro implicazioni per la teoria fonologica generativa", in Atti dell'VIII Congresso della Società di Linguistica Italiana. Aspetti Sociolinguistici dell'Italia contemporanea, Roma, [1974].
- _____, 1975 "La fonologia generativa: formazione della teoria e tendenze recenti", in Introduzione alla teoria fonologica, de B. Harris, Roma.
- HARRIS, J., 1969 Spanish Phonology, Cambridge, Mass.
- HENSEY, F., 1968 "questões de fonologia gerativa: as regras de pluralização", in Estudos Linguísticos, 3, 1-18, São Paulo.
- HOOPER, J.B., 1972, "Constraints on vowel insertion and deletion", trabalho apresentado no encontro de verão da LSA, Chapel Hill, N.C.
- _____, 1973, Aspects of Natural Generative Phonology, dis-

- serto, do qual consta de 27 microfichas, Ann Arbor, University Microfilms.
- _____, 1974, "On phonological representations in the lexicon", trabalho não publicado, TOKY/Buffalo.
- KIPARSKY, P., 1968, "How abstract is phonology", Bloomington, Indiana (mimeogr.).
- N. St. CLAIR, R., 1971, "The Portuguese Plural Formation", in: Linguistics, an International Review, 68, 98-102, Haia.
- POSTAL, P., 1968, Aspects of Phonological Theory, New York.
- SACIUK, B., 1970, "Some Basic Rules of Portuguese Phonology", in: J.M.Sadock e A.L.Vanek (eds.), Studies Presented to Robert B.Lees by his Students, Champaign.
- SCHANE, S., 1968, French Phonology and Morphology, Cambridge, Mass.
- VENNEMANN, T., 1971a, "Natural Generative Phonology", comunicação lida durante a reunião anual da Linguistic Society of America, St. Louis, Missouri.
- _____, 1971b, "Vowel alternations in English, German and Gothic: remarks on realism in phonology", mimeogr., Univ. of California, Los Angeles.
- _____, 1972a, "Phonetic analogy and conceptual analogy", in: Vennemann e Wilbur, 1972, Schuchardt, the Neogrammarians and the transformational theory of phonological change, Frankfurt am Main.
- _____, 1972b, "Phonological uniqueness in natural generative grammar", in: Glossa 6, 105-16.
- _____, 1972c, "On the theory of syllabic phonology", in: Lin-

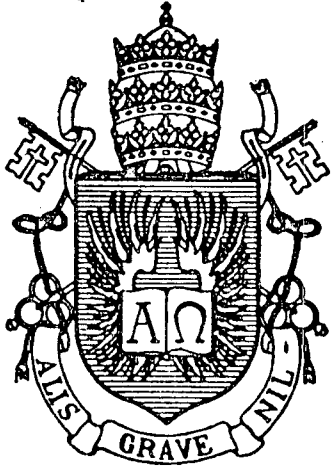
linguistische Berichte 10, 1-18.

_____, 1972d, "Rule Inversion", in: Lingua 29, 209-42.

_____, 1973, "Phonological concreteness in natural generative grammar", in: Shuy, R. e Bailey, E.J., 1973, Toward Tomorrow's Linguistics, Washington, D.C.

_____, 1974, "Restructuring", in: Lingua 33.

Fls. N.º 03
Pasta N.º 01
Rubrica #



PUC

DEPARTAMENTO DE LETRAS

II ENCONTRO NACIONAL DE LINGUÍSTICA

CONFERÊNCIAS

Outubro 1977

D. I. E.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 - ZC-19
Rio de Janeiro - Brasil

SIMPLIFICAÇÃO E COMPLICAÇÃO DE ESTRUTURAS SILÁBICAS NO
PORTUGUÊS: DUAS TENDÊNCIAS EM CONFLITO?

Maria Bernadete Marques Abaurre Gnerre - UNICAMP

Teorias mais recentes de fonologia (Stampe, D., 1973; Anderson, S., 1974; Hooper, J., 1976), elaboradas a partir de críticas a certos princípios e métodos da Fonologia Gerativa Standard (Chomsky, N. e M. Halle, 1968), retomam a preocupação com o status teórico da sílaba como unidade fonológica significativa, preocupação esta já explicitamente manifesta em análises fonológicas pré-gerativistas. As junturas silábicas (§), praticamente ignoradas pela Fonologia Gerativa Standard, têm sua incorporação proposta explicitamente nas representações fonológicas subjacentes e na descrição estrutural das regras fonológicas pelas chamadas teorias de Fonologia Natural. A possibilidade de reformulação de um grande número de regras fonológicas em termos de junturas silábicas tem conseqüências interessantes, pois em alguns casos parece ser justamente a posição de determinados segmentos na sílaba o fator condicionante de certos processos fonológicos.¹

A regra que dá conta da alternância l/w (ma[l]es - pl : ma[w] - sg) em certos dialetos do português do Brasil vem geralmente formulada, em termos de Fonologia Gerativa Standard, como:

$$(1) \begin{bmatrix} + \text{ cons} \\ + \text{ voc} \\ + \text{ cont} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} - \text{ cons} \\ - \text{ voc} \\ + \text{ post} \end{bmatrix} / \text{---} \left\{ \begin{array}{c} C \\ \# \\ \# \end{array} \right\}$$

(1 \longrightarrow w diante de consoante ou em final de palavra)

Uma formulação alternativa para (1), onde se faz menção explícita à juntura silábica na descrição estrutural da regra, seria:

$$(2) \begin{bmatrix} + \text{ cons} \\ + \text{ voc} \\ + \text{ cont} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} - \text{ cons} \\ - \text{ voc} \\ + \text{ post} \end{bmatrix} / \text{---} \text{ §}$$

o que permite, além da simplificação da própria formulação, uma possível explicação para o processo mesmo da mudança de uma lateral em um glide nesse ambiente, em termos das teorias de estruturação silábica conhecidas. Assim, baseando-nos, por exemplo, na teoria da sílaba proposta em Hooper (1976) e na sua escala de força para os segmentos, torna-se possível explicar o processo descrito em (2) como o resultado da tendência que manifestam esses dialetos de simplificar certas estruturas silábicas.² Com efeito, as sílabas travadas por glides são consideradas menos complexas do que as travadas por líquidas, constituindo-se nas sílabas travadas menos complexas possíveis conforme propostas de tipologias universais para as estruturas silábicas.

É trabalhando com a sílaba e com as posições que nela podem ocupar os membros das várias classes de segmentos, que verificamos a insuficiência de uma teoria de marca como a proposta na teoria standard de Chomsky e Halle (1968), baseada em critérios de ordem essencialmente paradigmática.³ Damos-nos conta, ao mesmo tempo,

da necessidade de desenvolver uma teoria de marca definida em termos sintagmáticos, que não exclui a necessidade de definição do conceito de marca paradigmática, mas que necessariamente o complementa.

Poderíamos enumerar vários outros processos fonológicos do português que justificam uma análise fonológica baseada na sílaba. Tal não é, no entanto, o propósito desta comunicação. Pretendemos aqui examinar dois processos fonológicos da língua, apenas, à luz de propostas universais sobre a tipologia da sílaba. Os dois processos, operantes em ambientes segmentais análogos e em certos casos idênticos, levam a resultados aparentemente conflitantes, visto que um leva à simplificação de certas estruturas silábicas, ao passo que o outro determina uma aparente complicação dessas mesmas estruturas.

A ênfase, na consideração dos dados relativos aos processos em questão, será dada sobretudo à discussão de um problema teórico de alcance mais geral: até que ponto é lícito afirmar que a tendência à simplificação e a tendência à complicação das estruturas silábicas são tendências realmente conflitantes? Ou ainda: até que ponto podem essas duas tendências ser vistas como naturais quando se manifestam, ambas, em um mesmo dialeto, e até mesmo em um mesmo idioma?

Os processos fonológicos que examinaremos a seguir referem-se ao dialeto capixaba, falado em Vitória, Espírito Santo, mas podem também ser observados em outros dialetos do português do Brasil. Os dados referentes a ambos os processos foram obtidos através de gra-

vações com informantes quando procurávamos obter uma amostragem para um estudo piloto das várias velocidades de pronúncia significativas para a análise fonológica desse dialeto.⁴

Observaremos, inicialmente, o processo de epêntese de i, nas velocidades largo e andante.⁵ Tal processo conduz à simplificação de estruturas silábicas pela inserção da vogal epentética i (cujá realidade fonética nos dados considerados tivemos oportunidade de constatar através de análise espectrográfica) entre determinados encontros consonantais não admitidos pela língua nas velocidades mais lentas de pronúncia. Assim, em largo e andante, encontramos pronúncias como:

- (3) [pinéw]
 [pisikoložíyɐ]
 [fučibów]⁶
 [tékinikv]
 [híčimv]
 [adživogádv]

O processo de epêntese do qual são representativos os dados em (3) é bastante conhecido na literatura fonológica da língua. O resultado de tal processo contribui para a frequente observação de que o português é uma língua de estruturas silábicas relativamente simples. Achamos, no entanto, que tal observação deve ser melhor qualificada, pois parece ser válida apenas para os dados representativos das velocidades lentas de pronúncia. Com efeito, observando-se as estruturas silábicas resultantes da epêntese de i em (3), verificamos sempre casos de CV, a sílaba considerada menos mar-

cada em termos de tipologia silábica.

A consideração do processo de epêntese nos interessa, aqui, na medida em que ele pode ser relacionado ao processo que produz o resultado oposto, ou seja, faz cair as vogais epentéticas (e também outras) nas velocidades mais rápidas. Assim, em allegretto e presto, registram-se pronúncias como:

- (4) [pnéw]
 [pskoložíyɛ]
 [fučbów]
 [téknikv]
 [híčmɤ]
 [ɛdžvogádu]⁷

A silabificação, nesses casos, é bem mais complexa do que a dos mesmos dados em velocidades lentas. Em [pnéw], por exemplo, temos CCV como sílaba inicial, sendo que a segunda consoante é uma nasal, e não um glide ou uma líquida (segmentos que ocorrem com mais frequência em sílabas com esta estrutura). Em [pskoložíyɛ], a única análise possível para a primeira sílaba é a que interpreta o [s] como silábico. Propor uma sílaba inicial CCCV seria inviável, neste caso específico, visto que temos uma fricativa (segmento de força menor na escala) entre duas oclusivas (de força maior na escala), e há um princípio geral de silabificação que diz que a força dos segmentos deve ser decrecente do início para o núcleo da sílaba. As vogais, núcleos silábicos por excelência, possuem força consonantal zero na escala. Retomaremos o problema das consoantes silábicas com mais detalhes adiante. Nos quatro dados seguintes temos casos de sílabas

iniciais CVC, todas travadas por consoantes consideradas muito fortes na escala de força (oclusivas e africadas), o que nos dá, também, sílabas bastante complexas.

O processo de queda de vogal faz também cair, nas velocidades mais rápidas, outros i's não epentéticos, etimologicamente presentes em palavras como psicologia, Júpiter, recapitular, etc. Caem também os i's finais precedidos de consoantes palatais ou africadas provenientes de t's e d's palatalizados diante de i. As sílabas que se obtêm, então, são bastante complexas, particularmente quando resultam travadas por africadas, o que se observa sobretudo em presto, em dados como:

- (5) [be(h)nedéč̣]
 [fś(h)č̣]
 [õndẓ̌]

Dos primeiros dados em (5) foi feita uma análise espectrográfica da pronúncia registrada nas velocidades mais lenta e mais rápida, respectivamente. Enquanto que no primeiro caso resulta patente a presença da vogal i final, no segundo caso parece evidente que o último segmento no eixo temporal do espectro é a africada palatal surda. O problema que se coloca, então, a partir de dados como estes em velocidade rápida, é o da explicação de sílabas mais complexas a partir de sílabas do tipo CV, observadas em largo, tipologicamente consideradas como o padrão silábico menos marcado. Em uma palavra como [beh^{\$}na^{\$}dé^{\$}či^{\$}], por exemplo, conforme ocorre em largo, temos a estrutura silábica CVC^{\$}CV^{\$}CV^{\$}CV^{\$}, sendo que a primeira sílaba é trava-

da por um segmento que, nesta posição, pode ser interpretado como um glide. Em uma escala de força para os segmentos do português, os glides teriam certamente o valor numérico mais baixo, de forma que uma sílaba do tipo CVG seria considerada uma sílaba travada do tipo menos complexo possível. Na velocidade mais rápida temos, inicialmente o resultado de um processo que simplifica a sílaba inicial para CV, fazendo cair o glide. O segundo processo observável, porém, a queda do i final precedido de uma africada palatal, resulta em evidente complicação da sílaba final. Há agora duas interpretações possíveis para a silabificação dos segmentos finais. Teríamos três sílabas, [be(h)\$na\$déç\$], com a africada em travamento silábico, ou quatro sílabas, [be(h)\$na\$dé\$ç\$], com a africada constituindo uma sílaba em si? De acordo com a segunda hipótese, a transcrição adequada seria, provavelmente, [be(h)\$na\$dé\$ç\$], o que evidenciaria o caráter silábico da segunda fase de articulação da africada, ou seja, da fase fricativa. Qualquer das duas interpretações envolve complexidade, de acordo com as teorias de sílaba conhecidas. No primeiro caso admitimos uma sílaba travada por consoante africada, exatamente o último segmento que deveríamos esperar em posição de travamento silábico, dado o valor numérico extremamente elevado que geralmente apresenta nas escalas de força. As africadas são consideradas os sons mais fortes, sendo o início de sílaba a posição ideal para sua ocorrência. De acordo com esta primeira interpretação, teríamos que reconhecer, portanto, que o português passa de uma sílaba extremamente simples, CV, em largo, para uma sílaba extremamente complexa em presto, CVC(africada).

No segundo caso, parece que a interpretação de [č] em termos de uma sílaba em si, [tš[§]], com o [š] como núcleo silábico, resulta em complexidade silábica ainda maior. As líquidas e nasais silábicas, assim como o g silábico, ocorrem em algumas línguas, mas quando ocorrem podem geralmente ocorrer nas velocidades lentas de pronúncia.⁸ Nas línguas em que ocorrem nas velocidades mais rápidas, apenas, são interpretadas como fatores de complicação silábica. As sílabas onde ocorrem apresentam grande complexidade, uma vez que o núcleo passa a ser constituído de segmentos caracterizados como [+ cons], exatamente os mais marcados nesta posição. Reconhecer [tš[§]] como uma sílaba independente para o exemplo em questão, no português, é portanto uma solução possível, mas que implica o reconhecimento de uma estrutura silábica de grande complexidade. A primeira alternativa nos parece preferível, mas, de qualquer forma, também implica o reconhecimento de complexidade em presto, a partir da simplicidade que se manifesta em largo.

Há um outro grupo de exemplos, no entanto, que evidencia a necessidade de reconhecermos consoantes silábicas em certos casos. Os dados são os seguintes:

- (6) [pkolé]
 [psáne]
 [bskóytu]
 [bskléte]

Com relação aos dados em (6) cabe, inicialmente, uma digressão. Observamos, na fala de um grupo de crianças em idade escolar (se-

te a doze anos), de classe social média-alta, que a ocorrência de tais formas verifica-se não apenas nas velocidades mais rápidas (allegretto e presto), como seria de se esperar com base no modelo adulto, mas também em andante e largo. Algumas crianças, quando interrogadas a respeito de tais pronúncias, responderam serem estas as únicas que lhes parecem "naturais", no caso, acrescentando, inclusive, que as pronúncias com as vogais lhes parecem "engraçadas". O fato nos chamou a atenção, uma vez que na linguagem adulta também ocorrem as formas em (6), mas condicionadas apenas pelas velocidades rápidas, como se poderia prever. O fato a explicar, com relação à fala desse grupo de crianças, é, então, a queda das vogais em circunstâncias onde, de acordo com o modelo adulto, elas deveriam se manter. Estariam as crianças estendendo às velocidades mais lentas um processo que, no estágio atual da língua tem o seu domínio de aplicação restrito às formas em allegretto e presto, apenas, sendo condicionado, portanto, pelas velocidades rápidas de pronúncia? Estaríamos acaso diante do germe de uma mudança lingüística, que estaria sendo, no momento, introduzido por um grupo de crianças a partir da generalização de um processo até agora restrito às velocidades rápidas? Note-se que no caso teríamos que admitir que as crianças ignoram parte do condicionamento fonético (interpretando-se as várias velocidades de pronúncia como aspectos fonéticos da cadeia sonora, sendo elas próprias determinadas por condicionamentos sociolingüísticos) para a queda do i na linguagem adulta, além de "morfologizar" o processo nas velocidades lentas, restringindo a sua aplicação a uma classe de palavras, apenas.^{8a} Os exemplos de morfologização a partir de proces-

sos fonológicos são já bem numerosos, na literatura fonológica. O caso que aqui apresentamos, no entanto, poderia ser o primeiro descrito na literatura onde se observa morfologização pela generalização de um processo a outras velocidades de pronúncia que não as previstas como parte do ambiente fonológico originariamente condicionador do processo. A hipótese aqui aventada não nos parece absurda. As crianças são, reconhecidamente, elementos iniciadores de mudanças lingüísticas (que podem se manifestar, muitas vezes, como casos de morfologização), desde que as inovações por elas introduzidas sejam aceitas pela comunidade onde vivem.⁹ Além disso, parece plausível supor que as mudanças fonéticas (e subsequentes reinterpretações fonológicas e/ou morfológicas) têm início nas formas representativas de velocidades rápidas de pronúncia, a partir das quais se estendem às demais velocidades. Vários casos de mudanças fonéticas conhecidas e documentadas podem ser interpretadas à luz desta hipótese, mas estas são considerações das quais não nos ocuparemos no presente trabalho porque nos desviariam muito do objetivo inicialmente fixado. Fica, porém, a indagação: seriam exatamente as velocidades rápidas as fornecedoras das motivações fonéticas iniciais para as mudanças?

Retornando ao problema do reconhecimento ou não da existência de consoantes silábicas no português, retomemos os exemplos em (6). Considerando os dados conforme ocorrem na fala de adultos, em allegretto e presto, observamos que o problema não se coloca em relação aos dois primeiros exemplos, onde temos, no entanto, uma re-silabificação a partir das formas em andante [pi^{\$}ko^{\$}lê^{\$}] e [pi^{\$}si^{\$}ne^{\$}],

or de dados do que o de que dispomos no momento. Além disso, parece óbvio que, particularmente com relação à queda de vogais, será necessário um controle mais adequado de condicionamentos não apenas segmentais, mas também supra-segmentais: posição da vogal com relação ao acento primário da palavra (e provavelmente do vocábulo fonológico), ritmo da fala, etc.

A consideração dos dados aqui apresentados tem, portanto, caráter bastante incipiente. Se o fizemos foi sobretudo por achar que o exame de dados desse tipo pode levar à discussão de problemas teóricos extremamente relevantes para a teoria fonológica. Senão, vejamos: as mudanças estruturais resultantes da aplicação da regra de epêntese de i em (3) e de queda de vogal em (4) são aparentemente conflitantes. Uma explicação possível para este "conflito" aparente pode se fundamentar na distinção (fundamental, a nosso ver, para qualquer teoria fonológica) entre as várias velocidades de pronúncia,¹¹ e nas previsões que parece possível fazer a respeito do que seria mais "natural" em termos de estruturas silábicas nas várias velocidades. Propomos, então, o re-exame dos conceitos de marca e naturalidade, com base nas diversas velocidades. Uma consideração inicial de tal proposta parece sugerir que os critérios de marca e naturalidade devem ser definidos levando-se em conta o papel do falante e do interlocutor no ato de fala. Não haveria, assim, estruturas silábicas mais ou menos marcadas e complexas em termos absolutos, porque as sílabas mais naturais se definiriam de acordo com o contexto em que um determinado ato de fala se realiza, e de acordo com a velocidade de pronún-

cia exigida por tal contexto. Procuraremos ser mais explícitos: em linhas gerais, parece ser possível afirmar que a tendência à simplificação das estruturas silábicas é mais natural nas velocidades mais lentas de pronúncia, onde os processos fonológicos que se aplicam podem ser interpretados como processos operantes sob condicionamento perceptual ou funcional. Assim, nessas velocidades, grande número de distinções (que resultam em maior "clareza" de pronúncia) são feitas em benefício do interlocutor (observe-se, a este respeito, que a própria escolha das velocidades mais lentas pode ser interpretada como perceptual ou funcionalmente motivada, no sentido acima indicado). A tendência à complicação das estruturas silábicas, por outro lado, que se manifesta nas velocidades mais rápidas, pode ser vista como o resultado da aplicação de processos fonológicos de que o falante se utiliza em benefício próprio, condicionados, na maioria das vezes pela rapidez da pronúncia em si (as velocidades rápidas sendo interpretadas, nesse caso, como convenientes para o falante, em termos do número de segmentos que consegue enunciar por cada unidade de tempo). Deveria ser óbvio, a esta altura, o motivo pelo qual tais considerações devem ser feitas tomando-se como base os postulados de uma teoria sistemática dos atos de fala: o falante deve estar capacitado a decidir em que contextos, exatamente, ele pode utilizar processos fonológicos que beneficiam seu interlocutor ou processos que atuam em seu próprio benefício. Ou, em outras palavras, ele tem que saber quando lhe é permitido falar depressa e quando o contexto requer que ele fale devagar. Ora, somente uma teoria bem elaborada dos atos de fala pode pretender

incorporar e dar conta, de forma adequada e sistemática, de tais distinções. A distinção básica entre processos fonológicos que beneficiam o falante e processos fonológicos que beneficiam o interlocutor nos parece interessante, em conclusão, porque permite acomodar, sem maiores problemas, dentro de uma mesma teoria fonológica, processos que resultam em mudanças estruturais aparentemente conflitantes do ponto de vista de um conceito de naturalidade definido em termos absolutos, decorrente de uma visão mais tradicional do que deveria ser o objeto de estudo da teoria fonológica.

Voltamos agora à pergunta-título desta comunicação: devem os casos de simplificação e complicação de estruturas silábicas no português ser vistos como a manifestação de duas tendências em conflito? Queremos crer que não. Partindo da proposta de redefinição do conceito de naturalidade de estruturas silábicas baseado nas várias velocidades de pronúncia condicionadas pelos contextos específicos para os diversos atos de fala, somos levados a reconhecer a existência de naturalidades relativas de estruturas silábicas. Com o abandono do conceito absoluto de naturalidade, desaparece a idéia de conflito. Certas tendências passam a ser vistas como mais naturais em velocidades lentas, enquanto que outras demonstram-se mais naturais em velocidades rápidas.¹² As epênteses de vogais parecem ser mais naturais ocorrendo em velocidades lentas, enquanto que a supressão de segmentos parece caracterizar as velocidades rápidas.

Gostaríamos de concluir enfatizando que as conclusões a que chegamos sobre a necessidade de reformulação dos conceitos de marca

e naturalidade em termos relativos só se tornaram evidentes (e possíveis) no momento em que nos decidimos em favor da incorporação na análise fonológica, de maneira sistemática, das velocidades de pronúncia significativas para o português.¹³ Ora, reconhecer a relevância das velocidades de pronúncia, atribuindo a elas status teórico dentro da teoria fonológica, significa reconhecer, em consequência, que a fonologia não pode mais se reduzir a mera especulação teórica em termos abstratos, nos moldes habituais da Fonologia Gerativa Standard. Tudo indica que os fatos de performance devem ser levados em conta, assim como fatores sociolinguísticos vários, se se busca uma explicação convincente para os processos fonológicos operantes nas línguas. Os dados do português aqui considerados parecem indicar, inclusive, que os estudos fonológicos devem ser conduzidos dentro de um quadro de referência mais amplo, dentro, provavelmente, de uma bem elaborada teoria dos atos de fala.

A opção de trabalhar com uma teoria fonológica mais próxima dos dados concretos, e portanto mais relacionada aos fatos de performance, que passam a ser assim, ao mesmo tempo, ponto de partida e de chegada para a análise, faz com que nos distanciemos cada vez mais dos postulados da Fonologia Gerativa Standard. Mas tal distanciamento nos parece oportuno e necessário, no atual estágio de desenvolvimento dos estudos linguísticos, quando cada vez mais se torna patente a relevância do dado sociológico na interpretação dos fenômenos da linguagem. Fazemos aqui essa opção, deliberada e conscientemente.¹⁴

3. A exceção das convenções (II), (III) e (XXIV) que se referem aos traços [u consonantal], [u vocálico] e [u contínuo], cujos valores não podem deixar de ser especificados contextualmente, com referência à estrutura silábica.

4. O problema da identificação das velocidades de pronúncia significativas para a análise do componente fonológico de uma língua é um problema de ordem puramente metodológica. O fato de não dispormos ainda de métodos seguros para a identificação das velocidades relevantes, não significa, no entanto, que devemos abrir mão da incorporação formal da noção "velocidade de pronúncia" nas análises fonológicas. É exatamente a relevância desta noção que nos propomos demonstrar nos trabalhos que vimos desenvolvendo sobre o componente fonológico do português. Cf., a respeito, Abaurre-Gnerre, M.B., 1976, pp.7-8:

O interesse em demonstrar a relevância das velocidades para as análises fonológicas é antes de tudo de ordem teórica. A hipótese geral é de que existe mais de uma velocidade fonologicamente relevante para o português. No momento não tenho condições de afirmar quantas são exatamente essas velocidades, nem quais as variações irrelevantes dentro do sistema e no plano individual. O que me parece relevante para uma discussão teórica é a necessidade de formalização da noção "velocidade de pronúncia" e sua incorporação na descrição estrutural das regras fonológicas, qualquer que se demonstre ser o número de velocidades para a língua. Parece-me evidente que uma identificação do número de velocidades terá que se basear em acurado estudo experimental. Pressupõe também a existência de critérios específicos de "medida" das velocidades e de determinação das diferenças fonologicamente significativas e variações não pertinentes. As considerações que farei a seguir, com base nas quatro velocidades propostas para o espanhol por Harris [Harris, J., 1969], não implicam necessariamente a afirmação de que são essas efetivamente as velocidades relevantes para o português. Estudos experimentais podem revelar um número maior ou menor de velocidades, e é possível que os resultados sejam diferentes para diale-

tos diversos. Penso, portanto, que as considerações de ordem teórica que me levaram a discutir o problema das velocidades de pronúncia dentro do quadro da FGN [Fonologia Gerativa Natural] poderão ser consideradas válidas, quaisquer que sejam os resultados de pesquisas experimentais nessa área. Vale ainda ressaltar que a FGN, como consequência direta da incorporação de um princípio teórico como a CFNR [Condição Forte de Naturalidade Revista], reconhece implicitamente a interrelação entre fatores sociolingüísticos e problemas de ordem fonológica.

5. Para a distinção e caracterização em termos sociolingüísticos das várias velocidades de pronúncia no espanhol, cf, Harris, J., 1969. Para considerações sobre a importância e o status teórico das velocidades de pronúncia para a análise do componente fonológico do português, cf. Abaurre-Gnerre, M.B., 1976. Cf., ainda, nota 4, acima.
6. Este dado é representativo da ocorrência da epêntese como fator de simplificação silábica na adaptação fonológica de empréstimos.
7. Não nos preocupamos, aqui, com a transcrição exata de outros detalhes fonéticos característicos das velocidades rápidas, como por exemplo o ensurdecimento de consoantes e vogais finais após a sílaba tônica.
8. Cf., e.g. o inglês, onde a sílaba final de palavras como little, bottle, etc., têm como núcleo l's silábicos, mesmo em velocidades mais lentas.
9. Cf. Hooper, J., 1978, para observações a respeito da introdução de mudanças morfológicas por crianças.
10. Dizemos que tais sílabas são bastante complexas porque nos casos mais freqüentes de CCV a segunda consoante costuma ser um glide ou u-

ma líquida. Quando essa consoante tem um valor maior do que esses segmentos, na escala de força, a sílaba é considerada mais complexa.

11. Cf. Abaurre-Gnerre, M.B. 1976.

12. Restaria explicar, no caso, a extensão de processos naturais em velocidades rápidas às velocidades lentas, onde esses mesmos processos podem significar complexidade, como no caso de queda de i observado também em andante e largo na fala de crianças. Nesse caso teríamos talvez que admitir que a mudança está introduzindo, de certa forma complexidade, por se tratar de um caso de morfologização no sentido proposto no texto.

13. Uma proposta concreta para a incorporação formal da noção "velocidade de pronúncia" na descrição estrutural das regras fonológicas encontra-se em Abaurre-Gnerre, M.B., 1976, onde se introduzem os traços de velocidade [⁺ largo], [⁺ andante], [⁺ allegretto] e [⁺ presto] no ambiente de regras fonológicas do português.

14. Em Possenti, S., 1977, encontra-se uma discussão interessante das possíveis implicações ideológicas da escolha de modelos mais abstratos ou mais concretos para a análise de dados lingüísticos (mais particularmente, para a análise fonológica).

ma líquida. Quando essa consoante tem um valor maior do que esses segmentos, na escala de força, a sílaba é considerada mais complexa.

11. Cf. Abaurre-Gnerre, M.B. 1976.

12. Restaria explicar, no caso, a extensão de processos naturais em velocidades rápidas às velocidades lentas, onde esses mesmos processos podem significar complexidade, como no caso de queda de i observado também em andante e largo na fala de crianças. Nesse caso teríamos talvez que admitir que a mudança está introduzindo, de certa forma complexidade, por se tratar de um caso de morfologização no sentido proposto no texto.

13. Uma proposta concreta para a incorporação formal da noção "velocidade de pronúncia" na descrição estrutural das regras fonológicas encontra-se em Abaurre-Gnerre, M.B., 1976, onde se introduzem os traços de velocidade [[±] largo], [[±] andante], [[±] allegretto] e [[±] presto] no ambiente de regras fonológicas do português.

14. Em Possenti, S., 1977, encontra-se uma discussão interessante das possíveis implicações ideológicas da escolha de modelos mais abstratos ou mais concretos para a análise de dados lingüísticos (mais particularmente, para a análise fonológica).

8a. Empregamos o termo "morfologização" porque a regra de queda de vogal é não-produtiva nas velocidades lentas, aplicando-se apenas a uma determinada classe de itens lexicais da qual os exemplos em (6) são representativos, e, como se sabe, a não-produtividade de uma regra pode, nesses casos, ser evidência de morfologização. A regra para a queda do i deverá trazer referência explícita a essa classe lexical no seu ambiente, perdendo-se assim o condicionamento puramente fonético que caracteriza o processo nas velocidades rápidas, e, em consequência, a generalidade de sua aplicação. Ao que tudo indica, os itens lexicais componentes da classe em questão são os itens que apresentam o condicionamento fonético para a queda do i nas velocidades rápidas, e que de modo geral ocorrem com maior frequência na fala dessas crianças. Assim, observamos em andante pronúncias como [pkɔlé] e [bsklétɛ], de grande frequência, ao lado de [pikɛdérv], [bisnétv], de ocorrência restrita (note-se que nas velocidades mais rápidas as duas últimas formas ocorrem provavelmente sem o i).

O que os exemplos considerados parecem indicar é que estamos diante de um caso de perda de um condicionamento fonético ainda presente e transparente nas velocidades lentas (embora parcialmente, já que teria se perdido parte do condicionamento fonético para o processo, a própria velocidade rápida), como consequência da morfologização do processo em questão pela limitação de sua aplicação a uma classe apenas de itens lexicais, e não vice-versa. Se assim for, corrobora-se a afirmação de que a perda do condicionamento fonético não é uma condição para a ocorrência de morfologização, conforme se supunha nos tratamentos standard de morfologização (cf. Hooper, J., 1976, pp.86-91).

B I B L I O G R A F I A

- Abaurre-Gnerre, M.B.M., 1976. O status teórico dos "tempos" (velocidade) de pronúncia na Fonologia Gerativa Natural.
Em: Atas do I Encontro Nacional de Lingüística. Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Letras.
- Anderson, S.R., 1974. The organization of phonology. New York, Academic Press.
- Chomsky, N. e M. Halle, 1968. The sound pattern of English. New York, Harper & Row.
- Harris, J., 1969. Spanish phonology. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- Hooper, J., 1976. An introduction to Natural Generative Phonology. New York, Academic Press.
- Possenti, S., 1977. Algumas considerações sobre o problema da abstração nas representações fonológicas. Tese de mestrado inédita. Campinas, UNICAMP.
- Stampe, D., 1973. A dissertation in Natural Phonology. Dissertação de doutoramento inédita. Chicago, University of Chicago.

(Tradução)

Fls. N.º 04

Pasta N.º 01

Rubrica A

NOAM CHOMSKY

REFLEXÕES
SOBRE A
LINGUAGEM

EDITORA CULTRIX



NOAM CHOMSKY

REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

C 474r Chomsky, Noam, 1928 -
Reflexões sobre a linguagem / Noam Chomsky;
tradução de Carlos Vogt... (et al.). — São Paulo: Cultrix,
1980.

1. Linguagem 2. Lingüística I. Título.

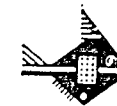
79-0105

CDD-410
-400

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguagem 400
2. Lingüística 410

Tradução de
CARLOS VOGT, CLÁUDIA TEREZA GUIMARÃES DE LEMOS,
MARIA BERNADETE ABAURRE GNERRE, CLARICE SABÓIA MADUREIRA
E VERA LÚCIA MAIA DE OLIVEIRA
(do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, SP)



EDITORA CULTRIX


SÃO PAULO

respectivamente. Com a queda do i da sílaba inicial, resultam palavras de duas sílabas, sendo que a primeira sílaba é, agora, bastante complexa devido ao valor da segunda consoante na escala de força.¹⁰

Em ambos os casos a estrutura silábica resultante é: CCV^{\$}CV. Consideremos agora o último dos dados em (6). A partir de uma pronúncia [bi^{\$}si^{\$}klé^{\$}tr^{\$}], em largo, obtemos, em presto, [bsklétə]. Como silabificar, agora, a palavra? A primeira alternativa seria dizer que se têm duas sílabas, sendo a primeira constituída de quatro segmentos consonantais precedendo o núcleo: [bsklé^{\$}tr^{\$}]. Obteríamos, assim, uma sílaba de extrema complexidade, a partir da estrutura simples em largo. Tal alternativa tem necessariamente que ser descartada, no entanto, visto que as teorias de silabificação conhecidas não prevêem a ocorrência de um segmento de menor força antes de um segmento mais forte, precedendo o núcleo silábico (no caso, o s entre duas oclusivas. A solução se nos apresenta, então, unívoca. Temos que silabificar a forma que ocorre em presto como [b_s^{\$}klé^{\$}tr^{\$}], o que nos dá uma sílaba inicial cujo núcleo é o s silábico. Vemos então que, nas velocidades mais rápidas, somos forçados a reconhecer a existência de s's silábicos no português, o que, entre outros fatos, justifica a observação que fizemos acima de que só é lícito afirmar que as estruturas silábicas do português são simples com referência às velocidades lentas de pronúncia.

Não nos deteremos aqui na tentativa de uma formalização precisa das regras para os processos de epêntese e queda de vogais na língua, tarefa esta que exigiria a consideração de um número bem mai-

File No. 05
Pasta No. 01
Rubrica. #

CADERNOS
DE ESTUDOS
LINGVISTI
COS 2 

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Departamento de Linguística

CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS 2

Campinas

1981

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Coordenador de Publicações: João Wanderley Geraldi

Cadernos de Estudos Lingüísticos

Conselho Editorial

Ataliba Teixeira de Castilho

Rodolfo Ilari

Aryon Dall'Igna Rodrigues

Carlos Alberto Vogt

Departamento de Lingüística

Caixa Postal 6045

13100 - CAMPINAS - SP - BRASIL

PEDE-SE PERMUTA

ENCONTRO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Fls. N.º 06
Pasta N.º 01
Rubrica A

INTERNATIONAL ENCOUNTER ON THE PHILOSOPHY OF LANGUAGE



PROGRAMA
RESUMOS

de 10 a 15 de agosto

-
-

PROGRAM
ABSTRACTS

August, 10 to 15

1981

A falácia consiste em afirmar que a presença de L em x não é uma condição logicamente suficiente para que x seja T, porque alguém (uma pessoa, várias ou, eventualmente, todas) poderia não sentir x como objeto estético, embora x fosse L. Mas mostra-se que deduzir uma característica estética de um objeto, e sentir um objeto como estético, são duas vias de acesso, relativamente independentes, para se chegar ao valor estético de um objeto. Por conseguinte, não pelo fato de alguém não sentir x como estético, deixa de ser verdadeiro que seu caráter estético seja deduzível a partir da premissa Lx.

Por conseguinte, podem ser estabelecidas regras de jogo para o diálogo em Estética, se tais regras são formuladas ao nível das conexões sistemáticas entre termos não-estéticos e termos estéticos (tais como essas conexões existem num certo momento do desenvolvimento da linguagem, observado sincronicamente), prescindindo-se, em certa medida, das peculiaridades do sentimento e gosto pessoais.

Concluindo, é possível ganhar discussões estéticas se as regras do diálogo mudarem adequadamente o papel que os sentimentos desempenham dentro da Teoria S, para recolocá-los dentro do processo total de identificação de um objeto como estético.

Universidade Federal de Santa Maria

O diálogo em crise

Danilo Marcondes de Souza Filho

Tomando como ponto de partida a sugestão de J.L. Austin em *How to do things with words* (pg. 14) de que uma das maneiras de se estabelecer as condições essenciais e características básicas de nosso uso da linguagem é através do exame de tipos de casos em que há um mau funcionamento da linguagem, minha intenção neste trabalho é analisar e discutir diferentes tipos de casos em que o diálogo falha, com o objetivo de esclarecer a natureza e o funcionamento da comunicação linguística. Várias distinções serão feitas ao se classificar e descrever os diversos tipos de falhas no diálogo, levando-se em consideração principalmente o trinômio falante, ouvinte e contexto de uso. A linguagem desviante e distorções na comunicação, suas respectivas causas e consequências, serão consideradas particularmente importantes. Exemplos de mal-entendidos, duplo sentido, atos falhos, ambigüidades, etc. serão examinados como casos paradigmáticos, do ponto de vista de uma análise pragmática da linguagem, fazendo-se recurso basicamente à teoria dos atos de fala e à "Lógica e Conversação" de Grice. Extensões e modificações no significado e as condições de interpretação da força e do objetivo dos atos ilocucionários serão levados especialmente em consideração. Distorções na compreensão das intenções dos interlocutores e violações das convenções linguísticas e princípios pragmáticos na comunicação serão examinadas segundo algumas das principais noções da teoria dos jogos de coordenação, conflito e jogos mistos de coordenação e conflito.

A hipótese central é que a linguagem, considerada como prática social concreta, pode ser melhor entendida ao nos concentrarmos nos diferentes casos em que sua natureza cooperativa parece falhar ou até mesmo estar ausente, levando-se em consideração os diferentes graus em que isto pode ocorrer.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Bernadete Abaurre-Gnerre

Na literatura sobre aquisição da linguagem a imitação ou repetição de parte do enunciado do interlocutor tem sido considerada do ponto de vista de sua função comunicativa (cf. Keenan 1977, entre outros). Esse processo de especularidade que Camaioni (1980) isola também no comportamento não verbal é interpretado por Lemos (1979) como determinante da aquisição de processos de significação pela criança.

O fato de o diálogo não ter sido tomado como unidade de análise nos modelos vigentes de descrição linguística parece ter obscurecido esse modo de funcionamento discursivo na linguagem adulta. Em português é fácil constatar a atuação do processo nas respostas afirmativas e perguntas do tipo *sim/não* pela repetição do verbo principal ou auxiliar. Menos sistematicamente, é também observável como confirmação de uma asserção do interlocutor.

O objetivo deste trabalho é mostrar que o processo de especularidade é básico na negociação de papéis instaurados em certos tipos de diálogo. A importância desse recurso é mais facilmente observável em situações de contacto entre culturas parcialmente distintas, como no caso da situação classicamente chamada de interação pesquisador/informante.

Uma situação do gênero será objeto de análise. Consta de dois episódios básicos de uma interação entre dois pesquisadores e membros da família do líder de uma comunidade indígena brasileira. O propósito da interação era colher dados sobre as condições de vida do grupo em três momentos distintos do seu contacto com a comunidade branca, e os participantes locais utilizaram-se de uma variedade regional do português. Os episódios mencionados constituem dois relatos que se opõem pelo fato de o papel de relator ser do informante no primeiro episódio e do pesquisador no segundo. Assim, no primeiro episódio, um dos pesquisadores outorga o papel de relator ao informante através de perguntas que criam turnos e introduzem tópicos. Nessa situação, a especularidade na fala do pesquisador se dá como manifestação de "acknowledgment" ou de sua presença como receptor. Do ponto de vista do relator-informante a especularidade se dá como sinal de aceitação do tópico introduzido pela pergunta do pesquisador.

O segundo episódio se caracteriza pela inversão de papéis com relação ao episódio anterior: o pesquisador assume o papel de relator ao narrar fatos da história do próprio grupo, desconhecidos do informante, que tem assim usurpado seu papel de porta-voz do grupo e da sua história. É nesta situação que se manifesta um outro tipo de especularidade, distinto do anterior em termos tanto prosódicos quanto macro-sintáticos (cf. Vogt, 1979). Por meio deste procedimento o informante recusa o papel de receptor não-relator, e, ao fazê-lo, retira do pesquisador o papel de que este se havia investido, de relator.

Decorre desta interpretação a importância desse tipo de análise de processos de construção dialógica como evidência da necessidade de se ver o enunciado como determinado sintática e semanticamente pelas suas condições de produção, ao menos parcialmente. Acrescente-se ainda a utilidade dos dados de análise conversacional para a revisão da metodologia da pesquisa antropológica e linguística (na linha do proposto por Sachs, 1972, com relação à pesquisa sociológica).

Universidade Estadual de Campinas

object x which is L "and which is not T". This will be called Thesis S.

Thesis S has been maintained in many other areas in philosophy, but it presents, in aesthetics, certain peculiarities. In analyzing the structure of the alleged counter-examples, and, especially, the expression "and which is not T", it can be shown that Thesis S commits a fallacy, the roots of which were already detected by Wittgenstein and Goodman, and which may be called the "aesthetic sentiment fallacy".

The fallacy consists in asserting that the presence of L in x is not a logically sufficient condition for x being T, because someone, or eventually everyone, could not feel x as an aesthetic object, in spite of x being L. But it can be shown that *deducing* an aesthetic characteristic of a certain object, and *feeling* an object as aesthetic, are two relatively independent ways of access for arriving at the aesthetic value of an object. Consequently, even though somebody does not feel x as aesthetic, it doesn't mean that its aesthetic character is not deducible from the premisses Lx.

Thus, rules of playing can be established for a dialogue in aesthetics if such rules are formulated at the level of systematic connections between non-aesthetic and aesthetic terms (as they exist in a certain moment of the development of language, synchronically observed) prescinding in a certain way, of peculiarities of personal sentiment and taste.

Finally, it is possible to win aesthetic discussions, if rules of dialogue change, in an appropriate way, the role that personal sentiments play in Thesis S, placing them within the total process of identifying something as an aesthetic object.

Universidade Federal de Santa Maria

Dialogue breakdowns

Danilo Marcondes de Souza Filho

Starting from J.L. Austin's suggestion in *How to do things with words* (p. 14) that one of the ways of establishing the essential conditions and relevant features of our use of language is to examine types of cases in which something goes wrong, I intend to analyze and discuss different types of cases in which there is a breakdown in dialogue, in order to clarify the nature and functioning of linguistic communication. Several distinctions will be made in classifying and describing the various sorts of breakdowns, taking mainly into account speaker, hearer and context of utterance. Deviant language and distortions in communication, and their respective causes and consequences will be considered particularly important. Examples of misunderstandings, misinterpretations, "double entendre", Freudian slips, ambiguities, etc., will be examined as paradigmatic cases, from the point of view of a pragmatic analysis of language. I shall appeal basically to notions of speech act theory and Grice's "Logic and Conversation". Extensions and modification in meaning and the conditions of interpretation of illocutionary force and point will be especially taken into consideration. Distortions in the understanding of the intentions of the participants in the dialogue, and violations of linguistic conventions and

pragmatic principles in communication will be examined according to some main tenets of the theory of games of coordination, conflict and mixed games of coordination and conflict.

My hypothesis is that language considered as a concrete social practice can be better understood if we pay more attention to the different instances in which its defining cooperative nature seems to fail or be absent, taking into consideration the different degrees in which this might happen.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

The process of specularity and negotiation
of roles in dialogue

Maria Bernadete Abaurre-Gnerre

In the literature on language acquisition the imitation or repetition of part of the interlocutor's utterance has been considered from the point of view of its communicative function (cf. Keenan 1977, among others). This process of specularity which Camaioni (1980) isolates also in non-verbal behavior is interpreted by Lemos (1979) as determinant of the acquisition of signification processes by the child.

The fact that dialogue has not been taken as a unit of analysis in current models of linguistic description seems to have obscured this mode of discursive functioning in adult language. In Portuguese it is easy to verify the manifestation of the process in affirmative responses to questions of the yes/no type, by the repetition of the principal or auxiliary verb. Less systematically, it is also observable as a confirmation of an assertion of the interlocutor.

The purpose of this work is to show that the process of specularity is basic in the negotiation of roles established in certain types of dialogue. The importance of this recourse is more easily observable in contact situations between partially distinct cultures, as in the case of the classic situation usually referred to as researcher/informant interaction.

A situation of this type will be object of analysis. It consists of two basic episodes of an interaction between two researchers and members of the family of the leader of a Brazilian indigenous community. The purpose of the interaction was to collect data on the living conditions of the group in three distinct stages of its contact with the white community, and the local participants utilized a regional variety of Portuguese. The episodes mentioned constitute two reports which contrast by the fact that the role of reporter is played by the informant in the first instance, and by the researcher in the second. Thus, in the first episode, one of the researchers assigns the role of reporter to the informant, through questions which create turns and introduce topics. In this situation, the specularity in the speech of the researcher can be interpreted as a manifestation of acknowledgement or of his presence as receiver-listener. From the point of view of the reporter-informant, specularity is taken as a sign of acceptance of the topic introduced by the researcher's question.

The second episode is characterized by the inversion of roles in relation to the previous episode: the researcher

assumes the role of reporter by narrating facts of the history of the group which are unknown to the informant, thus usurping his role as spokesman for the group's history. It is in such a situation that another type of specularity is manifested, distinct from the previous type both in prosodic and macro-syntactic terms (cf. Vogt, 1979). Through this procedure the informant refuses the role of receptor/non-reporter, and, in so doing, removes from the researcher the relator role with which the latter had invested himself.

From this interpretation the importance of this type of analysis of dialogue-construction processes in seen as an evidence of the necessity of viewing the utterance as syntactically and semantically determined by its production conditions, at least partially.

It might still be added that the data on conversational analysis might be useful for a revision of the methodology of anthropological and linguistic research (along the lines proposed by Sachs, 1972, in relation to sociological research).

Universidade Estadual de Campinas

Assymetry in dialogue:
the interviewer-interviewed relationship

Jonas de Araújo Romualdo

From the observation of recorded conversation between Indians and a researcher, a relationship of domination by the researcher over the Indians was discovered. The rare utterances of the researcher (the interviewer) were oriented towards the goal of obtaining from the Indians a premolded discourse. From this particular observation a parallel may be traced between assymetric dialogues of the adult/child type with the dialogical relationship, also assymetric, interviewer/interviewed.

Universidade Estadual de Campinas

The selection of data for a grammar

Daniel Leonard Everett

The notion of the autonomy of linguistic competence developed by Noam Chomsky (1965, 1977, 1980) has been criticized by various linguists as inadequate both theoretically and empirically. In this paper I discuss the necessity of viewing linguistic competence as inseparable from the use of language in real situations. I attempt to show that the competence-performance dichotomy is much too rigid as presently defined. The discussion of these issues is based on data from Pirahã, an indigenous language of Brazil (Amazonas).

This study will also relate the necessity of sociological - pragmatic information to diachronic linguistics, mentioning certain neogrammatical, structuralist, and generative studies.

I propose a rough model of a "variable rule" (Labov, Sankoff) approach to Pirahã phonology attempting to demonstrate the internalization of such rules in the cognitive system(s) which control linguistic competence in Pirahã.

Universidade Estadual de Campinas

Rational decision and dialogue:
from epistemology to hermeneutics

Rejane Maria Machado Carrion

In scientific matters, it seems that only two possible situations of disagreement or conflict may obtain, both of them excluding dialogue as a way of resolution. In the first case, the points of view are seen as *incommensurable*; in the second, a *decision* can be attained through a set of rules universally accepted, specifying necessary and sufficient conditions for a solution. In the first case dialogue would be *impossible*, in the second *superfluous*.

Following the picture presented by Richard Rorty in recent publications, we shall see that traditional epistemology has enclosed itself, by force of its foundational presupposition and of a narrow conception of rationality, in the nets of this dilemma. Scientific controversies, particularly in the situations described by Kuhn as *revolutionary*, in which a decision must be made between paradigms, could not be solved by means of dialogue. In the processes of *normal science*, on the other hand, the case in point would not actually involve controversy or dialogue, but a problem-solving activity, in which everything that may count as a solution is clearly and previously stated.

As an alternative to this view, Rorty proposes *hermeneutics*, according to which the issue of the possibility of a *rational understanding* in scientific matters must be separated from the foundational presupposition that only a common privileged basis can support the commensurability of the discourses, and from the idea that rationality is conditioned to the existence of an algorithm for decision. The resolution procedures of the scientific controversies would not be different in their essentials from those involving the search of agreement in practical or aesthetical matters. The frontier between rationality and irrationality runs then together with the frontier of dialogue itself: there is rationality whenever the exercise of communication supports the possibility (the hope) of an agreement based on consensus. The philosopher's task is no longer that of translating different discourses in the language of a common basis, but that of providing, as a well informed dilettant, the communication between the different partners, *keeping the conversation alive*.

In the light of these considerations, the French, Bachelardian epistemology - whose influence upon Kuhn has been little acknowledged - can be better understood and assessed, as an early form of this hermeneutic approach in the field of philosophy of science.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FONOLOGIA E MEMÓRIA LINGUÍSTICA:

O CASO DOS TUPINIQUINS DE CAIEIRAS VELHAS

Maria Bernadete M. Abaurre Gnerre

UNICAMP

Marcio Ferreira da Silva

UNICAMP

Manoel Simplício: "...sabe, se eu fal... se eu soubesse o sota-
que do... do coisa, eu falava, mas é que..."

Entrevistador: "Quem é que fala aqui, ainda?"

Manoel Simplício: "Ninguém, ninguém, ninguém!"

.....
Manoel Simplício: "Não, mas se eu, se eu soubesse falar... eu
falava..., não é? Agora, a minha fala, se eu,
eu, eu tomei entendimento, se eu tou falando,
e que... se eu sei o que é... que eu falo,...
é essa aqui mesmo."

Entrevistador: "Hum..."

Manoel Simplício: "Não é? Eu num posso falar... em outra língua
porque... é essa língua que eu com... peguei
falar, é essa aqui!"

(Trecho de entrevista feita com o Capitão Tupiniquim Manoel
Simplício. Pau Brasil, 22 . 02 . 81)

Embora afirmem não mais falar sua língua original,
os Índios Tupiniquins de Caieiras Velhas, município de Aracruz ,
Espírito Santo, mantêm ainda um estrato lexical que compreende
itens como:

- | | |
|----------------------------|--------------------------------|
| 01. komatere'kɔ'patpo'rãŋa | "Como está você, está bonito?" |
| 02. aβa'tsi | "milho" |
| 03. pa'kɔpa | "banana" |
| 04. ka'zɔka | "casa" |
| 05. karamũ'rũ | "peixe caramuru" |
| 06. aka'ra | "peixe carã" |
| 07. tra'ira | "peixe traíra" |

08. tsĩn'gi	"suco de cipõ"
09. tšim'bo	"tipo de cipõ"
10. pe'tĩma	"cigarro"
11. mikiri'rĩ	"ostra"
12. pitšim'bo	"cigarro"
13. takwara'?ĩ	"cana"
14. kã'wĩ	"cauim"
15. gwem'be	"cipõ imbẽ"
16. ta'ta	"fogo"

Alguns desses itens, como os que mencionamos a seguir, encontram-se também no português regional, sob a forma de empréstimos fonologicamente adaptados:

- 05. karamu'ru
- 06. ka'ra
- 09. tšim'bo
- 13. ta'kwara
- 14. ka'wĩ
- 15. im'be

Não se pode afirmar que os brancos da região tenham tomado emprestados esses vocábulo diretamente dos Tupiniquins, uma vez que a ocupação da área por população não indígena tem uma história complexa que começa no século XVI. É possível imaginar que os brancos tenham emprestado vários itens da Língua Geral conforme falada na costa do estado, entre Santa Cruz e Anchieta, principalmente.

Esta comunicação pretende colocar em evidência as diferenças fonológicas entre esses itens conforme utilizados hoje pelos Tupiniquins e pelas demais populações locais. Os Tupiniquins são falantes de português regional, e apenas em alguns itens lexicais etimologicamente relacionados com o Tupinambã da costa mantêm as características fonológicas específicas aqui consideradas: ocorrência de africada dental surda, articulação mais tensa das oclusivas surdas, ocorrência de fricativa bilabial sonora, vogais intrinsecamente nasalizadas, e vogal central alta.

Os poucos pesquisadores que até hoje visitaram os Tupiniquins são unânimes em afirmar que não há mais lembrança da

língua original. No relatório " A Comunidade Indígena de Caieiras Velhas" (em: UFES-Revista de Cultura, ano 1, nº II, 1979, pp. 12-20), elaborado por uma equipe mista de pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo e da Secretaria de Trabalho e Promoção Social-ES, é feito um levantamento sócio-econômico da comunidade. Sobre a situação lingüística atual, encontra-se apenas a seguinte observação:

Quanto à língua, somente uma mulher em Caieiras Velhas lembra-se de três palavras, que, segundo diz, são vocábulos tupiniquins. Durante a rápida pesquisa não pudemos verificar a autenticidade do fato, pois julgamos terem as palavras pronunciadas, uma influência dos guaranis, que estiveram por algum tempo na região. (p.14)

Os autores desta comunicação verificaram in loco que a memória do grupo vai além de três palavras. Verificaram ainda ser possível demonstrar, por critérios puramente lingüísticos, que não há influência Guarani nos vocábulos colhidos. A lista coletada reflete uma situação lingüística nitidamente distinta do dialeto Guarani falado na região. A título de exemplo, observe-se o seguinte: o vocábulo que significa "bonito" é, em Guarani, /porã/, e em Tupiniquim, assim como em outras línguas da família Tupi-Guarani como o Tupinambá e o Kamayurá, é /poraŋ + a/. É possível postular que em proto Tupi-Guarani (Cf. Lemle, 1971), essa palavra fosse:

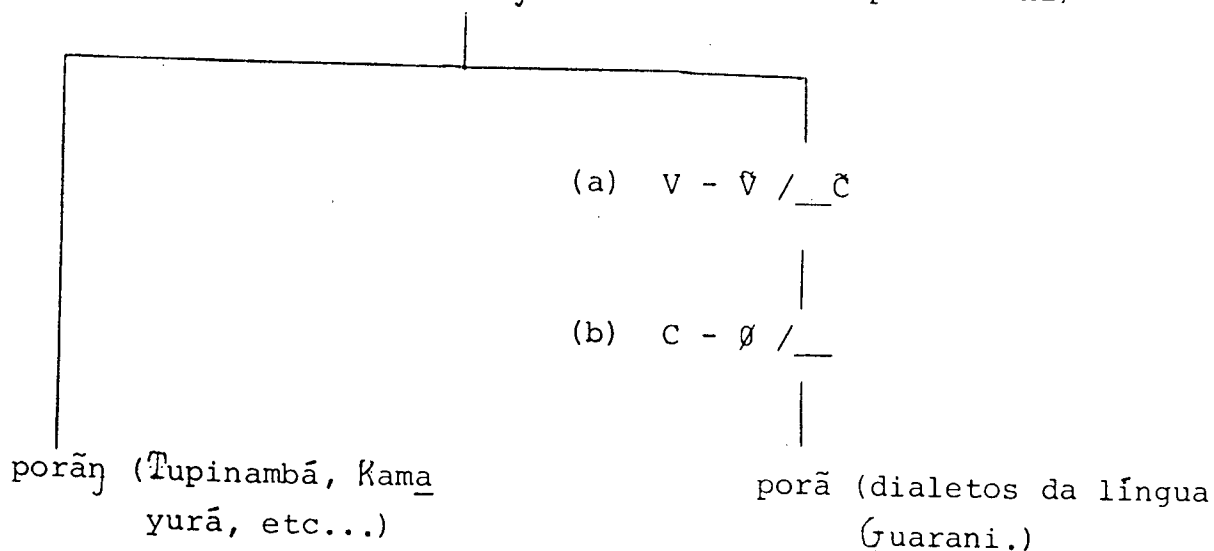
* poraŋ

A língua Guarani se caracteriza, dentre outras coisas, pela inexistência de consoantes na posição final de morfema. Assim, podemos supor que o Guarani sofreu processos históricos como:

- (a) As vogais, antes foneticamente nasais em virtude do contato com uma consoante nasal subsequente, por sua vez seguida de fronteira de morfema, se tornaram fonologicamente nasais.
- (b) Todas as consoantes caíram diante de fronteira de morfema.

Assim:

* porãŋ (proto Tupi-Guarani)



É importante lembrar que o dado guarani /porã/ foi coletado in loco pelos autores desta comunicação, quando visitaram a comunidade Guarani vizinha aos Tupiniquins de Caieiras Velhas.

Os autores pretendem realizar um levantamento mais detalhado da memória lingüística dos Tupiniquins, em diferentes níveis de observação, quer na elicitación de novos itens lexicais e sentenças (memória consciente), quer na análise do português Tupiniquim, por eles próprios denominado "língua impressada" (memória inconsciente). O estudo do português Tupiniquim servirá de base para uma caracterização detalhada de um dialeto regional.

Os dados Tupiniquim aqui apresentados e outros a serem eventualmente coletados, poderão servir de ponto de partida para uma discussão mais ampla a respeito de casos de morte de língua em situações históricas semelhantes a desse grupo. Uma hipótese sobre esse processo é de que os últimos resquícios de uma língua em vias de extinção sejam alguns itens lexicais (1). Com relação aos Tupiniquins, especificamente, D. Pedro II, no diário em que relata sua viagem de inspeção pela província do Espírito Santo em 1860, faz alusão ao encontro que teve com "uma índia velha da tribo tupiniquim", oportunidade em que recolheu alguns vocábulos (incluídos no diário) (2). Isso permite supor que o Tupiniquim fosse ainda uma língua falada na região, por volta do início do século passado. A manutenção de itens lexicais em fase terminal de uma língua pode ocorrer tanto no plano individual (no caso de um

falante que se ausenta da comunidade e passa a não dispor de interlocutores com quem possa interagir em sua língua nativa), como no coletivo (no caso de uma comunidade como a de Caieiras Velhas, por exemplo, que, por motivos histórico-sociais, deixa de falar sua língua original). Nessa situação terminal, os itens lexicais remanescentes podem muito bem conservar características fonológicas específicas. Os dados aqui considerados parecem corroborar tal hipótese, constituindo-se, atualmente, em índice da memória lingüística dos Tupiniquins.

A seguir, faremos algumas considerações a respeito do contexto em que a lista de vocábulos foi coletada. Lembramos que a relação dialética que se estabelece invariavelmente entre o pesquisador e a comunidade constitui, sem dúvida, um dos aspectos centrais de um trabalho de campo. Nesse sentido, gostaríamos de chamar a atenção para a representação, construída pelos Tupiniquins, dos lingüistas que começavam a visitá-los.

Assim que chegamos, tentamos informar ao líder da comunidade que não éramos agentes do Governo nem, obviamente, representantes da Companhia Aracruz Celulose e Aracruz Florestal. Éramos, sim, professores de língua de uma universidade do interior do Estado de São Paulo, interessados tão somente em coletar dados referentes à língua que havia sido falada pelos antepassados do grupo. Dissemos ainda que o nosso interesse se justificava na medida em que possuíamos registros significativos da língua falada na região, durante os séculos XVI e XVII, e que os dados Tupiniquim, caso eles existissem, seriam muito importantes para um estudo diacrônico do sistema, etc., etc....

Apresentamos todas essas justificativas acadêmicas - não sem um certo constrangimento - e, mais tarde, refletimos: Parece que não fomos muito convincentes. Que importância todas essas questões teriam para eles? De qualquer modo, a tentativa efetuada no primeiro dia tinha surtido algum efeito. Final, havíamos conseguido, já nessa ocasião, alguns dados que figuram neste trabalho. Nossa primeira visita ocorreu num sábado. Quando estávamos nos preparando para regressar a Vitória, o líder dos Tupiniquins de Caieiras Velhas, Capitão Alexandre Sizenando, que havia sido nosso informante naquele dia, nos convidou para assistir a uma partida de futebol, que se realizaria

entre a sua comunidade e os Tupiniquins de Pau Brasil. E acrescentou que seria interessante que fôssemos, porque, nessa localidade, talvez existissem outras pessoas que pudessem se lembrar de novos dados sobre a língua de seus ancestrais.

Voltamos a Caieiras Velhas no dia seguinte, domingo, e, de lá, partimos para Pau Brasil em companhia do chefe, de sua mulher e de suas filhas. Assim que chegamos, nosso informante percorreu conosco cada uma das casas dessa localidade, apresentando-nos aos moradores como professores "que estudam língua dos índios", interessados em saber se os Tupiniquins se lembravam ainda da "língua dos antigos". Quando, em um momento determinado, três senhores disseram não mais se lembrar de nada, o Capitão Si_zenando fez questão de lhes dizer que ele havia se lembrado de várias palavras, e que nós, os professores, havíamos anotado tudo. Fatos como este mostraram, já no segundo dia de pesquisa de campo, que os Tupiniquins não só compreendiam nosso interesse acadêmico. Conferiam a ele, implicitamente, uma dimensão política. Afinal, o que significa uma lista de dados foneticamente transcritos, "por professores", senão um verdadeiro "documento de indianidade" para o grupo? Isso ficou claro quando, dias depois, o mesmo Capitão Alexandre Si_zenando, na presença de seu filho, o Cacique José Si_zenando, solicitou uma cópia das nossas transcrições fonéticas, assinadas, guardando-a em uma velha pasta de documentos, onde se encontrava nada menos do que o mapa com a indicação da demarcação das terras do grupo. Sem exagero, podemos afirmar que o papel social e político do lingüista pareceu claro para a comunidade Tupiniquim. Em outras palavras, há sempre expectativas, por parte das comunidades "pesquisadas", com relação às pesquisas.

O relato que acabamos de fazer serve para mostrar que nós, lingüistas, fomos representados pelos Tupiniquins como pessoas que poderiam demonstrar, perante a Sociedade Nacional, que eles deveriam ser considerados índios também do ponto de vista lingüístico, uma vez que dispúnhamos de provas escritas (ou melhor, "transcritas foneticamente...") de sua indianidade.

Um outro episódio talvez mostre o envolvimento que uma comunidade pode demonstrar em uma pesquisa como a nossa.

Um dia, estávamos conversando com o Capitão, quando uma de suas filhas nos interrompeu para dizer que havia se lembrado de mais dois vocábulos Tupiniquins, utilizados por uma velha senhora da comunidade: [mikiri'ri] "ostra" e [takwara'ʔi] "cana" . Sua filha de seis anos tentou imediatamente repetir os vocábulos.

A afirmação corrente segundo a qual a comunidade teria perdido inteiramente a sua memória lingüística (feita tanto por pessoas que visitaram a comunidade como pelos próprios Tupiniquins) deve, portanto, ser melhor qualificada, levando em conta a motivação ideológica que determina as representações feitas por ambas as partes: os Tupiniquins se representaram até hoje como falantes de português regional, uma vez que o que pode ainda ser identificável como de origem Tupiniquim não chega a ser percebido como tal pelos membros da comunidade branca. Há indícios de que os brancos, por sua vez, os tenham até bem recentemente representado como índios (apesar da aculturação do grupo remontar, ao que tudo indica, a meados do século passado) porque tal representação favorecia a discriminação. O interessante é que a situação atual parece indicar uma tendência à inversão dessas representações: O modo de os Tupiniquins garantirem a posse das terras, constantemente ameaçadas pela presença da Companhia Aracruz Celulose e Aracruz Florestal, passou a ser a afirmação da própria indianidade. Os brancos, por sua vez passaram a representá-los como "não-índios" (eles são agora, na melhor das hipóteses, caboclos "remanescentes" de índios). A representação que deles fazem os brancos atualmente, baseia-se fortemente em um critério lingüístico: o fato de os Tupiniquins não mais falarem uma língua "obviamente" indígena.

Em outras palavras, para os brancos da região, a diferença fundamental entre as categorias "índio" e "remanescente" está no fato de a comunidade falar ou não "língua de índio", o que obviamente envolve a comunidade lingüística na discussão. Um lingüista que se proponha, por exemplo, trabalhar em comunidades como a dos Tupiniquins de Caieiras Velhas, não pode limitar os seus "problemas de trabalho de campo numa área indígena" a aspectos como o tipo de caderno e de caneta a serem usados, manutenção dos gravadores e outros apetrechos, escolha de informantes ideais e ao modo de recompensá-los quando fornecem

pares mínimos para uma análise fonológica...

Nesta comunicação tencionamos mostrar como, em um momento de afirmação étnica necessária, os membros de um grupo podem tentar reativar uma memória lingüística latente na tentativa de reforçar lingüisticamente os diacríticos de sua própria identidade. Procuramos mostrar, ainda, que em um primeiro momento tal tentativa pode ser identificada "de fora", tendo sua expressão a nível inconsciente no interior da própria comunidade.

*

Notas:

- (1) Cf. Dressler e Wodak-Leodolter, 1977, a respeito dos aspectos sociolingüísticos envolvidos em casos de morte - ou suicídio - de línguas minoritárias.
- (2) Cf. Rocha, 1980, sobre a coleta de material lingüístico Tupi-niquim efetuada por D. Pedro II, em 1860.

Bibliografia:

- Dressler, W. e R. Wodak-Leodolter, 1977. Language Death. Vol. 12 de International Journal of the Sociology of Language (org. por J. Fishman). The Hague: Mouton.
- Lemle, Miriam, 1971. "Internal Classification of the Tupi-Guarani languages family". em Tupi Studies I. S.I.L.
- Rocha, Levy, 1980. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial LTDA e Brasília: I.N.L. UFES. Revista de Cultura. Universidade Federal do Espírito Santo. Ano 1, nº II, 1979.

ALGUNS CASOS DE FORMAÇÃO DE PLURAL EM PORTUGUÊS:
UMA ABORDAGEM NATURAL

Maria Bernadete M. Abaurre Gnerre
UNICAMP

...e quando tem ditõgo antes de til. muitas vezes acreçentão /s/ não mais como mãl. mãis. mãos.ra bão. rabãos. ruim. ruis. mas outras muitas vezes os nomes acaba dos em ão cõ ditõgo e til/ mudãõ alghũa das vogaes desse ditongo ou ābas como tabaliãõ. tabaliães. cordãõ. cordões. tabaliãõ muda hũa so letra do ditongo e cordãõ ābas: tabaliãõ muda. o. em. e. e cordãõ muda todo o ditongo. ãõ. em outro .õe. Mas pã limitar q̃es sãõ os nomes q̃ acreçentão /s/ ou. mudãõ hũa so letra ou ambas as do ditongo eu não acho regra mais geral queta que agora darey ainda que tera muitas eiçeições.

(Fernão D'Oliveyra,
Grammatica da Lingoagem
Portuguesa. Lisboa 1536.
Capitolo XLV)

1.0. Considerações Preliminares

1.1. Introdução

Os primeiros trabalhos sobre o componente fonológico do português feitos segundo a proposta da Fonologia Gerativa Standard, criaram, de certa forma, a expectativa de uma simplificação no tratamento de aspectos tradicionalmente tidos como complexos na morfologia da língua. Este trabalho pretende discutir essa aparente "simplificação", obtida às custas de uma abstração excessiva nas formas subjacentes propostas, e de uma conseqüente "complicação" dos aspectos fonológicos.

Nas páginas seguintes serão discutidos alguns casos de formação de plural em português à luz da Fonologia Gerativa Natural* (Abaurre-Gnerre, 1976; Bruck, Fox e La Galy, 1974; Hooper, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976; Hudson, 1975; Vennemann, 1971a, b, 1972a, b, c, d, 1973, 1974)¹. Este modelo teórico (doravante FGN) foi proposto há uns dez anos, aproximadamente, e procura, em linhas gerais, dar conta de certos aspectos das línguas naturais sem o recurso a mecanismos muito poderosos de análise como os propostos pela Fonologia Gerativa Standard (FGS).

Os dados do português que me proponho considerar neste trabalho podem ser interpretados como evidência em favor da escolha da FGN como modelo teórico mais adequado para uma descrição linguística que se pretenda explicativa de dados de aquisição de morfologia por falantes nativos e da direção da mudança linguística. Nas seções seguintes apresentarei os dados relevantes e comentarei brevemente as análises propostas para esses dados dentro do quadro teórico da FGS. Elencarei, a seguir, os postulados básicos da FGN, para então propor uma análise dos dados do português baseada neste modelo teórico. Finalmente, comparando os resultados dos dois procedimentos analíticos e suas respectivas conseqüências e implicações, tentarei argumentar que a FGN permite uma análise mais adequada do que a FGS, do ponto de vista da adequação descritiva, para os casos de formação de plural em questão.

1.2. Dados Relevantes

Os casos de formação de plural dos quais me ocuparei referem-se aos nomes que terminam foneticamente em ditongo nasal, tanto nas formas do singular como nas formas do plural². O ditongo nasal final é sempre [ãw] na forma singular. No plural, no entanto, além do acréscimo da marca geral de plural da língua, /s/, alguns nomes apresentam uma alternância morfofonêmica na vogal e/ou glide do di-

tongo nasal. Considere-se, pois, o primeiro conjunto ilustrativo de exemplos (1):

(1) (a)	sg.	[sexmãw̃]	pl.	[sexmõys]	'sermão'
	(b)	[pãw̃]		[pãys]	'pão'
	(c)	[ixmãw̃]		[ixmõws]	'irmão'

Observe-se que em (c) acrescenta-se apenas o morfema de plural para formar o plural; em (b) ocorre também a alternância \tilde{w}/\tilde{y} ; em (a), além de \tilde{w}/\tilde{y} , há também a alternância $\tilde{ã}/\tilde{o}$. Estes nomes são parte de uma numerosa classe de nomes em $-[\tilde{o}\tilde{w}]$ e têm sido tradicionalmente categorizados, nas gramáticas normativas, em três sub-classes morfológicas de acordo com a maneira pela qual formam o plural. Exemplifica-se, a seguir, essa categorização morfológica tradicional (em: Celso Cunha, 1970: 125-26):

(2) Formação do Plural

Regras Especiais:

1. Os substantivos terminados em -ão formam o plural de três maneiras:

(a) a maioria muda a final -ão em -ões.

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
balão	balões	gavião	gaviões
botão	botões	leão	leões
canção	canções	nação	nações
confissão	confissões	operação	operações
coração	corações	opinião	opiniões
eleição	eleições	questão	questões
estação	estações	tubarão	tubarões
fração	frações	vulcão	vulcões

Neste grupo se incluem todos os aumentativos:

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
amigalhão	amigalhões	moleirão	moleirões
bobalhão	bobalhões	narigão	narigões
casarão	casarões	paredão	paredões
chapelão	chapelões	pobretão	pobretões
dramalhão	dramalhões	rapagão	rapagões
espertalhão	espertalhões	sabichão	sabichões
facão	facões	vagalhão	vagalhões
figurão	figurões	vozeirão	vozeirões

(b) um reduzido número muda o final -ão em -ães:

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
alemão bastião cão capelão capitão catalão	alemães bastiães cães capelães capitães catalães	charlatão escrivão guardião pão sacristão tabelião	charlatães escrivães guardiães pães sacristães tabeliães

(c) um número pequeno de oxítonos e todos os paroxítonos acrescentam simplesmente um -s à forma singular:

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
cidadão cortesão cristão desvão irmão pagão	cidadãos cortesãos cristãos desvãos irmãos pagãos	acórdão bênção golfão orfão órgão sótão	acórdãos bênções golfãos órfãos órgãos sótãos

Observações:

1º) Neste grupo se incluem os monossílabos tônicos chão, grão, mão e vão, que fazem no plural chãos, grãos, mãos e vãos.

2º) Artesão, quando significa "artífice", faz no plural artesãos; no sentido de "adorno arquitetônico", o seu plural pode ser artesãos ou artesões.

3º) Para alguns substantivos finalizados em -ão, não há ainda uma forma de plural definitivamente fixada, notando-se, porém, na linguagem corrente, uma preferência sensível pela formação mais comum, em -ões. Assim:

SINGULAR	PLURAL ³	SINGULAR	PLURAL
alão	{ alãos alões alães	ermitão	{ ermitães ermitões ermitãos
alazão	{ alazães alazões	hortelão	{ hortelãos hortelões
aldeão	{ aldeãos aldeões aldeães	rufião	{ rufiães rufiões
ancião	{ anciãos anciões anciães	sultão	{ sultões sultãos sultães
castelão	{ castelãos castelões	verão	{ verões verãos
deão	{ deães deões	vilão	{ vilãos vilões

4º) Camão, composto de mão, devia apresentar apenas o plural camãos; a par desse, existe também...

São as análises propostas pela FGS e pela FGN, respectivamente, para dar conta das alternâncias morfofonêmicas nos dados em (2) que examinarei e tentarei avaliar a seguir. Começamos, pois, pela consideração das análises conhecidas baseadas nos pressupostos da FGS.

2.0. Ditongos nasais nos pares sg./pl.: análises abstratas em FGS

Em Abaurre-Gnerre (1973b) dediquei algum tempo à consideração de análises abstratas propostas para os ditongos nasais em português (Hensey, 1968; Saciuk, 1970; N. St. Clair, 1971; Brasington, 1971; Abaurre-Gnerre, 1973a). Essas análises são representativas, todas, da FGS, diferindo muito pouco em suas propostas básicas. Concentrei-me então, primariamente, em uma apresentação crítica da análise de Saciuk, representativa da abordagem mais tradicional em Fonologia Gerativa, e nos problemas que tal análise levanta. Na minha análise dos ditongos nasais, que se seguiu à discussão da de Saciuk, propus formulações alternativas para algumas de suas regras, que me parecem mais motivadas para o português. Apresentei ainda argumentos a favor da substituição da regra de Inserção de Glide, proposta por Saciuk, por uma regra de Vocalização de -n, o que me parece dar conta, de maneira mais natural, dos dados em questão. Ainda acho que, se se adota como quadro de referência a FGS, minha análise é preferível à de Saciuk, por motivos que procurei explicitar no trabalho citado e que não serão repetidos aqui.

A apresentação esquemática que farei a seguir, da análise em FGS que propus para os dados (Abaurre-Gnerre, 1973b), pretende ser o pano de fundo para a apresentação da análise em FGN, na seção 3.1.

Nas análises fonológicas que seguem os pressupostos da FGS é perfeitamente válido recorrer à abstração nas formas subjacentes, em casos, por exemplo, de alternâncias do tipo observado em (1) (a) e (b), de modo a fazer com que as formas superficiais possam ser deri-

vadas, para todos os membros de um conjunto alternante, a partir de apenas uma forma básica, por meio da aplicação de regras que devem, em muitos casos, ter uma ordenação extrínseca. Tal seria o caso, e.g., dos dados do português mencionados em (1). Portanto, para formas superficiais do tipo:

- | | | | | |
|-----|-----|-----------|------------|----------|
| (1) | sg. | | pl. | |
| | (a) | [sexmãw̃] | [sexmõys̃] | 'sermão' |
| | (b) | [pãw̃] | [pãys̃] | 'pão' |
| | (c) | [ixmãw̃] | [ixmãws̃] | 'irmão' |

podem ser propostas formas subjacentes como:

- | | | | |
|-----|-----|-----------|---------------|
| (3) | sg. | | pl. |
| | (a) | /sermone/ | /sermone + e/ |
| | (b) | /pane/ | /pane + s/ |
| | (c) | /irmano/ | /irmano + s/ |

As formas subjacentes em (3) são abstratas no sentido de que nunca se manifestam superficialmente. Em uma abordagem do tipo FGS assume-se a existência de um nível abstrato de representações nas descrições fonológicas, e, além disso, que as formas subjacentes propostas possuem algum tipo de realidade psicológica para os falantes nativos da língua em estudo. Certamente, mesmo em FGS, não se podem propor formas subjacentes abstratas sem motivação independente aceitável. Há, evidentemente, um modo de restringir a abstração extrema nas representações fonológicas. No caso dos dados de português, por exemplo, um argumento a favor da suposta realidade psicológica das formas básicas propostas em (3), argumento que permeia todas as análises abstratas até o momento propostas, é o fato de os falantes de português possuírem em seu léxico formas como:

- | | | |
|--------|---------------|--------------|
| (4)(a) | [sexmõnãriw̃] | 'sermonário' |
| (b) | [pãnikãx̃] | 'panificar' |
| (c) | [ixmãnãdos] | 'irmãnos' |

O argumento baseia-se no fato de que os falantes relacionam as formas em (4) àquelas em (1), com base na semelhança semântica existente entre cada par. Isto justificaria, e.g., a presença do segmento abstrato /n/ nas formas básicas em (3), que nunca se manifesta superficialmente nas formas com ditongos nasais finais como aquelas em (1).

Espera-se, assim, que toda a abstração introduzida nas representações subjacentes, em uma análise em FGS, seja justificada.

Um conjunto possível de regras extrinsecamente ordenadas propostas para derivar as formas superficiais em (1) a partir das formas subjacentes em (3) é o seguinte (cf. Abaurre-Gnerre, 1973b)⁴:

(5) Regras ordenadas:

- 1. Acento
- 2. Nasalização

$$v \longrightarrow [+ \text{nasal}] / \text{---} [\overset{C}{+ \text{nasal}}]$$

- 2'. Restrição dialetal específica:

$$\left[\begin{array}{c} V \\ + \text{nasal} \end{array} \right] \longrightarrow [- \text{baixa}]$$

- 3. Apócope

$$e \longrightarrow \emptyset / \left\{ \begin{array}{l} + \text{cons} \\ + \text{sonor} \\ + \text{COR} \\ z \end{array} \right\} \text{---} \neq]_N$$

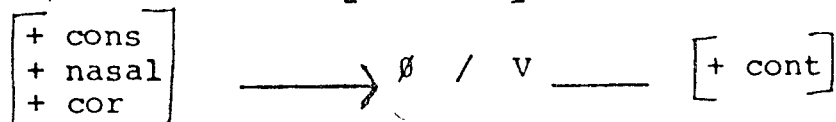
- X • 4. Vocalização de -n

$$\left[\begin{array}{c} + \text{cons} \\ + \text{nasal} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{c} - \text{cons} \\ - \text{voc} \\ \alpha \text{ post} \end{array} \right] / \left[\begin{array}{c} V \\ \alpha \text{ post} \end{array} \right] \text{---} \neq$$

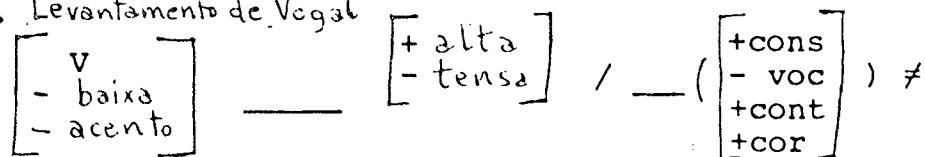
- 5. Desarredondamento

$$v \longrightarrow [- \text{arred.}] / \text{---} \left[\begin{array}{c} G \\ + \text{nasal} \\ + \text{post} \end{array} \right] \neq$$

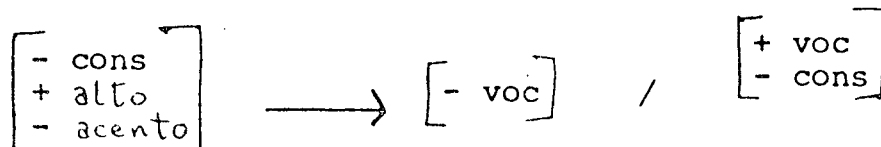
6. Apagamento de -n ([+Nativo])



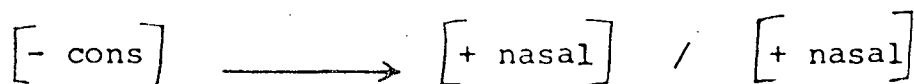
7. Levantamento de Vogal



8. Formação de glide



9. Nasalização Secundária



Dadas as regras ordenadas em (5), a derivação das formas em (1) se processa da seguinte maneira:

(6) Exemplos de Derivações

	/sermone/	/sermonets/	/pane/	/panets/	/irmano/	/irmanos/
1.	sermōne	sermōnes	pāne	pānes	irmāno	irmānos
2e2'	sermōne	sermōnes	pāne	pānes	irmāno	irmānos
3.	sermōn	_____	pān	_____	_____	_____
4.	sermōw	_____	pāw	_____	_____	_____
5.	sermāw	_____	_____	_____	_____	_____
6.	_____	sermō es	_____	pā es	irmā o	irmā os
7.	_____	sermō Is	_____	pā Is	irmā U	irmā Us
8.	_____	sermōys	_____	pāys	irmāw	irmāws
9.	_____	sermōys	_____	pāys	irmāw	irmāws
	[sexmāw]	[sexmōys]	[pāw]	[pāys]	[ixmāw]	[ixmāws]

Esta análise abstrata é representativa da FGS. Passarei agora a discutir uma análise baseada nas propostas da FGN. Para elaborar tal análise será necessário, no entanto, apresentar preliminarmente os pressupostos teóricos básicos deste modelo ~~teórico~~, o que se fará na seção 3.0.

3.0. FGN: uma abordagem concreta

Em um trabalho intitulado "Natural Generative Phonology", lido durante a reunião anual da LSA em Saint Louis, Mo., em dezembro de 1971, Theo Vennemann fez a proposta de um modelo mais restrito de fonologia, menos poderoso do que a Fonologia Gerativa Standard. Este modelo tem se desenvolvido, desde então, a partir de uma série de trabalhos de Vennemann (1971b, 1972a, b, c, d, 1973, 1974) e de Hooper (1972, 1973, 1974, 1975, 1976), principalmente.

Uma das características principais da FGN é o fato de o modelo propor fortes restrições à abstração. Em FGN não seria admissível, por exemplo, uma análise abstrata como a proposta para o plural em português na seção precedente. Os principais postulados da FGN encontram-se já em Hooper (1973:21):

Phonology in a natural generative grammar (NGG) is similar in many ways to phonology in TGG. In NGG there is a lexicon in which individual lexical items are given phonological shape by distinctive features that have intrinsic phonetic content. In NGG there is a phonological component which contains rules which generate surface forms from underlying forms. The difference between the theories is that NGG is more constrained than TGG. (...) NGG is a less powerful theory, and therefore more highly valued if it can be shown that the analyses selected by NGG make the correct claims about the linguistic data.

Nas seções seguintes procurarei trazer evidências, a partir de dados do português, em favor da FGN. Procurarei mostrar que este modelo permite fazer afirmações corretas a respeito dos dados relativos ao plural dos nomes em $-\left[\tilde{\text{ə}}\tilde{\text{w}}\right]$, enquanto que as afirmações decorrentes da FGS são, em muitos casos, problemáticas.

Quanto ao problema do grau de abstração permissível nas representações subjacentes, a FGN tentou solucioná-lo da maneira mais forte possível. A primeira restrição proposta neste sentido foi a Condição de Naturalidade Forte (Vennemann, 1973). Esta condição requer que morfemas não-alternantes tenham formas subjacentes idênticas a suas representações fonéticas, e que morfemas alternantes tenham um dos alomorfes superficiais listados no léxico e os demais derivados a partir dele. A CNF proíbe ainda que formas subjacentes híbridas, reunindo características de mais de um alomorfe de um morfema alternante, sejam propostas.

A escolha do alomorfe básico para figurar no léxico deveria ser determinada pela Condição de Não Ordenação na aplicação das regras (que se discutirá a seguir), pela própria Condição de Naturalidade Forte, ou por ambas. No entanto, quando:

neither the No-Ordering Principle nor the No-Ordering Principle and the Strong Naturalness Condition together lead to a unique solution of a lexical-representation problem, the lexical representation of a root is that allomorph of the root which occurs in the most basic (most primitive, 'unmarked') semantic category of the paradigm. (Vennemann, 1973:18)

Após ser aplicada com sucesso a alguns dados de línguas específicas, a Condição de Naturalidade Forte demonstrou-se, no entanto, inadequada, em casos em que a escolha de qualquer dos alomorfes de um morfema alternante, ainda que baseada no critério semântico da "primitividade", levava à proposta de regras não naturais. Para solucionar este problema, propôs-se uma versão revista da Condição de Naturalidade Forte que representa a restrição mais forte possível à abstração das formas subjacentes. A Condição de Naturalidade Forte Revista de Vennemann requer que o léxico contenha uma lista de todas as palavras da língua, representadas foneticamente.⁶ As regras da gramática funcionam, assim, na maioria dos casos, como regras de

7



AN INTRODUCTION TO NATURAL GENERATIVE PHONOLOGY

Joan B. Hooper

*Department of Linguistics
State University of New York at Buffalo
Buffalo, New York*



Academic Press New York San Francisco London
A Subsidiary of Harcourt Brace Jovanovich, Publishers

Fig. No. 09
Pasta No. 01
Rubrica *JP*



Acknowledgments

X The development of the ideas presented here has come about through much discussion with other linguists, and I am very grateful to everyone who took the time to share their insights or air their criticisms with me. I am grateful to the students at SUNY Buffalo for their response and support, not to mention their ideas and suggestions, among them in particular, Bernadette Abaurre, Richard Mowrey, William Pagliuca, and Blair Rudes, who very generously gave their time, ideas, and data. Thanks go also to the Chicago Linguistic Society for allowing me to use parts of my article "Rule Morphologization in Natural Generative Phonology," which appeared in the *Proceedings from the Parasession on Natural Phonology*. I would also like to thank Joyce Russell for the patience and care she put into typing the manuscript and its numerous revisions. For reading and commenting on parts of the manuscript in earlier versions, I am grateful to Stephen Anderson, James Harris, Grover Hudson, Paul Schachter, and especially Theo Vennemann. This work has benefited immensely from a long, and sometimes harrowing, correspondence with James Harris, who patiently unloaded mountains of criticism on me, and in so doing forced me to clarify my position and

the details of the theory. My greatest debt, of course, is to Theo Venne-
mann, who taught me to seek explanations, and who saw how to for-
mulate a new theory at a time when most of us knew only that the old
one would not do.

An Introduction
to
Natural Generative
Phonology

structuring of the second plural morpheme at this particular period was probably due to a combination of nonphonological factors. One of these factors could have been frequency: The suffix *-des* occurred on second person plural forms in every tense of every verb, which would make it one of the most frequent items containing an intervocalic /d/. Thus it is possible that its frequent use encouraged its reduction. Further, there are the social factors. In Modern Spanish the deletion of /d/ is stigmatized, and it was no doubt stigmatized in Old Spanish. But it is possible for the pronunciation of a particular form to lose its stigma while similar pronunciations of other forms remain stigmatized.

Consider now a hypothetical situation that would have arisen if the general process of weakening of intervocalic consonants had been arrested after the restructuring of the second plural suffix. Then it would appear that an isolated change had occurred in this morpheme only and give the impression that a sound change can be morphologically conditioned. I would like to suggest that the examination of a large number of cases will reveal that the initiation of a sound change always has a very straightforward phonetic explanation but that the implementation of a sound change is subject to diverse influences that create complex situations.

7

Underlying Representations

7.1 Phonetic Variation

In NGP the phonological forms of underlying representations are closely related to surface phonetic forms. We will be discussing several models of the lexicon in this chapter, all of which require that the surface phonetic forms guide the choice of underlying forms. Therefore it is necessary to discuss a problem that always arises in considerations of phonetic representations, the problem of the huge amount of phonetic variation that is found in all languages. If we formulate a constraint on underlying forms to the effect that underlying forms be identical to surface phonetic forms, or be archisegmental representations of surface phonetic forms, then the problem is of WHICH surface phonetic forms, since any word or morpheme has a number of surface realizations predicted, not morphophonemically, but phonetically and by speech style or tempo. Furthermore, to the extent that the variation is predictable, it should be represented in the grammar.

Several important facts suggest a model for representing variable forms in the grammar. One fact is that variable representations of the

same form are relatable to one another by general rules. For instance, the careful form for *security* [səkyɪrɪti] is related to the more casual form [ʃkyɪrɪri] by the processes of schwa-deletion and flapping. The second important fact is that the casual form may be derived from the careful form, but not vice versa. This is because the rules that apply in more casual styles are largely reductive rules, e.g., neutralizations such as flapping, vowel reduction rules, and deletion rules. The careful forms contain more information than the more casual forms. These facts, which hold for all languages, suggest that the most careful style of speech should be taken as the basis for the phonological shape of underlying forms, and the more casual forms derived from this by variable rules, as proposed in Abaurre (1974) and Rudes (1975). The careful or explicit form of speech we have in mind here should be distinguished from artificially explicit or hypercorrect forms of speech, which may be derived by adaptive rules, as proposed by Anderson (1973). The underlying representations should be based on the most explicit, naturally occurring spoken forms. Thus the underlying representation of *security* would be based on [səkyɪrɪti], and [ʃkyɪrɪri] will be derived by rule.

Most languages exhibit a number of styles or tempos all related to one another by rules. Furthermore, some of the variable rules appear to be interdependent, as Kučera (1973) has observed. That is, the application of one rule to a form necessitates the application of other rules in order to arrive at an acceptable output. For example, in the word *security*, it is possible to have an output to which flapping has been applied, but not schwa-deletion, [səkyɪrɪri]; but an unacceptable output results from applying schwa-deletion without applying flapping, *[ʃkyɪrɪti]. This fact could be accounted for by setting up at least three styles or tempos in English, each of which REQUIRES certain rules to apply, as in Rudes (1975). The rules, then, are not optional but OBLIGATORY, given the proper combination of factors, both phonological and social. Three forms for *security* could be generated as follows:

- | | | | |
|-----|-------------|-------------|--|
| (1) | Andante: | [səkyɪrɪti] | underlying form with all
redundancies filled in |
| | Allegretto: | [səkyɪrɪri] | flapping |
| | Presto: | [ʃkyɪrɪri] | flapping
schwa-deletion |

If the rules were truly optional or variable, it would be difficult to account for the dependency of schwa-deletion on flapping, especially since these processes are quite unrelated phonologically. The explanation of their interrelatedness in Rudes's hypothesis is that both flapping and schwa-deletion are characteristic of Presto speech and obligatory within this

style. Kučera (1973:514) found that such interdependencies could be identified in Czech even across word boundaries, but the farther removed the two interdependent elements were in the string, the less glaring the inconsistency. This is because it is possible to change styles within a sentence but rarely within a word.

Our example also shows a characteristic asymmetry in the relations among styles. Schwa-deletion is dependent upon flapping, but flapping is completely independent of schwa-deletion. If we think of the styles in a hierarchy, the most explicit style being the highest and the most casual being the lowest, we find that the reflexes of rules that apply in higher styles persevere into the lower styles; the result of a rule in a higher style is never undone in a lower style. Put another way, each lower style produces a further reduction of the phonetic string. This characteristic of the relations among styles suggested to Abaurre (1974) that the various styles be generated by a block or cycle of rules for each style. Each cycle of rules applies to the output of the higher cycle.

Let us consider Abaurre's examples from Brazilian Portuguese. In Largo, the relevant rules are palatalization, which palatalizes coronal stops (/t/ and /d/) before the high front vowel, and nasalization, which nasalizes a vowel before a nasal consonant. In Andante, final unstressed mid vowels become high (vowel raising). These vowels condition a reapplication of palatalization. In Allegretto, high front vowels after palatal consonants are deleted (vowel deletion). The variants of *teatrinho* 'little theater' and *morte* 'death' exemplify the process:

(2)	<i>teatrinho</i>	<i>morte</i>	rules
Largo:	[čiatrĩno]	[mɔhte]	palatalization nasalization
Andante:	[čiatrĩnu]	[mɔhči]	vowel raising palatalization
Allegretto:	[čatrĩnu]	[mɔhč]	vowel deletion

Observe that the palatal consonant derived by the fully productive rule in Largo for *teatrinho* and in Andante for *morte* persists in Allegretto despite the deletion of the vowel that conditions it. Similarly, in the Presto version of *teatrinho*, final vowel and nasal are deleted, but the nasalization remains on the vowel: [čatrĩ:]. The reflexes of rules applied in a higher style remain constant in the lower styles.

Furthermore, there is a certain coherence among the styles that I believe is characteristic of the relations among styles. Each style does not derive from the underlying forms using totally different processes, but

rather each style continues a progression in the same direction as the preceding style. Thus the vowel raising process in Andante, which is a reductive process, is carried further in Allegretto and Presto as the unstressed high vowels are deleted. This coherence among the styles may be expressed by having the rules of each style operate on the output of the rules of the immediately preceding style.

An apparent paradox in this model is the representation of more casual and faster forms of speech as being affected by more rules than the slower, more careful forms. One would expect careful speech to require more rules than sloppy speech. Of course, since these rules are all natural processes, one could speak of the suppression of natural processes in careful speech (as in Stampe, 1973). The effort in careful speech would be in the suppression; in casual speech the speaker merely lets the natural processes take over. However, I am not totally satisfied with this characterization either. The difficulty lies, it seems to me, not in the particular model of stylistic variation, but rather in the conception of the phonological process or rule on which this model is based.

As I pointed out in the last chapter, the prevailing notion that if there is no assimilation (for example), there is no rule, and if there is an assimilation, there is a rule, draws a distinction between having a rule and not having one that is simply erroneous. Consider a sequence of segments, /ti/, that is classified as a sequence of a segment that is [+stop, +coronal] followed by a segment [+vocalic, +palatal]. In a language where this sequence is phonetically [ti], we posit no rule. Yet technically there has to be some rule to implement the phonetic realization of this string: The classificatory representation contains the information that the coronal closure precedes the palatal vowel; the exact timing of the two articulations must be governed by a rule. In particular, the palatal positioning of the tongue must not follow the articulation of [t] too closely or the result is likely to be a palatalization of [t]. On the other hand, in a language in which the phonetic realization of /ti/ is [çi], the rule that specifies the relative timing times the palatal articulation to begin during the stop closure. Whether the phonetic realization is [ti] or [çi], some rule is needed. We tend to represent the output with phonetic [ti] as the unmarked situation—the situation that would exist if no language-specific rules applied. But it is not clear that this is an accurate representation; a number of unrelated languages realize /ti/ as [çi] (e.g., Brazilian Portuguese and Japanese). As Stampe has argued, it is the NONAPPLICATION of a natural process that is a language-specific phenomenon. But again Stampe is assuming that it takes a process to derive [çi] and no process to derive [ti]. It is important to remember, however, that in reality it takes the same number of rules to derive [ti]

more natural process
 etc. → rule ...

?

→

→

11/2/73

from /ti/ as to derive [či] or [č] from /ti/. More casual styles of speech do not derive from the application of more rules but merely from the modification of rules. Even the progression of [či] to [č] in (2) does not really represent the addition of a deletion rule; it represents the ultimate stage in the regressive retiming of the palatal vowel: The palatal articulation of the vowel occurs simultaneously with the articulation of the consonant and is no longer a separate gesture.

The remarkable coherence we find in the processes applying in the various styles is due to the fact—not that the rules of each style apply to the output of a previous style in a synchronic sense—but rather that processes of each style are further modifications of rules existing in higher styles, and these modifications advance in a predetermined direction. However, the model that Abaurre and Rudes develop for deriving speech styles is a useful descriptive device, as long as we bear in mind what our rules represent and what they do not represent.

Let us now refer back to the variation found in Brazilian Portuguese to make another point. Because of the reductions and deletions characteristic of fast, casual speech, certain feature values appear to be contrastive in these forms that are not contrastive in the more careful styles. For example, the [č] in Brazilian Portuguese occurs in Allegretto in environments where it is not entirely predictable from the forms in that style; that is, it occurs before vowels other than [i] and at the ends of words, e.g., [čatriɲu] and [mɔhč]. Although in the model I have been discussing, all surface contrasts are represented as lexical contrasts, the existence of these Allegretto forms does not mean that [č] must be entered in the lexicon as a contrastive segment. Rather the contrastive units are established on the basis of the most careful (but not hypercorrect) form of speech. Since a single speaker may use forms such as [mɔhte], [mɔhči], and [mɔhč], we surmise that the relationship between the forms is part of his grammar. The speaker knows, in effect, that [mɔhč] is derived from [mɔhči] and [mɔhte], and since these forms actually exist in spontaneous speech, the derivation is considered real. The palatal consonant [č] is not phonemic in Brazilian Portuguese as long as stylistic forms (of the same words) exist in which the conditioning environment is present. If, in the future, the forms [mɔhte] and [mɔhči] are no longer used, and [mɔhč] is the Largo form, the palatal consonant will have to be entered in the lexicon.

Abaurre discusses another point in connection with speech styles that is characteristic of stylistic variation and illustrates the complexities in the notion of phonetic representation. A form such as [mɔhč], common in Allegretto speech, violates a very strong syllable structure condition that applies in Largo and Andante speech. In Largo and An-

dante, a syllable may not end in a stop (or affricate). Historically, vowel epenthesis applies to correct violations of this condition: In Largo *tecnico* 'technician' is [tɛkiniko]; *ritmico* 'rhythmic' is [híçimiko]; *etnico* 'ethnic' is [éçiniko] (in the latter two examples the epenthetic [i] conditions palatalization). This vowel epenthesis is productive in more recent borrowings; e.g., *futbol* is [fúçibol]. Yet in Allegretto the vowel that is inserted to avoid syllable-final obstruents in careful speech is deleted after palatals in casual speech, e.g., Allegretto [híçmiku], [éçniku], [fúçbol], producing syllable-final affricates in blatant violation of the syllable structure conditions of Largo and Andante speech. This example illustrates a situation I believe is typical of phonetic structure. There are few absolutes; there is rather considerable variation in styles and tempos produced by a complex interplay of productive rules and conditions.

7.2 Underlying Representation of Phonetic Alternations

To this point, I have discussed the constraints on NGP in terms of a condition on rules, the True Generalization Condition, and a condition on their application, the No-Ordering Condition. All writers in the area of natural generative phonology agree that these conditions are correct (Hudson, 1974b; Vennemann, 1974b; Hooper, 1975; Rudes, 1975). While these two conditions have definite implications for underlying representations, they unfortunately have little bearing on certain details of underlying representation. We have already seen that the two conditions, in effect, rule out all phonological abstractness in the form of imaginary or abstract segments, because rules that are true generalizations cannot apply to segments that are abstract. Despite this, a number of questions involving the lexical representation of alternations remain to be answered. These questions will be discussed here in two parts: first, the underlying representations of forms undergoing phonetically conditioned alternations and, second, the representations of forms undergoing morphosyntactically conditioned alternations.

We begin with Vennemann's original proposal for constraining natural generative phonology. His first formulation of the theory called for the No-Ordering Condition and another condition that was stated as a condition on underlying forms, rather than a condition on rules. This condition, the Strong Naturalness Condition (Vennemann, 1971), has two parts, stated as follows:

- (3) (a) The underlying forms of nonalternating morphemes are identical to their phonetic representations.

- (b) For alternating forms (a morpheme with one or more allomorphs), one of the allomorphs is listed in the lexicon in its phonetic representation, and the others are derived from it.¹

This is the strongest possible condition on the abstractness of underlying forms, since it does not allow any abstractness at all. Under this condition there will be a great deal of redundancy in the lexical representations, but this does not mean that any generalizations that are considered valid are left unexpressed. Rather, the P-rules apply vacuously to lexical representations as redundancy rules. They also apply generatively, changing feature values, if the rule's structural description arises in the course of a derivation. MP-rules do not apply redundantly in the lexicon; rather they apply generatively to derive surface allomorphs from the basic underlying allomorph.

The Strong Naturalness Condition, along with the No-Ordering Condition, has the same effect as the True Generalization Condition: It requires that surface forms be related to one another in the most direct fashion possible so that the rules of the grammar represent transparent surface generalizations rather than abstract generalizations. This is, of course, the desired result, as we have already seen.

However, the Strong Naturalness Condition as stated above must be revised. There are two problems with it. The first is that syllable structure conditions and rules motivated by syllable structure cannot apply to lexical representation since these are in the form of morphemes, which are not necessarily composed of complete syllables. That is, while all phonetically motivated rules apply vacuously to lexical representations, syllable structure rules (which are considered to be phonetically motivated) cannot apply without producing incorrect results. Consider the very familiar process of syllable-final devoicing in German, which produces alternations such as the following: *Bund* 'league' has the forms [bunt] (nominative singular) and [bundəs] (genitive singular). Suppose we enter in the lexicon a representation /bund/ for 'league' from which we will derive [bunt] and [bundəs]. We do not want the syllable-final devoicing rule to apply to /bund/ because it would give us /bunt/ as an underlying representation, and it would be impossible to derive the surface form [bundəs] without postulating a totally unmotivated rule of voicing. Of course, the point is that syllable-final devoicing should not apply to underlying forms such as /bund/ be-

¹ The Strong Naturalness Condition has also appeared in Vennemann (1974a,b). It is quoted here with the permission of Georgetown University Press and the Chicago Linguistic Society.

voiceless), it brings a minimum of new features into the form, and, as we have pointed out, the result of the insertion is an improved syllable structure. Not all C insertion is motivated by the SSC, but C insertion is certainly constrained by the SSC; i.e., a C will not be inserted if its insertion would produce a violation of the SSC.

Consonantal insertion between vowels always involves a minimal segment, usually a glide. Sometimes an epenthetic glide develops between two contiguous vowels, as in these dialectal forms for the first singular of the present tense (Menéndez Pidal, 1968:189):

(18)

Standard	Dialectal (Astorga)	
<i>veo</i>	<i>veyo</i>	'I see'
<i>leo</i>	<i>leyo</i>	'I read'
<i>creo</i>	<i>creyo</i>	'I believe'

The quality of the glide is determined by the preceding vowel. Thus the examples in (18) have a front glide; variant Old Spanish forms show the insertion of the labial fricative after a back vowel: *juicio*, *juvizio* 'justice'; *juez*, *juvez* 'judge'. This fricative is only a little stronger than the back glide [w]. (In fact the spelling *v* may have actually represented this glide.) A C inserted between two V's is never a strong segment ([t], [b], etc.).

The source of the inserted glide is the transition between the articulation of the two V's. The motivation for the development of a full glide here is the Optimal Syllable Principle; a CV syllable replaces a V syllable. Glide epenthesis does not occur in word-initial position because there is no source for a glide. Instead, in word-initial position the epenthetic C, if one develops at all, is the glottal stop (the minimal stop), as found in English before initial V's.

The purpose of this chapter has been to show how segmental insertions and deletions are handled in NGP, since most insertion and deletion rules are not possible P-rules. We have seen that isolated rules of insertion and deletion are usually not necessary in NGP, because SSC's and a few universal principles can account for all the facts. The superiority of the methods for accounting for insertions proposed here over the methods involving stating insertions in individual P-rules is that the NGP method captures the significant relation between these insertions and the constraints on syllable structure of the language.

References

- Abaurre, M. B. (1974). Some problems of Portuguese phonology in the light of NGP and the revised Strong Naturalness Condition. Ms. Buffalo, New York: State University of New York.
- Alonso, D., Vicente, A. Z., and Canellada de Zamora, M. J. (1950). Vocales Andaluzas. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 4(3), 209-230.
- Andersen, H. (1973). Abductive and deductive change. *Language*, 49, 765-793.
- Anderson, J., and Jones, C. (Eds.) (1974). *Proceeding of the First International Conference on Historical Linguistics, Volume II*. Amsterdam: North Holland.
- Anderson, S. (1974). *The organization of phonology*. New York: Academic Press.
- Anderson, S., and Kiparsky, P. (Eds.) (1973). *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt.
- Bach, E., and Harms, R. (Eds.) (1968). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt.
- Bach, E., and Harms, R. (1972). How do languages get crazy rules? In R. P. Stockwell and R. K. S. Macaulay (Eds.), *Linguistic change and generative theory*. Bloomington: Indiana University Press.
- Bloomfield, L. (1933). *Language*. New York: Holt.
- Botha, R. P. (1971). *Methodological aspects of transformational generative phonology*. The Hague: Mouton.
- Bowen, J. D. (1952). *The Spanish of Santa Antonito*. Dissertation. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico.
- Boyd-Bowman, P. (1960). *El habla de Guanajuato*. Mexico City, Mexico: Imprenta Universitaria.

- Brame, M. K. (1974). The cycle in phonology: Stress in Palestinian, Maltese and Spanish. *Linguistic Inquiry*, 5, 39-60.
- Brame, M. K., and Bordelois, I. (1973). Vocalic alternations in Spanish. *Linguistic Inquiry*, 4, 111-168.
- Brame, M. K., and Bordelois, I. (1974). Some controversial questions in Spanish phonology. *Linguistic Inquiry*, 5, 282-298.
- Bruck, A., Fox, R. A., and LaGaly, M. W. (1974). *Natural phonology*. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Buck, C. D. (1933). *Comparative grammar of Greek and Latin*. Chicago: University of Chicago Press.
- Cairns, C. E. (1969). Markedness and universal redundancy rules. *Language*, 45(4), 863-885.
- Campbell, L. (1973). *Extrinsic ordering lives*. Ms. Bloomington: Indiana University Linguistics Club.
- Chen, M. (1972). Cross dialectal comparison: A case study and some theoretical considerations. *Journal of Chinese Linguistics*, 1(1), 38-63.
- Chen, M. (1973). On the formal expression of natural rules in phonology. *Journal of Linguistics*, 9, 223-249.
- Chen, M. (1974). Natural phonology from a diachronic viewpoint. *Natural Phonology Parasession*, pp. 43-80. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Chen, M., and Wang, W. S.-Y. (1975). Sound change: actuation and implementation. *Language*, 51, 255-281.
- Chomsky, N. (1964). Current issues in linguistic theory. In J. A. Fodor and J. J. Katz (Eds.), *The structure of language*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Chomsky, N., and Halle, M. (1968). *The sound pattern of English*. New York: Harper and Row.
- Clayton, M. (1976). The redundancy of morpheme structure conditions. *Language*, 52, 295-313.
- Crothers, J. (1971). On the abstractness controversy. *Project on Linguistic Analysis*, 11-12, CR1-CR-29. Berkeley: University of California.
- Dingwall, W. O. (Ed.) (1971). *A survey of linguistic science*. College Park, Maryland: University of Maryland Press.
- Entwistle, W. (1937). *The Spanish language*. London: Faber and Faber.
- Espinosa, A. M. (1946). Estudios sobre el español de Nuevo Méjico. Parte II: Morfología. In A. Rosenblat (Ed.), *Biblioteca de dialectología hispano americana, II*. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Instituto de Filología. Buenos Aires.
- Fidelholtz, J. L. (1975). Word frequency and vowel reduction in English. Papers from the Eleventh Meeting of the Chicago Linguistic Society.
- Fodor, J. A., and Katz, J. J. (1964). *The structure of language*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Foley, J. (1965). Spanish morphology. Unpublished doctoral dissertation. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.
- Foley, J. (1970). Phonological distinctive features. *Folia Linguistica*, 4, 87-92.
- Foley, J. (1972). Rule precursors and phonological change by metarule. In R. P. Stockwell and R. K. S. Macaulay (Eds.), *Linguistic change and generative theory*, pp. 96-100. Bloomington: Indiana University Press.
- Fudge, E. (1969). Syllables. *Journal of Linguistics*, 5, 253-286.
- Fujimura, O. (Ed.) (1973). *Three dimensions of linguistic theory*. Tokyo: TEC Company.
- Greenberg, J. (1965). Some generalizations concerning initial and final consonant sequences. *Linguistics*, 18, 5-34.

- Guile, T. (1973). Glide-obstruentization and the syllable coda hierarchy. Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, pp. 139–156.
- Hale, K. (1971). Deep-surface canonical disparities in relation to analysis and change: An Australian example. In T. Sebeok, H. Hoenigswald, and R. Longacre (Eds.), *Current trends in linguistics, II*. The Hague: Mouton.
- Halle, M. (1962). Phonology in generative grammar. *Word*, 18, 54–72. Reprinted in J. A. Fodor and J. J. Katz (Eds.) (1964), *The structure of language*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Halle, M. (1964). On the basis of phonology. In J. A. Fodor and J. J. Katz (Eds.), *The structure of language*, pp. 324–333. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Halle, M. (1973). Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry*, 4(1), 3–16.
- Hankamer, J., and Aissen, J. (1974). The sonority hierarchy. *Natural Phonology Parasession*, pp. 131–145. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Harms, R. (1973). How abstract is Nupe? *Language*, 49, 439–446.
- Harris, J. W. (1969). Spanish phonology. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Harris, H. W. (1972). Five classes of irregular verbs in Spanish. In J. Casagrande and B. Saciuk (Eds.), *Generative studies in Romance Languages*, pp. 247–271. Rowley, Massachusetts: Newbury House.
- Harris, J. W. (1973a). Morphologization of phonological rules: An example from Chicano Spanish. In R. J. Campbell, M. G. Goldin, and M. C. Wang (Eds.), *Linguistic studies in Romance Languages*. Washington: Georgetown Press.
- Harris, J. W. (1973b). On the ordering of certain phonological rules. In S. Anderson and P. Kiparsky (Eds.), *Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt.
- Harris, J. W. (1974a). On certain claims concerning Spanish phonology. *Linguistic Inquiry*, 5, 271–281.
- Harris, J. W. (1974b). Stress assignment rules in Spanish. Paper read at the Texas Symposium on Romance Linguistics, Austin, Texas.
- Harris, J. W. (1975). Morphology is generative grammar: vowel alternations in Spanish verb forms. In J. Guitart and J. Roy (Eds.), *El español y la lingüística generativo-transformacional*. Barcelona: Edicions 62, Península. In press.
- Hoard, J. E. (1971). Aspiration, tenseness, and syllabication in English. *Language*, 47(1), 133–140.
- Hooper, J. B. (1972a). Constraints on vowel insertion and deletion. Paper read at the summer LSA meeting, Chapel Hill, North Carolina.
- Hooper, J. B. (1972b). A note on inserted and deleted vowels. *Stanford Working Papers on Language Universals*, 10, 141–144.
- Hooper, J. B. (1972c). The syllable in phonological theory. *Language*, 48(3), 525–540.
- Hooper, J. B. (1975). The archisegment in natural generative phonology. *Language*, 51(3), 536–560.
- Hooper, J. B. (1976a). Constraints on schwa-deletion in American English. Read at the International Conference on Historical Phonology, Ustronie, Poland. To appear in the *Proceedings*. The Hague: Mouton.
- Hooper, J. B. (1976b). Word frequency in lexical diffusion and the source of morphophonological change. In W. Christie (Ed.), *Proceedings of the Second International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam: North Holland.
- Hooper, J. B., and Terrell, T. (1976). Stress assignment in Spanish: A natural generative analysis. *Glossa*, 10(1).
- Hudson, G. (1974a). The representation of non-productive alternations. In J. Anderson and C. Jones (Eds.), *Proceedings of the First International Conference on Historical Linguistics, Volume II*, pp. 203–229. Amsterdam: North Holland.

- Hudson, G. (1974b). The role of surface phonetic constraints in natural generative phonology. *Natural Phonology Parasession*. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Hudson, G. (1975a). Formal and functional explanation of diachronic evidence for phonemics. In R. Grossman, J. San, and T. Vance (Eds.), *Papers from the parasession on functionalism*. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Hudson, G. (1975b). Suppletion in the representation of alternations. Doctoral dissertation. Los Angeles: University of California.
- Hyman, L. (1970). How concrete is phonology? *Language*, 46, 58-76.
- Hyman, L. (1973a). Nupe three years later. *Language*, 49, 447-452.
- Hyman, L. (1973b). Synchronic and diachronic naturalness. Unpublished paper. Los Angeles: University of Southern California.
- Hyman, L. (1974). How do natural rules become unnatural? Project on Linguistic Analysis. Berkeley: University of California.
- Jakobson, R. (1941[1972]). *Child language, aphasia and phonological universals*. The Hague: Mouton.
- Jakobson, R., and Halle, M. (1956). *Fundamentals of language*. The Hague: Mouton.
- Kachru, B. (Ed.) (1973). *Issues in linguistics: Papers in honor of Henry and Renee Kahane*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press.
- Kahane, H., and Pietrangelo, A. (Eds.) (1959). *Structural studies on Spanish themes*. Salamanca: Acta Salamanticensia, XII.
- Kaye, J. (1971). Nasal harmony in Desano. *Linguistic Inquiry*, 2, 36-56.
- Kaye, J., and Piggot, G. (1973). On the cyclic nature of Ojibwa T-palatalization. *Linguistic Inquiry* 4, 345-362.
- Kenstowicz, M. J., and Kisseberth, C. W. (1971). Unmarked bleeding orders. In C. W. Kisseberth (Ed.), *Studies in generative phonology*. Edmonton, Alberta: Linguistic Research, Inc.
- Kenstowicz, M. J., and Kisseberth, C. W. (Eds.) (1973). *Issues in phonological theory*. The Hague: Mouton.
- Kettunen, L. (1940). *Suomen murrekartasto (Suomen murteet, III: A. murrekartasto)*. Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura.
- King, R. D. (1969). *Historical linguistics and generative grammar*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- King, R. D. (1973). Rule insertion. *Language*, 49, 551-578.
- Kiparsky, P. (1965). Phonological change. Dissertation. Massachusetts Institute of Technology. Available from the Indiana University Linguistics Club, Bloomington, Indiana.
- Kiparsky, P. (1968). Linguistic universals and linguistic change. In E. Bach and R. Harms (Eds.), *Universals in linguistic theory*. New York: Holt.
- Kiparsky, P. (1968[1973]). How abstract is phonology? In O. Fujimura (Ed.), *Three dimensions of linguistic theory*, pp. 5-56. Tokyo: TEC Company.
- Kiparsky, P. (1971). Historical Linguistics. In W. O. Dingwall (Ed.), *A survey of linguistic science*, pp. 577-649. College Park, Maryland: University of Maryland Press.
- Kiparsky, P. (1973a). Elsewhere in phonology. In S. Anderson and P. Kiparsky (Eds.), *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt.
- Kiparsky, P. (1973b). Phonological representations. In O. Fujimura (Ed.), *Three dimensions of linguistic theory*. Tokyo: TEC Company.
- Kiparsky, P. (1974). On the evaluation measure. *Natural Phonology Parasession*, pp. 328-337. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Kisseberth, C. (1970). On the functional unity of phonological rules. *Linguistic Inquiry*, 1(3), 291-306.
- Kisseberth, C. (1973). Is rule ordering necessary in phonology? In B. Kachru (Ed.), *Issues in*

- linguistics: Papers in honor of Henry and Renee Kahane*, pp. 418-441. Urbana, Illinois: University of Illinois Press.
- Koutsoudas, A., Sanders, G., and Noll, C. (1974). On the application of phonological rules. *Language*, 50, 1-28.
- Kučera, H. (1973). Language variability, rule interdependency, and the grammar of Czech. *Linguistic Inquiry*, 4, 499-521.
- Labov, W. (1972). The internal evolution of linguistic rules. In R. P. Stockwell and R. K. S. Macaulay (Eds.), *Linguistic change and generative theory*, pp. 101-171. Bloomington: Indiana University Press.
- Ladefoged, P. (1971). *Preliminaries to linguistic phonetics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Malmberg, B. (1948). La structure syllabique de l'espagnol: étude phonétique. *Boletín de filología*, 9, 99-120.
- Malmberg, B. (1963). *Phonetics*. New York: Dover Publications.
- Martinet, A. (1952). Function, structure and sound change. *Word*, 8, 1-32.
- Menéndez Pidal, R. (1968). *Manual de gramática histórica española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Mondéjar, J. (1970). El verbo andaluz. *Revista de filología española*, anejo 90.
- Mowrey, R. A. (1975). Descriptive parameters and the notation of diachronic change in phonology. Ms. Buffalo, New York: State University of New York.
- Navarro Tomás, T. (1957). *Manual de pronunciación española*. New York: Hafner.
- Norman, L. J. (1973). Rule addition and intrinsic order. University of Minnesota Working Papers in Philosophy and Linguistics.
- Otero, C. P. (1971). *Evolución y revolución en romance*. Barcelona: Editorial Seix Barral.
- Picard, M. (1974). Re-examining phonological rules: Examples from French. *Montreal Working Papers in Linguistics*, 1, 123-132.
- Postal, P. (1968). *Aspects of phonological theory*. New York: Harper and Row.
- Pulgram, E. (1970). *Syllable, word, nexus, cursus*. The Hague: Mouton.
- Pyle, C. (1974). Why a conspiracy? *Natural Phonology Parasession*, pp. 275-284. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Rapola, M. (1966). *Suomen Kielen äännehistorian luennot*. Helsinki: Suomalaisen Kirjallisuuden Seura.
- Reyes, R. (1972). *Studies in Chicano Spanish*. Doctoral dissertation. Cambridge, Massachusetts: Harvard University.
- Rosenblat, A. (1946). *Biblioteca de dialectología hispano americana, II*. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Instituto de Filología. Buenos Aires.
- Rudes, B. (1976). Lexical representations and variable rules in natural generative phonology. *Glossa* 10,1.
- Sanders, G. A. (1974). Precedence relations in language. *Foundations of Language*, 11, 361-400.
- Saporta, S. (1959). Morpheme alternants in Spanish. In H. Kahane and A. Pietrangelo (Eds.), *Structural studies on Spanish themes*, pp. 15-162. Salamanca: Acta Salmanticensia, XII.
- Saporta, S. (1965). Ordered rules, dialect differences and historical processes. *Language*, 41, 218-224.
- Saussure, F. de. (1915[1959]). *Course in general linguistics*. New York: Philosophical Library.
- Schachter, P., and Fromkin, V. (1968). A phonology of Akan: Akuapem, Asante, & Fante. *Working Papers in Phonetics*, No. 9. Los Angeles: University of California Press.
- Schane, S. (1968). *French phonology and morphology*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

- Schane, S. (1971). The phoneme revisited. *Language*, 47, 503-521.
- Schane, S. (1972). Natural rules in phonology. In R. P. Stockwell and R. K. S. Macauley (Eds.), *Linguistic change and generative theory*. Bloomington: Indiana University Press.
- Schane, S. (1973). *Generative phonology*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Schane, S. (1974). How abstract is abstract? *Natural Phonology Parasession*, pp. 297-317. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Schuchardt, H. (1885[1972]). On sound laws: Against the neogrammarians. In T. Vennemann and T. H. Wilbur (Eds.) (1972), *Schuchardt, the neogrammarians, and the transformational theory of phonological change (Linguistische Forschungen 26)*, pp. 39-72, Frankfurt am Main: Athenäum Verlag.
- Schuh, R. G. (1972). Rule inversion in Chadic. *Studies in African Linguistics*, 3(3), 379-397.
- Sebeok, T., Hoenigswald, H., and Longacre, R. (1971). *Current trends in linguistics, II*. The Hague: Mouton.
- Shibatani, M. (1973). The role of surface phonetic constraints in generative phonology. *Language*, 49(1), 87-106.
- Shopen, T. (1971). Caught in the act. Papers from the Seventh Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society, pp. 254-263.
- Shuy, R., and Bailey, C. J. (1974). *Toward tomorrow's linguistics*. Washington, D. C.: Georgetown University Press.
- Skousen, R. (1972). On capturing regularities. Papers from the Eighth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, pp. 567-577. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Smith, N. V. (1967). The phonology of Nupe. *Journal of African Languages* 6, 153-169.
- Sommer, B. (1970). An Australian language without CV syllables. *International Journal of American Linguistics*, 36, 57-58.
- Stampe, D. (1969). On the acquisition of phonetic representation. Papers from the Fifth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, pp. 443-454. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Stampe, D. (1973a). A dissertation on natural phonology. Doctoral dissertation. University of Chicago.
- Stampe, D. (1973b). On chapter nine. In M. J. Kenstowicz and C. W. Kisseberth (Eds.), *Issues in phonological theory*. The Hague: Mouton.
- Stanley, R. (1967). Redundancy rules in phonology. *Language*, 43, 393-436.
- Stockwell, R. P., and Macauley, R. K. S. (1972). *Linguistic change and generative theory*. Bloomington: Indiana University Press.
- Thompson, S. A. (1974). On the issue of productivity in the lexicon. In S. A. Thompson and C. Lord (Eds.), *Approaches to the lexicon*, pp. 1-25. Papers in Syntax, No. 6. Los Angeles: University of California.
- Tranel, B. (1974a). A note on final consonant deletion, the pronunciation of cardinal numbers, and linguistic changes in progress in modern French. *Montreal Working Papers in Linguistics*, 3, 173-189.
- Tranel, B. (1974b). The phonology of nasal vowels in modern French. Ph.D. Dissertation. San Diego: University of California.
- Truitner, K., and Dunnigan, T. (1975). Palatalization in Ojibwa. *Linguistic Inquiry*, 4, 301-316.
- Vásquez, W. (1953). El fonema /s/ en el español del Uruguay. *Revista de la facultad de humanidades y ciencias*, 10, 87-94.
- Vennemann, T. (1971). Natural generative phonology. Paper read at annual meeting of the Linguistic Society of America, St. Louis, Missouri.
- Vennemann, T. (1972a). Phonetic analogy and conceptual analogy. In T. Vennemann and T. H. Wilbur (Eds.), *Schuchardt, the neogrammarians, and the transformational theory of*

- phonological change (*Linguistische Forschungen 26*), pp. 181-204. Frankfurt am Main: Athenäum Verlag.
- Vennemann, T. (1972b). Phonetic detail in assimilation: Problems in Germanic phonology. *Language*, 48(4), 863-892.
- Vennemann, T. (1972c). Phonological uniqueness in natural generative grammar. *Glossa*, 6, 105-116.
- Vennemann, T. (1972d). On the theory of syllabic phonology. *Linguistische Berichte*, 18, 1-18.
- Vennemann, T. (1972e). Rule inversion. *Lingua*, 29, 209-242.
- Vennemann, T. (1972f). Sound change and markedness theory: On the history of the German consonant system. In R. P. Stockwell and R. K. S. Macaulay (Eds.), *Linguistic change and generative theory*, pp. 230-274. Bloomington: Indiana University Press.
- Vennemann, T. (1974a). Phonological concreteness in natural generative grammar. In R. Shuy and C. J. Bailey (Eds.), *Toward tomorrow's linguistics*. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- Vennemann, T. (1974b). Words and syllables in natural generative grammar. *Natural Phonology Parasession*, pp. 346-374. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Vennemann, T., and Ladefoged, P. (1973). Phonetic features and phonological features. *Lingua*, 32, 61-74.
- Vennemann, T., and Wilbur, T. H. (1972). *Schuchardt, the neogrammarians, and the transformational theory of phonological change* (*Linguistische Forschungen 26*). Frankfurt am Main: Athenäum Verlag.
- Wang, W. S.-Y. (1969). Competing changes as a cause of residue. *Language*, 45, 9-25.
- Williamson, K. (1972). Consonant distribution in Ijo. *Archibald Hill Festschrift*, Polomé et al. (Eds.).
- Zwicky, A. (1972). A Note on a phonological hierarchy in English. In R. P. Stockwell and R. K. S. Macaulay (Eds.), *Linguistic change and generative theory*. Bloomington: Indiana University Press.

Index

A

Abaurre, B., 112-113, 115-116
Absolute neutralization, 7, 64-69
Abstractness, 4-11
Aissen, J., 263
Akan, 190
Alternation Condition, 7, 12
 Strong, 7-8, 8f., 9-11
 Weak, 8
Analogical extension, 91
Analogical leveling, 91, 167
Analogy, 91
Andalusian Spanish, 30, 32-41
Anderson, S., 78-83
Archisegment, 119, 122-127

B

Bach, E., 134
Bleeding order, 70-78, 94-96
Bordelais, I., 153, 157, 172-175
Borrowing, 10

Brame, M., 49, 153, 157, 172-175
Brazilian Portuguese
 epenthesis, 227, 236
 nasalization, 113
 palatalization, 54, 113, 115-116

C

Cairns, C. E., 188f., 191-192, 230-231
Castilian Spanish, 10
Chen, M., 104, 201
Chicano Spanish, 30, 50-51
Chomsky, N., 137, 182, 189-191
Competence, 3
Concreteness, 5
Conspiracy, 224
Counter-bleeding order, 64-70
Counter-feeding order, 59-64
Cyclic rule application, 42-51

D

Desano, 191
Diacritic features, 7-43, 165-169

CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE REGISTROS
PALATALIZADOS E LABIOVELARIZADOS EM UM DIALETO
DO LITORAL DO ESPÍRITO SANTO

MARIA BERNADETE MARQUES ABAURRE GNERRE
UNICAMP

B: Seu Antônio, pra que o senhor acha que a gente faz essas gravações? (...) Isso vai prá Universidade, e o que que o senhor acha que o pessoal lá vai dizer disso aí?

AB: He, he, he... eu num sei... he, he, he(...) hum...seja...ũ'adimiração deis lá, né? (...) são cois' qui s' podi sirví até prá genti fic... vai a fala da genti lá, praquelis lugari longi, né? Lá, se... será ũ'adimiração, he, he... né?

(Antônio Bino. 69 anos. outubro de 1980)

Em janeiro de 1971, com a intenção de contrapor fonologicamente alguma amostra de português não-urbano à variedade falada em Vitória, realizei uma série de gravações com pescadores da aldeia de Manguinhos, situada uns vinte quilômetros ao norte da capital do estado. Eu havia, na época, concluído o meu primeiro ano como aluna regular do curso de pós-graduação em Linguística do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Com o entusiasmo ca-

racterístico de alguns aspirantes a linguistas, parti, gravador solid state na bagagem, para o meu primeiro trabalho de campo. A coleta de dados foi relativamente fácil. Afinal, eu conhecia os meus informantes de longa data. Os problemas começaram a surgir quando me vi, algum tempo depois, diante de enorme massa de dados por transcrever. Minha formação fonética, de tradição basicamente segmental, me levou a fazer o primeiro recorte arbitrário dos dados. Foi assim que me encontrei transcrevendo uma série de segmentos inusitados para uma variedade de português. Minha finalidade primeira era, então, chegar a uma análise fonológica do dialeto. Treinada na metodologia da análise fonêmica, fui obrigada a incluir no meu quadro fonético uma quantidade alarmante de fones insuspeitados: uma série de consoantes palatalizados e labializadas, além da série simples; qualidades vocálicas muito modificadas com relação às vogais do português: faringalizadas, centrais anteriorizadas, posteriores centralizadas e desarredondadas, etc; um "r forte" de pronúncia marcadamente fricativa, e vários outros fones que diferenciavam de forma exagerada os quadros fonéticos das duas variedades. O bom senso me levou a concluir que estava mesmo diante de uma variedade de português...Entendíamos-nos afinal perfeitamente bem, nossas intenções fonológicas eram, obviamente, as mesmas. A metodologia adotada me permitia (felizmente) depreender, a partir dos dados, o mesmo sistema de oposições do português padrão. A distribuição dos meus alofones, no entanto, se mostrava muito problemática, pois não havia ambiente exclusivo para a ocorrência dos segmentos mais característicos da variedade local: ou seja, em um mesmo ambiente ocorria uma consoante ora mais, ora menos palatalizada; um "r forte"

ora mais, ora menos fricativo; e assim por diante. Tal variação, observada tanto na fala de um mesmo indivíduo como no interior da comunidade, era fato intrigante, numa época em que não se sonhava ainda em trabalhar com regras variáveis... A interpretação de "variação livre", única possível a partir da metodologia adotada, descrevia - insatisfatoriamente - mas nada explicava. Não era necessária muita sofisticação para perceber que tal variação estava condicionada por variáveis tais como idade (os mais idosos utilizavam-se com maior freqüência dos fones mais marcados), velocidade de pronúncia, grau de envolvimento com o assunto, grau de policiamento da própria fala, entre outros. O "colorido" palatal ou labial que já então eu havia notado na fala da comunidade diluía-se na minha análise, onde a utilização do conceito de "variação livre" neutralizava a utilização significativa que de tais "coloridos" faziam os falantes. Minha análise não explicava o que eu havia intuído: que dar à fala um "colorido" mais "palatalizado" ou mais "labializado" não era absolutamente um fato casual no interior da comunidade. Minha primeira experiência de trabalho de campo foi, assim, relativamente frustrante. Trabalhando dentro do quadro teórico estruturalista, eu não estava autorizada a buscar explicações para fatos como esses. Deveria me contentar com uma descrição, válida para o meu conjunto de dados. Eu provava, no entanto, a decepção de ter que reduzir as minhas intuições a respeito da utilização significativa da palatalização e labialização na comunidade ao enquadrá-las nos moldes e limites impostos pela metodologia adotada.

Não tentei logo uma reanálise dos dados, embora tenha continuado a freqüentar e observar a comunidade (pelo menos uma

visita por ano, nos anos subsequentes às primeiras gravações). Pode constatar que na última década a utilização da palatalização e da labialização diminuiu consideravelmente, mesmo por parte de alguns falantes mais idosos. O contato estabelecido recentemente com a capital do estado (início da década de 60, após pavimentação da estrada) o qual vem-se processando de maneira cada vez mais sistemática, é provavelmente um dos fatores responsáveis pela aceleração desse processo de mudança que vimos observando.

Retomando agora os dados, dez anos após as primeiras gravações e após a coleta de novos textos, segui um procedimento inverso de análise, na tentativa de identificar unidades maiores que o segmento capazes de condicionar aspectos "mapeados" na própria estrutura segmental, como a palatalização e a labialização. Com base nos princípios da teoria de análise prosódica de Firth (1948), foi possível tratar a palatalização e a labialização como traços da sílaba, abstraindo-as, portanto, como prosódias silábicas. Deslocando esses aspectos para o nível da sílaba, desaparece o problema de se determinar, no nível segmental, se no caso dos exemplos aqui considerados é mais adequado identificar segmento consonantais palatalizados/labializados, ou vogais ditongadas. O tratamento prosódico permite que se interprete o efeito dessas modificações como "espalhado" sobre as unidades fonemáticas que constituem as sílabas, produzindo, de acordo com características articulatórias dos vários segmentos, efeitos específicos. Necessário é determinar as unidades que devem ser marcadas como [+ palatalização] ou [+ labialização]. Tratando-se ambas de prosódias que se realizam sobre sílabas, a hipótese natural é a de marcar todas as sílabas que apresentam seus segmentos modifi-

cados. Tal marcação não é, porém, suficiente, visto que, em muitos casos, não apenas sílabas mas inteiros textos são produzidos em um "registro" palatalizado ou mesmo labiovelarizado. Os textos palatalizados parecem ser os mais naturais, sendo característicos de uma fala mais veloz, menos policiada, versando geralmente sobre assuntos que determinam maior envolvimento por parte dos falantes. Note-se que tal afirmação é válida mesmo para os falantes que se utilizam menos frequentemente do registro "palatalizado". Quando usa esse registro, o falante apresenta um "setting" articulatorio característico, que inclui posição levantada do dorso da língua.¹ Mantendo-se esse mesmo "setting" durante a produção de um texto inteiro observam-se várias modificações no nível segmental. Explica-se assim, automaticamente, a série de consoantes palatalizadas inicialmente identificadas para o dialeto de Manguinhos. Explica-se ainda o fato dos sons coronais serem de articulação predominantemente laminal nesse registro, porque as velares ocorrem tão anteriorizadas, porque a vogal anterior alta acentuada tem a qualidade da vogal cardinal anterior mais alta (vogal cardinal 1), porque a vogal central é frequentemente anteriorizada, porque vogais posteriores perdem o arredondamento e se centralizam. Explica-se a articulação "fricativa" do "r forte" em todos os ambientes, pronúncia anteriorizada que combina, além de obstrução parcial na região palato-alveolar com dorso da língua plano, labialização aberta e fonação sussurrada. Com relação às consoantes labiais, observa-se que o "timing" relativo aos movimentos de soltura da obstrução labial e de abaixamento do dorso da língua depende da altura da vogal que ocupa o núcleo silábico: os dois movimentos se realizam em seqüência se a vogal for

anterior não baixa, como em peixe ['pjeʃi], ou simultaneamente, se a vogal for baixa, como em mais, [m̥ aiʃ]. No primeiro caso percebe-se uma semivogal no momento em que se abaixa o dorso da língua, enquanto que no segundo caso tem-se a impressão acústica de um m modificado, porque não pronunciado com o dorso da língua em posição de repouso. As consoantes labiais são relativamente mais longas no registro palatalizado, e acompanhadas invariavelmente de intonação descendente, resultante da alteração de frequências determinada pela compartimentação especial da cavidade oral, nesses casos.

Vários outros detalhes articulatórios podem também ser interpretados como resultantes do "setting" específico para registro "palatalizado", mas sua identificação não será objeto de estudo aqui. Vale ressaltar que na abordagem segmental dos dados não haviam sido percebidas consoantes labiais modificadas. Já a hipótese de um "setting" articulatório específico para o registro "palatalizado" levou naturalmente à previsão de ocorrência de modificações em praticamente todos os segmentos, o que foi efetivamente possível verificar. O tratamento prosódico minimizou, assim, a distância fonética entre o dialeto estudado e a variedade urbana local do português, já que todas as modificações fonéticas passaram a ser explicadas com referência à utilização de um "registro" específico. Por outro lado, a própria utilização do registro "palatalizado" adquire significação no âmbito mais geral da utilização da língua pela comunidade. Um trabalho que se preocupasse em identificar as regras de uso dos "registros" aqui estudados seria considerado, em princípio, um trabalho de etnografia da fala. Teria que levar em conta contextos estilísticos

específicos, atitudes dos membros da comunidade com relação à língua e à cultura, etc. Mas tudo o que até agora se disse parece indicar que uma análise fonológica que se pretenda explicativa para os dados em questão deve incorporar de forma sistemática esses mesmos fatores. Vale perguntar, então: justifica-se o corte? É possível fazer fonologia explicativa sem fazer, ao mesmo tempo, etnografia da fala (e vice-versa...)?

Se existe, como parece, um "bloqueio" na utilização da postura articulatória "palatalizada" em alguns estilos de fala, esta nossa hipótese revela-se útil em um outro plano: os fatos fonéticos seriam indícios do policiamento na produção verbal da comunidade. Este policiamento cai, ou é relaxado, exatamente quando os moradores de Manguinhos assumem representar o papel de si próprios. O grau de policiamento da produção verbal varia, conforme pudemos constatar, de indivíduo para indivíduo, mas o interessante é que se manifesta de forma evidente sempre que cada um deles decide que tem que aparecer diferente tanto em termos de conteúdo de fala, quanto de expressão.

Lembramos os casos como o de Martha's Vineyard, examinado por Labov, (1963, 1972) em que características fonéticas foram consideradas marcas de "fidelidade" a um contexto social ou a uma tradição, em contraposição a outras marcas fonéticas que podiam significar a rejeição da tradição e da identidade. No caso de Manguinhos, visto que os falantes se utilizam cada vez menos do registro "palatalizado", parece possível pensar em uma diminuição de "fidelidade" cultural no sentido anteriormente esboçado, pelo menos por parte dos membros mais jovens da comunidade, para quem marcas fonéticas tão salientes podem significar um es-

tigma, algo que pode interferir negativamente no processo de aculturação no qual se encontram efetivamente envolvidos. Vale lembrar, ainda, que informantes mais idosos participam com prazer de conversas e gravações. Ao contrário dos mais jovens, sentem-se "eleitos" exatamente em função dos seus diacríticos lingüísticos e culturais. Fornecem espontaneamente informações, chegando, por vezes, a voluntariar quadrinhas "recentemente lembradas", músicas, fórmulas de "simpatias". Dados, enfim, que supõem constituir as expectativas do pesquisador com relação a sua cultura. A idade, no caso, determina o destaque, por parte dos velhos, com relação aos problemas de identidade e aculturação que afligem os mais jovens. Enquanto aos velhos convém a "eleição", aos jovens incomoda a presença de um pesquisador cuja função é exatamente a de reforçar diferenças que eles prefeririam apagar. Nesse contexto não é difícil entender porque os jovens tentam "bloquear" as características fonéticas da própria fala que os individualizam e que os tornam, afinal, "objeto de estudo"... Tem-se observado, a propósito, que os mais jovens recusam-se com freqüência sempre maior a conversar e participar de gravações, chegando mesmo a acusar os velhos de "bobos" por fornecerem dados a um pesquisador. Já entre os mais idosos observa-se a vontade mesmo de se constituir em objeto, não tanto de estudo, mas de admiração, conforme tão bem explicita o informante Antônio Bino na epígrafe deste trabalho. No trecho seguinte, da última entrevista que realizei em Manguinhos, Antônio Bino relata, em registro bastante palatalizado e com um tom denotativo de um quase sentimento de culpa, que outro informante se havia recusado a participar da sessão de gravações. Seus comentários, suas freqüentes hesitações, são muito

significativos e ilustram bem os problemas de identidade que envolvem os membros da comunidade:

B: Seu Antônio, me fala um negócio: o senhor falou que as pessoas aqui são meio... desconfiadas, que não gostam de... conversar... Por que que é?

AB: Num sei... he, he... Quand'a genti fal'as sim ã'a cois', "ah, vocês tão bob(u)... iandu... nunc' eu dei... lâ num vô,eis..." eu falei cum Domineu, ei...a...cum Do... cum Ramariu. Ei diss' "ah, eu num possu í lâ não. "São cois' qui s' podi sirvi (u) até prã genti fic... vai a ffffala da genti lâ, praquelis lugari longi, nê?Lã, se... será ã'adimiração, he, he... nê?

B: É, mas não é sô isso, uê. A gente... conversa também com vocês sobre outras coisas, não é que... a gente tã querendo sô... gravar, nê? A gente bate um papo, também.

AB: É... Maisi num quisru. Romariu...

B: Mas por que (...)? eles são desconfiados?

AB: i eu sei... he, he, he...

B: E os meninos também não querem saber de nada, nê? Os novos...

AB: É...

Com relação aos vários casos de "labialização", parece que as unidades marcadas com relação a essa prosódia são, na maioria dos casos, sílabas, e não textos inteiros. Observa-se uma labialização relativamente forte de sílabas tônicas e pretônicas às quais se atribui maior ênfase, em qualquer tipo de texto, mas somente no caso da vogal do núcleo ser não anterior. Em textos naturalmente enfáticos, no entanto, como declamação, enumeração, a tendência é labializar todas as sílabas tônicas e pretônicas sempre que

variação individual e no interior da comunidade; uma explicação para a utilização menos freqüente desses registros, que se vem verificando nos últimos anos: os dados fonéticos de Manguinhos relacionam-se diretamente, ao que tudo indica, ao problema da identidade e da construção das representações sociais no interior da comunidade.

Ao apresentar, em linhas gerais, os princípios básicos da análise prosódica, Robins (1970: 191-2) refere-se à distinção entre os dois tipos de elementos básicos da teoria, Prosódias e Unidades Fonemáticas:

Prosodic analysis is, in fact, an abbreviated designation of an analysis that makes use of two types of element, Prosodies and Phonematic Units (...); the latter are not phonemes or phonemic units, and the analysis is carried out in terms other than phonemic. In this analysis, abstractions adequate to a full analysis of the phonological working of the language are made from the phonic data, or the raw material of the actual utterances, and these abstractions fall into the two categories of prosodies and phonematic units. Phonematic units refer to those features or aspects of the phonic material which are best regarded as referable to minimal segments, having serial order in relation to each other in structures. In the most general terms such units constitute the consonant and vowel elements or C and V units of a phonological structure. Structures are not, however, completely stated in these terms; a great part, sometimes the greater part, of the phonic material is referable to prosodies, which are, by definition, of more than one segment in scope or domain of relevance, and may in fact belong to structures of any length, though in practice no prosodies have yet been stated as referring to structures longer than sentences. (grifo meu)

Gostaria de comentar brevemente a passagem sublinhada. Embora tal afirmação seja verdadeira com relação às unidades sobre as quais se mapeiam as diversas prosódias (a intonação, por exemplo, mapeia-se sobre sentenças, enquanto que palatalização e

labiovelarização, como vimos, mapeiam-se sobre sílabas), não se pode deixar de notar que é impossível estudar mesmo as prosódias silábicas sem recorrer à noção de discurso. Pois o que os dados do dialeto de Manguinhos indicam é que é a própria situação de interlocução que vai determinar a utilização ou não dos registros "palatalizado" ou "labiovelarizado", para cada falante da comunidade. Uma fonologia do discurso, de há muito preconizada por estudiosos da variação fonológica no âmbito regional, social e estilístico, parece ser a opção mais interessante para quem pretende chegar a análises explicativas de dados como os que aqui se examinam. E uma fonologia do discurso pode e deve chegar ao nível segmental. Mas dificilmente se chegará a uma análise significativa dos aspectos fonológicos de um texto partindo do segmental. Uma fonologia segmental, que procede por síntese, pode, eventualmente, acrescentar à análise apêndices supra-segmentais. Tal fonologia favorece, no entanto, a manutenção de um conceito de língua como sistema abstrato e paradoxalmente desvinculado da comunidade que o utiliza. Uma fonologia do discurso, por outro lado, por não poder prescindir de dados referentes a eventos de fala específicos na busca da definição de aspectos prosódicos dos quais dependerão, em última análise, as características fonéticas dos próprios segmentos, leva necessariamente à investigação de situações concretas de uso da língua na comunidade. Tarefa sem dúvida mais árdua, mas seguramente mais gratificante.

O outro aspecto que interessa considerar, com relação aos dados de Manguinhos, diz respeito à própria história sociolinguística do Brasil. Indico aqui apenas alguns pontos para reflexão preliminar.

Sabe-se que também em áreas isoladas da costa de São Paulo, (Ilhabela) Estado do Rio de Janeiro e norte do Paraná encontram-se localidades caiçaras que apresentam aspectos fonológicos semelhantes aos identificados na fala de Manguinhos, principalmente com relação à utilização de um registro "palatalizado". Em todos os casos de que se tem notícia, estamos diante de localidades que apenas recentemente passaram a ter um contacto mais significativo com populações vizinhas. São todas áreas que, por motivos histórico-culturais, sempre estiveram fora dos grandes movimentos sociais, constituindo-se, por este motivo, em zonas propícias à preservação de características lingüísticas mais conservadoras. Interessante seria descobrir como e quando se deu a mestiçagem nessas regiões, e quais as características fonológicas das variedades lingüísticas em contacto. As localidades em questão encontram-se em regiões da costa do Brasil onde originariamente se localizaram missões jesuíticas. Seria possível relacionar tais fatos? De qualquer forma, os aspectos fonológicos específicos recorrentes nessas localidades (cf. também as qualidades vocálicas mais baixas de consoantes nasais) parecem indicar que estamos diante do que poderiam ser hoje consideradas "relic zones" de uma mesma área lingüística, atualmente descontínua, do litoral brasileiro.

Começa-se agora a identificar o que parecem ser os aspectos fonológicos característicos dessa área lingüística. Desse, alguns parecem ter entrado em processo acelerado de extinção, após o contacto de algumas dessas comunidades com outros centros mais ou menos vizinhos. Parece ser este o caso da utilização dos registros "palatalizado" e "labiovelarizado" em Mangu

nhos.

N O T A S

1 - Agradeço a Luiz Carlos Cagliari pelas estimulantes discussões dos aspectos fonéticos envolvidos na elaboração deste trabalho.

2 - Não transcrevemos aqui os padrões intonacionais e rítmicos do dialeto, mas gostaríamos de mencionar que eles também determinam, como se pode prever, vários outros aspectos da fonologia segmental.

A transcrição literal dos dados do informante pretende já uma (pequena) aproximação com a pronúncia.

Os diacríticos utilizados com os segmentos representam:

- └ posteriorização
- ┘ anteriorização
- ┘ levantamento
- └ abaixamento
- + centralização
- o ensurdecimento
- ∩ laminalização
- ϕ √ faringalização
- ç consoante silábica

LABOV, W. "The social motivations of a phonetic change", Word 19: 273-309, 1963.

_____. "The recent history of some dialect markers on the island of Martha's Vineyard". In: L. Davis, org. Studies Presented to Raven Mc David. University, Alabama, University of Alabama Press, 1972.

FIRTH, J.R. "Sounds and Prosodies". In: J.R. Firth, org. Papers in Linguistics 1934 - 1951. London, Oxford University Press, 1957. (Publicado pela primeira vez em: Transactions of the Philological Society, 127-52, 1948)

ROBINS, R.H. "Aspects of Prosodic Analysis". In: F.R. Palmer, org. Prosodic Analysis. London, Oxford University Press, 1970. (Publicado pela primeira vez em; Proceedings of the University of Durham Philosophical Society: I, series B (Arts) nº 1: 1-12, 1957)

sões
o.
s do
nam,
en-
de
am:

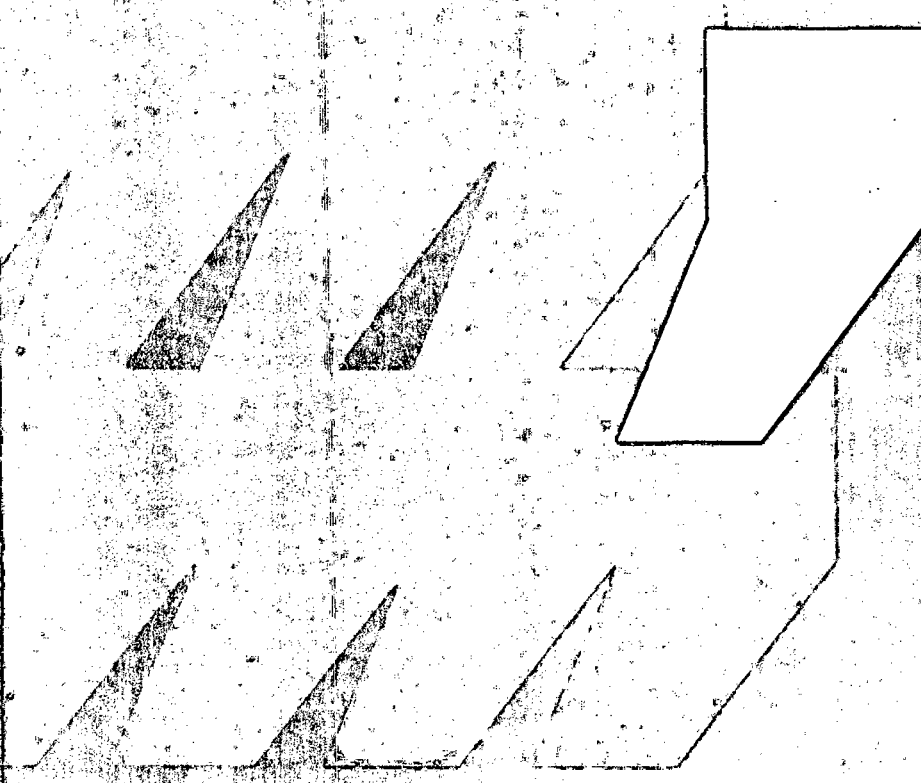
M. B. M. Abaurre A. Bausani E. Bertoni G. R. Cardona
R. Corsetti M. Gherre U. Marazzi G. Oman F. Pennacchetti
R. Raza A. V. Rossi L. Santa Maria G. Tavani I. Ch. Varly

Fis. N.º 11
Pasta N.º 01
Rubrica H

lingua e politica

imperialismi identità nazionali e politiche linguistiche
in asia africa america latina

a cura di R. Corsetti



officina edizioni

centrale altre competenze che quelle concernenti lo stato federale nella sua globalità.

Un ultimo accenno — non più che un accenno — al problema tecnico se sia possibile dare forma « scritta », e cioè compiuta capacità denotativa, a lingue che non la posseggono. Il problema — ben lo sanno i linguisti — in realtà non sussiste: sono decine, se non centinaia, le lingue abilitate negli ultimi anni a tutte le funzioni cui le destina una società moderna, dall'ebraico al vietnamita, dall'indonesiano al somalo e alle lingue delle repubbliche asiatiche dell'URSS. I mezzi per rendere idonee queste lingue di serie B alle nuove esigenze ci sono: basterebbe la volontà politica di usarli.

M. Bernadete M. Abaurre *

Politiche indigeniste (e linguistiche) a confronto: il caso dell'Amazzonia

1. *L'Amazzonia e le minoranze indigene*

In termini geografici la regione amazzonica è costituita dal bacino del Rio delle Amazzoni, che si collega a nord con il bacino dell'Orinoco e a sud con quello del Paraguay-Paraná. I tre bacini occupano quasi interamente il bassopiano dell'America meridionale; questa è l'area più scarsamente popolata del continente, circondato dalle regioni già colonizzate nel secolo XVI, sul versante occidentale, andino, e su quello settentrionale e orientale, costiero. Nella regione amazzonica e nei bassopiani annessi a nord e a sud è tuttora in atto l'avanzamento della frontiera di penetrazione e colonizzazione, verso est in Colombia, Ecuador, Perù; verso ovest e verso nord, in Brasile.

Gli indigeni dell'area amazzonica, rispetto alle popolazioni dei vari stati nei cui confini si trovano, costituiscono un mosaico di minoranze linguistiche e culturali. Essi rappresentano per lo più tre grandi famiglie linguistiche sudamericane: la Arawak, la Karib e la Tupi-Guaraní, tutte e tre presenti anche al di fuori del bacino amazzonico¹. Ben pochi sono i gruppi indigeni del tutto isolati dalle società nazionali dei paesi nei cui territori sono insediati e nessun gruppo è in condizioni tali da non risentire (o non aver risentito nel passato) se non altro i contraccolpi del sistema di relazioni

* Universidade Estadual de Campinas, San Paolo, Brasile.

¹ Altre grandi famiglie linguistiche sono scarsamente rappresentate nell'Amazzonia: la Gê, nella parte sud-orientale, la Chibcha, nella parte nord-occidentale e la Quechua in quella occidentale, pre-andina. Molte lingue indigene sono tuttora considerate « isolate », data la scarsa o inesistente conoscenza che si ha di esse e la conseguente impossibilità di classificazione. Nelle aree geografiche a sud del bacino amazzonico, oltre a lingue della famiglia Tupi-Guaraní e Gê, sono parlate lingue appartenenti a differenti famiglie che, insieme alla Gê, sono chiamate talvolta « paleoamericane »: Bororo, Nambicuara, Kaingáng, Mataco, Guaicurú e altre.

mondiali di cui fa parte l'area geopolitica in cui si trova. Così esigenze internazionali, come la crescente richiesta di caucciù da parte dei mercati stranieri, causarono negli ultimi decenni del secolo scorso una massiccia penetrazione nell'Amazzonia. Fino agli anni immediatamente precedenti la prima guerra mondiale, aree vastissime del Brasile, della Colombia, del Perù, dell'Ecuador e della Bolivia furono sotto il controllo di compagnie organizzate o di bande di cercatori di caucciù, che si comportarono sempre in modo estremamente duro nei confronti degli indigeni, sia che questi fossero ostili, sia che fossero amichevoli e collaboranti. Dal 1914-15 iniziò un periodo di relativa tranquillità per gli indigeni che si allargarono su territori occupati per trent'anni dai cercatori di caucciù: gli inglesi avevano iniziato la produzione del caucciù a Ceylon, nel Borneo e in India. Quei trent'anni hanno segnato forse più di qualunque altro evento precedente o seguente la vita e le sorti di un gran numero di popolazioni indigene dell'Amazzonia. Da alcuni anni è iniziata una nuova offensiva. La situazione sociale di quasi tutti i gruppi indigeni della regione amazzonica è in parte il risultato storico della partecipazione del paese in cui si trovano al processo di crescita del mondo occidentale.

Al momento attuale restano forse meno di 800.000 indigeni² in tutto il bacino amazzonico e nei bassopiani connessi. Una stima esatta è molto difficile e la ragione principale è che non è cosa semplice identificare nettamente l'indigeno: fra l'indigeno culturalmente e fisicamente identificabile e il meticcio che lavora per un proprietario terriero o un commerciante locale vi è una gamma spesso continua di condizioni e di caratteristiche. Nel complesso, gli indigeni dei bassopiani centrali dell'America Meridionale sono distribuiti nei territori di sette repubbliche: Brasile, Guyana, Venezuela, Colombia, Ecuador, Perù, Bolivia. Per quanto riguarda il Brasile, nel 1972³ la Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pre-

² Secondo la valutazione di O' Shaughnessy, H., *What future for the Amerindians of South America?*, Minority Rights Group, Londra, 1973, p. 11.

³ Secondo i dati presentati al Congresso Indigenista Interamericano,

stava i suoi servizi a 77.000 indigeni, mentre circa 100.000 non ne usufruivano ancora. Nell'Amazzonia brasiliana vi sono circa 60.000 indios, poco più di un terzo della intera popolazione indigena del paese. Nella Guyana ci sono circa 33.000 indigeni⁴; nei bassopiani del Venezuela meridionale; circa 50.000 (ma il gruppo indigeno più numeroso della repubblica, i Goajiros, circa 45.000, si trova sulla costa). Per la regione dei *llanos* e della selva colombiana i dati sono incerti ma l'insieme dei gruppi indigeni supera senz'altro le 100.000 unità. Nella regione orientale dell'Ecuador si trovano più di 35.000 indigeni e in quella del Perù circa 250.000. Nel nord della Bolivia vi sono più di 50.000 indigeni. I gruppi più numerosi sono concentrati nella fascia dell'alta Amazzonia dell'Ecuador (Quechua, Shuar) e del Perù (Aguaruna, Cocama, Ticuna, Campa, Shipibo). Questi gruppi sono identificati per tratti linguistici e culturali generali, anche se ciascun gruppo può presentare numerose divisioni interne di vario carattere. Il criterio linguistico sarebbe utilizzabile anche per una valutazione complessiva del numero degli indigeni. Per vari motivi, nel contatto prolungato e costante fra popolazioni indigene e coloni parlanti dialetti dello spagnolo o del portoghese⁵, quasi sempre è la lingua del colono che prevale. L'indigeno la apprende mentre raramente il colono apprende la lingua del gruppo indigeno con cui si trova a contatto. In situazioni di quasi-bilinguismo è possibile che l'indigeno (o il meticcio) dichiari di parlare spagnolo o portoghese e non la lingua nativa. Un censo basato sull'autoidentificazione linguistica darebbe quindi, con ogni probabilità, dei dati numerici ridimensionati per quanto riguarda la popolazione indigena, ma interessanti per molti aspetti. È probabile che le lingue degli indigeni dell'Amazzonia e dei bassopiani siano in buona parte destinate all'estinzione, man mano che vengono assimilati nelle società nazionali i gruppi che le parlano. Le

tenuto a Brasilia nell'agosto 1972 (per gli atti vedi « Anuario Indigenista », 32 [1972], Mexico).

⁴ Secondo la valutazione di O' Shaughnessy, *cit.*, p. 11.

⁵ I casi in cui i coloni sono meticci o indigeni parlanti di un dialetto quechua o tupi non modificano il quadro generale: la lingua del colono di solito diviene la lingua di contatto.

Indigene e le situazioni del loro uso, dalle pendici delle Ande alle foci dell'Orinoco e agli altipiani del centro, sono corrose in vari sensi dalla diffusione dello spagnolo e del portoghese. Questo sembra essere un processo storico irreversibile, che solo in rari casi è rallentato, o emarginato. La fase finale del disfacimento di comunità indigene spesso coincide con un atteggiamento di vergogna e di inferiorità per il loro stesso idioma, con l'opzione implicita di varietà depauperate di dialetti dello spagnolo o del portoghese, apprese come lingue di contatto. Attualmente non è facile e discutibili i casi di gruppi indigeni, identificati come totalmente monolingui di un dialetto spagnolo o portoghese. L'uso di lingue di contatto nell'area amazzonica (e in altre aree d'America) è piuttosto antico: gli indigeni e i missionari si sono avvalsi, fin dal secolo XVII, di lingue « generali » usate in estese regioni: nell'Amazzonia orientale si diffuse la *lingua geral* o *nheengatu* (una lingua tupi) e nell'Amazzonia occidentale il quechua. Il ruolo di lingue di contatto è affidato sempre più a dialetti dello spagnolo e del portoghese, parlati dai « caboclos » (meticcios brasiliani), dai coloni, dai cercatori, e dagli indigeni in contatto con essi. La scarsa competenza nell'uso di una qualunque varietà della lingua ufficiale e di alto prestigio contribuisce, in modo importante, all'emarginazione dell'indigeno, anche se questa lingua è ufficialmente « integrata ».

Proprio come non si possono avere politiche linguistiche univoche, così non sono individuabili sul piano astratto, nel campo linguistico lingue di differente « valore » intrinseco; nel campo socio-culturale, però, le distinzioni sono nette e persistenti. Le lingue indigene d'America sono quasi tutte prive di una tradizione scritta e questo fatto, in stretto rapporto con il livello sociale subalterno o marginale dei parlanti, contribuisce al loro basso prestigio presso le popolazioni di lingua ufficiale.

2. L'indigenismo

Nelle nazioni dell'America latina si perseguono differenti politiche « indigeniste », più o meno esplicitamente tendenti

all'integrazione dell'indio nelle società nazionali. Tali politiche sono decise e messe in atto nei singoli paesi da istituzioni governative connesse con, o dipendenti da, differenti ministeri nelle varie repubbliche. Dal 1942 è operante, quale centro di riferimento per le varie istituzioni nazionali, l'Istituto Indigenista Interamericano, con sede a Città del Messico.

Le situazioni in cui si trovano gli indigeni dell'Amazzonia e dei bassopiani annessi sono differenti da caso a caso, e molte sono le variabili da considerare. La presenza di colonizzazione e la durata e intensità del contatto degli indigeni con il fronte coloniale sono forse le variabili determinanti, ma sono anche fondamentali il tipo di penetrazione esterna, il tipo di organizzazione indigena e alcune altre. Le politiche indigeniste dei diversi paesi devono affrontare, nell'area amazzonica, situazioni spesso simili, da una parte e dall'altra delle frontiere. La messa in atto delle politiche delineate teoricamente, cioè la relazione fra i principi ed i programmi e la loro attuazione, è molto variabile da paese a paese.

I problemi teorici e pratici connessi con le politiche e le attività indigeniste sono enormi. Un interesse per l'aspetto linguistico, si è manifestato solo negli ultimi anni, quasi esclusivamente però per le lingue dei gruppi indigeni presenti in proporzioni massicce nelle repubbliche andine. I gruppi amazzonici costituiscono delle minoranze insignificanti. Fra di loro tradizionalmente hanno operato missionari cattolici ed evangelici e i governi, anche quando hanno manifestato un certo interesse ad una pianificazione dell'integrazione degli indigeni, non hanno mai preso in considerazione, fino a tre o quattro anni fa, i problemi linguistici. La situazione amazzonica, dal punto di vista delle politiche indigeniste, sembra quindi caratterizzata da una quasi totale assenza di politiche linguistiche pianificate in sede governativa. L'educazione bilingue e la messa in rilievo dell'importanza della lingua nativa è un diritto riconosciuto. L'apprendimento del portoghese o dello spagnolo, lingue ufficiali, è un aspetto fondamentale dell'integrazione dell'indio. In termini linguistici la politica più ragionevole sembra essere quella di facilitare, per quanto è possibile, agli indigeni delle piccole comunità l'apprendi-

mento di varietà standard delle lingue ufficiali. A tal fine, condizione basilare è l'istruzione bilingue, che non blocchi o non releghi a livelli di inferiorità la lingua nativa.

Per quanto riguarda l'atteggiamento nei confronti delle lingue indigene è indubbio che ha avuto, e ha, un ruolo fondamentale il *Summer Institute of Linguistics (Istituto Linguistico de Verano)*⁶. Nell'area amazzonica sono al lavoro attualmente più di 100 linguisti del SIL, su circa 100 differenti lingue e comunità di parlanti. Il SIL iniziò la sua attività di Amazzonia nel 1946, in territorio peruviano, e più di dieci anni dopo nel territorio amazzonico della Bolivia, del Brasile e dell'Ecuador, e infine (1964) della Colombia. Lo scarso interesse dei governi per una coerente politica linguistica, la « delega » quasi totale al SIL e ai missionari delle attività di interesse linguistico ed educativo, sono atteggiamenti legati alle politiche indigeniste e alla storia dei contatti fra i fronti o gli avamposti coloniali e gli indigeni. I casi del Brasile e del Perù sono forse i più rappresentativi per il rapporto fra politica indigenista e politica linguistica nell'Amazzonia. Cercherò di delinearli brevemente, anche se ciò com-

⁶ Si tratta di una istituzione di linguisti, collegata all'Università di Oklahoma, fondata nel 1935. I linguisti del SIL operano in collegamento con i Wycliffe Bible Translators, il cui scopo primario è la traduzione della Bibbia negli idiomi più disparati. Il SIL ha sottoscritto accordi con i governi locali per poter svolgere le attività previste e, sorretto da un imponente bilancio, è stato in grado di istituire una rete notevole di posti di ricerca, collegati continuamente a basi operative presenti in ciascun paese. Gli obiettivi del SIL, spesso esplicitati negli accordi con i vari governi, sono prevalentemente scientifici: analisi fonologica, morfologica e lessicale delle differenti lingue indigene e loro studio comparativo; raccolta di dati sulla cultura e le condizioni di vita di ogni popolazione. Finora, i linguisti del SIL hanno lavorato su circa 600 lingue del mondo, in 26 paesi extraeuropei, producendo anche libretti di lettura e materiali didattici nelle varie lingue, testi per l'istruzione bilingue (con la lingua ufficiale di ciascun paese come seconda lingua), e traduzioni parziali o complete della Bibbia. Il contributo di tipo scientifico è di innegabile valore, tanto più che i linguisti del SIL raccolgono dati di lingue in via di estinzione. Anche nel settore dell'istruzione bilingue e della sensibilizzazione delle autorità e organismi locali in tal senso, il SIL ha dei notevoli meriti.

porta un difficile tentativo di analisi delle politiche indigeniste, fenomeno complesso sul quale molto è stato scritto.

2.1. Brasile

Il movimento indigenista brasiliano, è da più di sessanta anni punto di riferimento e oggetto di discussione per gli analoghi movimenti e istituzioni degli altri paesi dell'America latina. Dall'inizio del secolo, con l'espansione della società brasiliana verso aree dell'interno, si sviluppò un certo interesse ai problemi del contatto fra il fronte coloniale e i gruppi indigeni. Alla volontà di aprire alla colonizzazione vastissime aree dell'interno si affiancava un sincero e spesso ingenuo spirito umanitario che, ispirato da ideali positivisti, dava una nuova visione dell'indigeno e dei suoi diritti. Tale spirito animò l'opera di Cândido Mariano Da Silva Rondon⁷, che ispirò nel 1910 l'istituzione del *Serviço de Proteção aos Índios*, organismo federale dipendente dal ministero dell'agricoltura. Nell'atto di istituzione del S.P.I. si riconosceva ai gruppi indigeni il diritto alla loro individualità culturale. Questo riconoscimento aveva un grande valore e avrebbe dovuto avere conseguenze anche nell'atteggiamento verso le lingue dei diversi gruppi e la loro utilizzazione nell'istruzione. Nel 1928 un nuovo decreto attribuiva al S.P.I. la tutela giuridica e l'assistenza degli indigeni, la facoltà di acquistare e di amministrare le terre di proprietà indigena e quella di giudizio sui crimini commessi da indigeni. Tale decreto è stato in vigore per 40 anni, fino alla soppressione del S.P.I. I cardini dell'ideologia del S.P.I. sono stati: 1) la « pacificazione » degli indigeni; 2) la loro « protezione » (da cui la denominazione stessa dell'organismo) e 3) la loro « integrazione ». Gli ultimi due punti sono rimasti relativamente trascurati. Un atteggiamento esplicito nei confronti delle lingue indigene, che qui

⁷ Discendente di indios, nato nel Mato Grosso nel 1865. Studiò alla scuola militare di Rio de Janeiro; dal 1890 per quasi mezzo secolo svolse un'opera di enorme valore scientifico esplorando, costruendo linee telegrafiche, stabilendo contatti con gruppi indigeni e pacificandoli, attraverso 26.000 chilometri di terre inesplorate. Fu amico e difensore di innumerevoli tribù indigene. Morì a Rio de Janeiro nel 1958.

più ci interessa, doveva essere sviluppato nell'ambito dei punti 2) e 3). Nel 1968, anno della sua soppressione, dipendevano dal S.P.I. circa 80 scuole di istruzione elementare, in territori indigeni. Uno dei risultati più vistosi e conosciuti dell'attività del S.P.I. fu la creazione, nel 1961, del Parco Nazionale dello Xingu, con un'area di 25.000 kmq., quasi nel centro del Brasile. Il Parco è l'unico territorio riservato completamente alla popolazione indigena: nelle altre « riserve », infatti, sono insediati gruppi di bianchi e di meticci, talvolta più numerosi degli indigeni. Attualmente risiedono nel Parco quasi 2.000 indigeni, appartenenti a gruppi ben diversi culturalmente e linguisticamente⁸. Nel 1967 il governo brasiliano diffuse un rapporto che ebbe risonanza internazionale per le accuse al S.P.I. in esso contenute. In conseguenza, nel 1968, il S.P.I. fu soppresso e sostituito con la *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI), vincolata al Ministero dell'Interno⁹. Fra le finalità istituzionali della FUNAI si fa menzione della « integrazione culturale spontanea dell'indio » condotta in modo da evitare cambiamenti bruschi e, della « istruzione di base appropriata all'indio, intesa ad integrarlo progressivamente alla società nazionale ».

L'economia brasiliana è entrata in una fase di crescita, a partire dal 1967. Negli ultimi anni l'espansione verso l'interno è stata massiccia. Sono stati costruiti (e sono in costruzione) migliaia e migliaia di chilometri di strade, per favorire la penetrazione in aree prima limitatamente raggiungibili e solo per via fluviale o aerea. Il governo brasiliano ha presentato un progetto di integrazione nazionale, cioè di integrazione della regione amazzonica nell'economia nazionale. Le ricchezze naturali dell'area sono costituite, oltre che da legnami pregiati, dai giacimenti dei minerali più disparati. Secondo i progetti, entro la fine del 1977 il Brasile avrà il controllo di 4 milioni di chilometri quadrati di area amazzonica¹⁰. La costruzione di strade è una scelta a favore della

⁸ Txukarramãe, Suyá, Kuikúro, Txicão, Waurá, Kamayurá, Krenh-Akaro.

⁹ Legge N. 5371 del 5 dicembre 1967.

¹⁰ La Transamazzonica, di 5.500 chilometri, già completata, va da

colonizzazione e dello sfruttamento dell'Amazzonia e a sfavore degli indios. Questi, che sono poche decine di migliaia, e dunque una minoranza insignificante, sono stati considerati in passato, come ancora oggi, degli ostacoli alla penetrazione. Negli ultimi anni è spesso comparsa nella stampa brasiliana l'affermazione secondo cui la FUNAI sarebbe « in ritardo », nella sua opera di contatto e « pacificazione », rispetto alla costruzione della Transamazzonica, prima, e poi della Perimetrale Nord (tuttora in atto). Indipendentemente da ogni giudizio sull'opera della FUNAI, ciò che è interessante rilevare è l'atteggiamento secondo cui si afferma che la « pacificazione » degli indigeni è in ritardo, ma non certo che i progetti di penetrazione sono « in anticipo ». I progetti e le strade si realizzano, comunque, qualunque sia la situazione degli indigeni dell'area interessata. Come dichiarò nel 1972 l'allora presidente della FUNAI, generale Oscar Jeronymo Bandeira de Mello, « non possiamo permettere che una minoranza isolata impedisca il progresso di tutto il Brasile ».

In un documento redatto a San Paolo il 19 maggio 1971 da oltre 80 etnologi, antropologi, storici e sociologi brasiliani sul problema degli indigeni e dell'occupazione dell'Amazzonia, viene analizzata la penetrazione massiccia nell'area, non solo in relazione agli indigeni ma a tutta la popolazione della regione interessata: « La maggior parte di questi abitanti vive nell'ambito di una economia di sussistenza o di piccolo commercio, e le loro risorse tecniche e la loro visione del mondo non differiscono fundamentalmente da quelle degli indios. La trasformazione radicale del tipo di istituzioni socio-economiche, che è accentuata nell'Amazzonia, potrebbe provocare serie tensioni e disadattamento fra quella gente. Per molti aspetti fondamentali il problema degli indios è, di conseguenza, simile a quello dell'altra popolazione vivente al di fuori dei centri maggiori e, in ultima analisi, in una visione più ampia, qualsiasi politica indigena realmente efficace deve includere gli

João Pessoa, sull'estrema punta orientale del Brasile, alla frontiera con il Perù. La seconda grande arteria, la Perimetrale Nord, sarà pronta entro il 1977. Per il 1980 è prevista una rete stradale complessiva di 20.000 chilometri, tutti in area amazzonica.

indios e gli abitanti non indigeni, in una soluzione mutuamente adeguata e soddisfacente ». Per quanto riguarda più specificamente gli indigeni, nel documento si afferma che « ... tutti i progetti di sviluppo che sono attualmente formulati per la Amazonia escludono le comunità indigene oppure, il che è più serio e paradossale, fanno riferimento ad esse soltanto per suggerire una politica di neutralizzazione (« pacificazione ») e di trasferimento forzato di interi gruppi in altre aree non così vicine ai nuovi centri di sviluppo. L'emarginazione e la rimozione forzata di gruppi indigeni dalle aree di occupazione pioniera è sempre stata una costante nella storia della colonizzazione del paese ».

Se in termini economici può non essere molto marcata la differenza fra alcuni gruppi indigeni e le popolazioni meticce del *sertão* e della foresta, in termini linguistici e culturali le differenze sono quasi sempre nette. Per questo, sembra che in molti casi sia proprio l'aspetto linguistico della politica indigenista e della politica dell'istruzione quello che richiede una elaborazione specifica per i singoli gruppi indigeni, mentre la politica più generale di integrazione può essere elaborata in certi casi con attenzione alle necessità delle minoranze indigene e dei coloni dell'interno. Come talvolta gli stessi funzionari della FUNAI dichiarano: « in certi luoghi gli indios si trovano in situazione migliore delle popolazioni vicine [...] Molte volte l'indio regala a un lavoratore la camicia che noi diamo a lui, correggendo così un nostro errore sociale. In questo contesto, la situazione dell'indio è legata a quella della gente povera. Cioè, nell'ambito della nostra cattiva organizzazione sociale, l'indio è uno dei componenti »¹¹.

Nel discorso inaugurale¹² del VII Congresso Indigenista, tenuto a Brasilia nell'agosto 1972, il ministro Costa Cavalcanti, dal cui ministero dipendeva la FUNAI, ha detto che « la politica brasiliana in relazione all'indigeno si è caratterizzata per:

— rispetto delle comunità e istituzioni tribali e della persona dell'indio;

¹¹ Intervista con Francisco Meirelles, in « Veja » del 23 maggio 1973, 4.

¹² Riprodotto in « Anuario Indigenista », 32 (1972), 9-13.

— evoluzione graduale della fase di sviluppo socioeconomico e culturale dell'indio, in un processo di integrazione lento e senza cambiamenti bruschi;

— demarcazione e garanzia delle terre appartenenti agli indigeni e dell'usufrutto da parte loro delle ricchezze naturali e dei beni in esse esistenti ».

Costa Cavalcanti ha indicato inoltre dieci principi, cinque dei quali hanno per noi un particolare interesse:

« 1) Assicurare all'indio la progressiva integrazione nella comunità nazionale, *preservando al medesimo tempo le sue tradizioni e i suoi valori etnici e culturali*;

4) promuovere la preservazione delle culture indigene, *capaci di sopravvivere e integrarsi nella cultura nazionale*;

5) preservare i modelli culturali dei gruppi indigeni e garantire loro il completo benessere fisico, sociale, mentale e religioso;

6) *promuovere la divulgazione degli idiomi indigeni come fonti di tradizione e di cultura dell'indio brasiliano*;

7) adottare un programma di attività educative secondo lo stato culturale e avendo come finalità l'emancipazione sociale».

I cinque principi contengono indicazioni più specifiche nell'ambito dei primi due tra i tre punti sopra citati. Bisogna notare, nei principi 1) e 4) una valutazione o una scelta di tipi di culture o di elementi culturali: alcune culture indigene sarebbero « capaci di sopravvivere e integrarsi nella cultura nazionale » (altre evidentemente no). Il punto 6), l'unico che faccia riferimento all'aspetto linguistico, sembra impostato in termini puramente astratti: non avrebbe molto senso, né risultato, «promuovere la divulgazione degli idiomi indigeni» (evidentemente fra i non indigeni). La FUNAI, fin dalla sua istituzione, ha cercato di definire i suoi obiettivi senza riuscire a raggiungere una completa chiarezza: sono stati di volta in volta usati concetti come assimilazione, acculturazione, mantenimento di modelli culturali, ma le difficoltà di conciliare gli ideali indigenisti con i programmi del Ministero dell'Interno (da cui essa dipende) sono molto grandi e non facilmente superabili.

Gli indigeni direttamente assistiti dalla FUNAI vivono in

territori appartenenti al Patrimonio Indigeno: 14 posti indigeni, 9 « villaggi », e inoltre 4 parchi indigeni di grande estensione (di questi, quello dello Xingu e quello dell'Araguaia sono i più conosciuti) e 17 riserve indigene. La FUNAI, ha sviluppato tra gli altri anche dei programmi di alfabetizzazione degli indigeni sia in portoghese che nella lingua nativa, da attuare solo nelle comunità indigene in via d'integrazione o già integrate. Già da alcuni anni vengono preparati insegnanti indigeni per l'insegnamento bilingue. Secondo i dati relativi al 1972¹³, nelle 144 scuole della FUNAI, frequentate da 15.112 indigeni, insegnavano 115 maestri, 90 dei quali erano istruttori bilingui (di questi 19 erano indigeni che avevano seguito corsi di istruzione bilingue). Scuole con istruzione bilingue sono in funzione nel parco indigeno di Aripuanã (presso la frontiera con la Bolivia), negli stati di Mato Grosso e Goiás (Brasile Centrale), nello stato di Maranhão e di Paraná (rispettivamente nel nord e nel sud del Brasile). Secondo i dati di due anni fa, l'istruzione bilingue era stata solo limitatamente estesa a gruppi amazzonici. La FUNAI non ha una sezione linguistica, ma il Summer Institute of Linguistics opera in Brasile in base ad un accordo con la FUNAI. I linguisti del SIL (più di 30) hanno prodotto testi di lettura in 17 lingue indigene del Brasile. Di queste, solo 4 sono parlate nel Brasile meridionale, mentre le altre sono lingue di gruppi amazzonici¹⁴. Sul piano dell'istruzione bilingue, sembra che il lavoro sia appena iniziato. La FUNAI sta sviluppando il suo programma di istruzione in base a una classificazione degli indigeni in « categorie che esprimano variabili delle situazioni di contatto vissute dalle diverse società tribali ». Queste categorie sono così individuate: *a*) « gruppi residenti in aree economicamente marginali o in via di valorizzazione economica... », *b*) abitanti di zone di convergenza dell'espansione nazionale che li colloca in contatto continuo con la società brasiliana. Si notano modificazioni nella struttura sociale, dominio del portoghese e livelli di dipen-

¹³ Pubblicati in « Anuario Indigenista », 32 (1972), 53-62.

¹⁴ Si tratta delle lingue apalaí, apinajé, apurinã, guajajára, hixkaryána, kairwá, karajá, mundurukú, parintintíns, paumarí, sateré, urubú, xavante.

denza dalla società nazionale... », c) « gruppi i cui membri costituiscono riserve di mano d'opera o produttori specializzati di certi articoli di commercio nella società brasiliana, che hanno perduto la maggior parte dei loro costumi tribali, a volte anche la lingua originale, e che vivono quasi allo stesso modo dei brasiliani ad essi vicini, ma che, anche così continuano a considerare se stessi "indios" ».

Non bisogna sottovalutare alcune iniziative recenti, che sono però sporadiche e forse premature: nel febbraio-marzo 1974 a Belém do Pará si è tenuto il I seminario di produzione di letteratura indigena, patrocinato dalla FUNAI e dal SIL; al seminario hanno partecipato indigeni già in grado di scrivere e leggere nelle loro lingue native. Sembra che l'avvio di letterature indigene sia una delle aspirazioni del SIL: nell'introduzione alla bibliografia del SIL del 1974 si legge, a tal proposito: « Una tendenza crescente è la composizione creativa di testi scritti, da parte di parlanti di lingue minoritarie, [...]. I nuovi alfabetizzati sono incoraggiati non solo a scrivere, ma anche ad illustrare e produrre la letteratura che essi hanno creato. Iniziando con semplici descrizioni della sua esperienza, lo scrittore può continuare con racconti tradizionali, storie e costumi locali, mutamenti osservati negli usi locali con il passar del tempo, e così avanti ». In Brasile si è avuto nel 1974 il caso interessante, e per ora unico, di un indio Kayapó (dell'Amazzonia orientale) che ha scritto nella sua lingua (di famiglia Gê) un lungo racconto autobiografico « A Transamazônica », pubblicato dalla FUNAI in 15.000 copie.

Negli ultimi mesi hanno iniziato a collaborare con la FUNAI anche antropologi delle università di Bahia e di Brasilia, per orientarne le attività. Secondo il Dipartimento di Pianificazione di Comunità della FUNAI, gli antropologi dovranno fornire dati e consigli per futuri progetti di sviluppo delle comunità analizzate. Si può sperare che questa collaborazione con antropologi dia l'avvio a progetti che equilibrino la tendenza all'isolamento dell'indigeno, molto forte della FUNAI e profondamente radicata nella storia del Brasile. Da tale tendenza deriva forse la scarsa coscienza per l'importanza della lingua e dell'acquisizione, da parte dell'indigeno, di una varietà

di portoghese che goda di un certo prestigio; ma tale acquisizione è possibile solo accanto ad una valorizzazione della lingua nativa.

La FUNAI, comunque, non è un'istituzione monolitica, specialmente per la presenza fino a pochi mesi or sono, di personalità di grande prestigio quali i fratelli Villas-Boas o Francisco Meirelles. Quest'ultimo sosteneva la necessità di « preparare le tribù al contatto con la civiltà, insegnando le nozioni basilari di sopravvivenza in una società competitiva come la nostra che crea, fra l'altro, le necessità che gli indigeni non avevano »¹⁵. I fratelli Villas-Boas, che dirigevano il parco dello Xingu, sostenevano una linea di maggiore isolamento dell'indigeno, nel tentativo di allontanare al massimo il contatto con i fronti coloniali¹⁶. « Integrare è altro che acculturare — ha dichiarato Orlando Villas-Boas¹⁷ — L'acculturazione è una fatalità che nessuno può impedire. Quando l'indio riceve un coltello, del vestiario, una chiave di metallo, fa il primo passo in direzione dell'acculturazione. Ma l'integrazione è differente. È la sostituzione totale dei valori sociali, religiosi e mitici. Acculturare significa avvicinare alla sua cultura elementi di una cultura diversa. Integrare rappresenta l'abbandono di tutta una cultura e la sua sostituzione con un'altra. Questo è lo stesso che distruggere una cultura. Noi difendiamo la politica di non integrazione ». Nella stampa brasiliana si notano piuttosto frequentemente dichiarazioni ostili alla condotta della FUNAI, spesso pubblicate con un certo rilievo: « La FUNAI è una fonte di impieghi, una entità macrocefala, con mille dirigenti, tutti avulsi dalla realtà indigena. Il capo di posto indigeno e il *sertanista*¹⁸, che sono nel reale lavoro con l'indio, hanno solo due alternative: o si ribellano contro tale burocrazia e sono messi per strada, come è successo a me, oppure

¹⁵ Intervista con Francisco Meirelles, cit., 5.

¹⁶ Secondo Meirelles « Claudio [Villas-Boas] fa un lavoro molto personale con il quale non concordo. È come se ci fosse lui da un lato e la FUNAI dall'altro ».

¹⁷ « Manchete », 1 febbraio 1975, p. 10.

¹⁸ Dal portoghese *sertão* « regione dell'interno, scarsamente popolata »; il *sertanista* è il funzionario della FUNAI che mantiene i contatti con gli indigeni.

si adattano. In entrambi i casi, chi ne esce sconfitto è l'indio »¹⁹. « La FUNAI è oggi quello che anni fa era il Serviço de Proteção aos Índios, un semplice organo di attribuzione di potere che difendeva unicamente gli interessi del governo. Sta operando come una sezione di penetrazione in aree difficili, per dare inizio ai progetti pionieri. All'inizio va avanti e domina l'indio. Poi il governo viene dietro e impianta strade e opere che, a poco a poco estinguono gli indigeni ». « Le riserve indigene sono depredate e gli indios sfruttati sotto il naso della FUNAI, che assiste passivamente a tutto. Venti tribù dell'Amazzonia non hanno ancora aree delimitate. Quelli che le hanno, le vedono invase da proprietari, che nella maggior parte dei casi sono imprese influenti nel paese. Anche se ora volessero mandarle via, sarà molto difficile »²⁰.

2.2. Perù

Una maggiore sensibilità per i problemi del multilinguismo si ha invece nel Perù. Se ai 250.000 indios della selva peruviana, che parlano circa 50 lingue differenti, si opponesse una società di monolingui, gli organismi ufficiali sarebbero probabilmente meno interessati ai problemi delle differenze linguistiche e culturali. Invece, dal censimento del 1940, risultava che il 16,6% dei peruviani erano bilingui di spagnolo e di una lingua indigena (nel 1961 erano il 17,2%), mentre il 35% erano monolingui di una lingua indigena (ma nel 1961 erano scesi al 19,5%). Di questi, meno del 2% erano monolingui di una lingua amazzonica. Solo il restante 46,7% era monolingue di spagnolo (il 62,5% nel 1961)²¹. Una così massiccia divisione della società peruviana in ter-

¹⁹ Dichiarazione di Amaury Belloquim Costa, ex capo del posto indigeno di Pakaa Nova, presso la frontiera con la Bolivia, pubblicata in « O Estado de São Paulo », 11 gennaio 1976, p. 27.

²⁰ Dichiarazione di Padre Antonio Iasi, segretario del Consiglio Indigenista Missionario, pubblicata in « O Estado de São Paulo », 17 gennaio 1976, p. 10.

²¹ Dati tratti da: Dirección Nacional de Estadística y Censos, *Sexto Censo Nacional de Población, III, Idioma, alfabetismo, asistencia escolar, nivel de educación*, Lima 1966.

mini etnici e linguistici è dovuta non certo ai parlanti delle lingue amazzoniche, ma ai parlanti del quechua, divenuto dal 27 maggio 1975 lingua ufficiale²², accanto allo spagnolo. Il riconoscimento del quechua non significa niente, in termini strettamente linguistici, per i parlanti delle molte lingue della regione amazzonica peruviana, ma può significare molto in termini di atteggiamento generale, di politica indigenista e conseguente politica linguistica. Un peruviano su tre parla il quechua come lingua nativa, ma nella regione orientale meno di 250.000 indigeni (circa l'1,5% della popolazione del Perù) parlano 50 differenti lingue (la valutazione di « diversità » è entro certi limiti, soggettiva). La politica indigenista del Perù è rivolta essenzialmente alle comunità andine. Per quanto riguarda gli indigeni amazzonici, solo nel giugno 1974 è stata varata una legge per le comunità native e lo sviluppo agropastorale delle regioni di foresta...²³. Nel complesso, gli sforzi non sono così vistosi come quelli del Brasile e il Perù non dispone di un organismo paragonabile alla FUNAI.

Il Perù è in una fase di grande incremento della colonizzazione e sfruttamento della regione amazzonica. Tale penetrazione, indipendentemente dalla sua reale portata, fu ideologizzata e propagandata, fin dal secolo scorso, da presidenti come Ramón Castilla, prima, e Nicolas de Pierola, poi, che parlarono di « conquista » della foresta. In anni più recenti, il presidente Fernando Belaunde Terry parlò della colonizzazione della foresta, come di una valvola per alleggerire le tensioni sociali e la richiesta di terra nella regione costiera e andina. Si parlò di colonizzazione e coltivazione delle terre migliori, spesso senza ricordare le centinaia di migliaia di indios che in quelle terre erano (e sono) insediati. La foresta è stata sempre considerata terra di espansione. L'agricoltura fu riservata ai contadini provenienti da altre regioni, mentre l'estrazione delle ricchezze naturali e l'allevamento furono riserva dei gruppi dominanti della società nazionale. Secondo

²² Decreto Legge n. 21156. Sul riconoscimento e la politica linguistica nei confronti del quechua, si veda l'articolo di Maurizio Gnerre, in questo volume.

²³ Decreto Legge n. 20653.

la Oficina Nacional de Estadística y Censos nel 1970 nella regione amazzonica del Perù vi erano 1.307.156 abitanti non indigeni²⁴, mentre, come si è detto, gli indigeni sono circa 250.000. Questi costituiscono quindi il 15% della popolazione della foresta, ma una percentuale certo maggiore se si considera la sola popolazione extraurbana. Nella regione meridionale risiedono gruppi indigeni numerosi: gli Shipibo e altri della famiglia Pano, i Campa, i Machiguenga, i Piro, gli Amuesha, di famiglia Arawak, in totale più di 80.000 persone. A nord del Marañón, a ridosso della cordigliera, vivono gruppi come gli Aguaruna, gli Huambiza, di famiglia Jívaro e altri, circa 40.000 persone. Su affluenti meridionali del Marañón, lo Huallaga, l'Ucayali vi sono altre grosse concentrazioni di indigeni; gli altri sono sparsi in altre aree dell'Amazzonia peruviana. Sembra che più del 70% dei gruppi indigeni mantenga relazioni permanenti con membri della società peruviana²⁵, mentre il resto dei gruppi indigeni mantiene relazioni sporadiche. Quali che siano le percentuali, sembra certo che tutti gli indigeni della regione sono in contatto con elementi non indigeni, quasi sempre in condizioni subalterne rispetto a questi. Talvolta la stratificazione sociale si manifesta anche all'interno della comunità indigena: coloro che mantengono i contatti con elementi esterni o i maestri bilingui acquisiscono un certo potere economico e un certo prestigio. Per quanto riguarda la situazione linguistica, in un documento pubblicato nel 1972, e che contiene un elenco dei gruppi indigeni con una telegrafica informazione sulla diffusione dello spagnolo per ciascuno²⁶, nessun gruppo è dato come totalmente monolingue.

Il 24 giugno 1969 è stata pubblicata la legge di riforma agraria che è operativa su tutto il territorio peruviano fino ai 700 metri di altezza sul versante amazzonico (*selva alta*).

²⁴ *Boletín de Análisis Demográfico*, Lima 1971. Una percentuale piuttosto alta di questi non è nata nella regione orientale, ma vi è immigrata dalla regione andina.

²⁵ Secondo la valutazione di Stefano Varese « Las comunidades nativas de la selva: esquema de un marco contextual », si veda bibliografia.

²⁶ Documento presentato al *Seminario Nacional de Educación Bilingue*, tenuto a Lima nel gennaio 1972.

In seguito è stata elaborata una legge per le comunità native, collegata alla legge di riforma agraria. Si tratta di uno strumento legale per l'organizzazione dei gruppi indigeni in unità federative e per la concessione di assistenza tecnica, crediti e aiuti di tipo amministrativo alle unità federative, allo scopo di dar loro solide basi economiche e sociali e difenderle, compatibilmente alle esigenze della nazione. La legge considera valide le forme indigene di sfruttamento dell'ambiente naturale; prevede il seminomadismo in aree estese e tiene conto della « totalità della superficie in cui si compiono le migrazioni periodiche » (Art. 9). Nell'art. 16 stabilisce: « Nei processi civili e penali i tribunali comuni [...] terranno conto dei costumi, tradizioni, credenze e valori socio-culturali delle comunità ». Le unità federative hanno un certo potere decisionale, da esercitarsi nelle forme tradizionali proprie di ciascun gruppo.

Nel marzo 1972 è stata pubblicata la legge generale di educazione che in più punti fa menzione delle lingue indigene, considerate unica base valida per l'insegnamento della lingua ufficiale, lo spagnolo. Nel giugno 1972 fu pubblicato un documento sulla politica nazionale di educazione bilingue, in cui si indica come obiettivo la promozione di « studi, ricerche e valutazioni di carattere linguistico nell'ambito del contesto socio-economico del paese, per l'orientamento delle azioni educative in popolazioni di lingua indigena ». L'elaborazione di un piano di ricerca socio-economica e linguistica era indicata come uno dei principali compiti per il primo anno di attuazione della nuova politica di istruzione bilingue, allo scopo di adattare il processo educativo alle condizioni socio-culturali di ogni comunità indigena. È interessante rilevare che l'istruzione bilingue fu avviata prima nella regione amazzonica (1953) e poi nella regione andina (1965). Nel 1971 c'erano nella foresta 181 scuole bilingui con 307 maestri, in 22 differenti lingue. Nel primo anno i bambini ricevono l'insegnamento prevalentemente nella lingua indigena, con una graduale introduzione dello spagnolo; nel secondo anno lo spagnolo è prevalente. Il Summer Institute of Linguistics opera in Perù in base ad un accordo con il Ministero della istruzione,

fin dal 1946 e dispone di una grande base operativa a Yarinacocha, nell'alta Amazzonia, dove vengono formati i maestri bilingui e gli istruttori indigeni. I linguisti del SIL hanno prodotto testi di lettura e di istruzione bilingue in 30 lingue amazzoniche, così che quasi ogni comunità indigena può disporre di materiali redatti nella propria lingua o in una varietà molto simile. Per una parte dei materiali, in almeno otto lingue, hanno collaborato indigeni precedentemente alfabetizzati²⁷. I libretti di testo più numerosi per ciascuna lingua sono quelli di lettura elementare. In molte lingue vi sono anche testi di igiene, di matematica elementare, di scienze naturali, di religione, oltre a libretti di lettura più avanzata. Nel complesso, quasi 600 titoli.

3. Conclusioni

Molti degli indigeni dell'Amazzonia peruviana vivono in condizioni drammatiche di contatto interetnico. Le situazioni descritte da Vargas Llosa nel suo romanzo *La casa verde* non sono ancora scomparse. Gli indigeni sono spesso letteralmente assediati da manipoli di commercianti, missionari, cercatori d'oro, antropologi, militari, piccoli coloni, boscaioli, linguisti, e così via. Ciascuno di tali individui ha qualcosa da fare a contatto con gli indigeni e spesso a loro discapito. Gli indigeni del Brasile, sotto la protezione della FUNAI, sono talvolta meglio difesi o addirittura isolati nei grandi parchi indigeni: l'isolamento dell'indio è risultato di una politica indigenista di grande tradizione e ben consolidata. È possibile però che a questa politica sottostia una visione dell'indigeno incapace di integrazione e di adattamento nella società nazionale; gli scarsi sforzi della FUNAI nel senso dell'istruzione linguistica degli indigeni sono forse dovuti, direttamente o indirettamente, a tale visione, complessivamente etnocentrica. La politica di istruzione bilingue del Perù e la maggiore produzione di materiali e testi (in buona parte opera del SIL) sembra invece orientata a fornire agli indigeni

²⁷ Provenienti dalle seguenti comunità linguistiche: aguaruna, amara-kaeri, amuesha, candoshi, cashinahua, piro, shipibo-conibo e ticuna.

una buona competenza nella lingua ufficiale, lo spagnolo. Le politiche indigeniste del Perù e del Brasile nei loro territori amazzonici sono in rapporto per un certo aspetto « inverso » con l'atteggiamento nei confronti delle lingue native: in Brasile, a una politica indigenista relativamente esplicita e formalmente ben organizzata, anche se spesso contraddittoria, corrisponde una certa disattenzione per il problema dell'integrazione linguistica; in Perù, a una politica indigenista (amazzone) di recente sviluppo e non ancora del tutto organizzata operativamente, ma solo impostata, corrispondono una maggiore coscienza e attività rivolte ai problemi del bilinguismo e dell'acquisizione dello spagnolo. In entrambi i casi, però, si osserva una delega quasi totale da parte dei governi brasiliano e peruviano²⁸ dell'istruzione linguistica degli indigeni ai missionari cattolici²⁹ ed evangelici. Chi ha il monopolio dell'istruzione linguistica degli indigeni, ha quasi sempre anche il monopolio dell'istruzione in generale e la libera scelta dei suoi contenuti. Il Summer Institute of Linguistics e i missionari nordamericani a cui esso è strettamente collegato, si sono assicurati, da quasi trent'anni, questo monopolio dei contenuti che attraverso la lingua e l'istruzione possono trasmettere senza controllo a una parte notevole della popolazione indigena dell'Amazzonia e di molte altre parti del mondo.

Bibliografia e problemi

Sugli indigeni amazzonici esiste una letteratura enorme, di carattere storico, etnologico, sociologico e linguistico. Si può indicare come opera informativa complessiva, che non riflette però gli studi recenti e le decisive modifiche della situazione amazzonica, lo *Handbook of*

²⁸ In Perù, in conseguenza delle recenti leggi sulle comunità native e sull'istruzione bilingue, sembra che la situazione stia evolvendo in favore di un maggior controllo del governo sugli individui e le istituzioni a contatto con le popolazioni indigene.

²⁹ Si ha l'impressione che nell'ambito delle missioni cattoliche la differenziazione fra i singoli missionari per atteggiamento generale e percezione dei problemi sia maggiore che nell'ambito delle missioni evangeliche. Ciò ha riflessi nei contenuti trasmessi con l'istruzione, spesso più aperti e problematici nelle missioni cattoliche.

South American Indians, curato da Julian H. Steward, Bureau of American Ethnology, Bull. 143, Washington 1946-56 (6 voll.). Sul delicato equilibrio ecologico e sull'organizzazione socio-economica di alcuni gruppi indigeni in relazione al medio ambiente amazzonico, vedi B. Meggers, *Amazônia, Men and Culture in a Counterfeit Paradise*, Smithsonian Institution, Aldine Atherton, Chicago, New York, per una analisi generale della penetrazione nell'Amazzonia e dei suoi effetti, vedi R. Goodland e H. Irwin, *A Selva Amazônica: do Inferno Verde ao Deserto Vermelho?*, Livraria Itataia e Editora da Universidade, São Paulo, 1976.

Per le lingue sudamericane, e quelle amazzoniche in particolare, vedi A. Tovar, *Catálogo de las Lenguas de América del Sur*, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1961 (con un *Suplemento al Catálogo...*, Valmartina, Firenze 1972) e C. Loukotka, *Classification of South American Indian Languages*, ed. postuma a cura di J. Wilbert, University of California, Los Angeles 1968. I due autori presentano ciascuno una classificazione generale delle lingue, che spesso non coincide; Tovar fornisce notizie generali su ciascuna famiglia linguistica, mentre Loukotka dà per ogni lingua notizie sulle sue denominazioni alternative, l'ubicazione (o l'esistenza), di parlanti.

La letteratura sull'indigenismo è molto vasta; qui è sufficiente citare il recente studio complessivo di A. Marroquin, *Balace del Indigenismo*, Mexico D.F., Instituto Indigenista Interamericano, 1973, che confronta i vari tipi di indigenismo e propone una tipologia delle politiche indigeniste. Sulla situazione degli indigeni del Brasile sotto controllo della FUNAI una fonte esterna è il libro *Brazilian Indian Policy*, rapporto del viaggio-inchiesta della commissione della Anti-slavery society, Oxford 1974. Inoltre: Roberto Cardoso de Oliveira, *A sociologia do Brasil indígena, ensaios*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1972; Darcy Ribeiro, *Os Índios e a Civilização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1969; Egon Schaden, *Aculturação Indígena*, São Paulo, Livraria Pioneira Editôra, 1969, con un capitolo sulla « acculturazione linguistica ». Sulla situazione degli indigeni dell'Amazzonia peruviana: Alberto Chirif, *Ocupación territorial de la Amazônia y marginación de la población nativa*, « América Indígena », 35, 2, aprile-giugno 1975, 265-295, e S. Varese, *Relaciones interétnicas en la selva del Perú* in *Symposium de fricciones interétnicas en América del Sur*, Bridgetown, Barbados, 1971. Non sembra esistano studi specifici sulle politiche linguistiche del Brasile e Perù in relazione agli indigeni amazzonici.

Na passagem citada, faz-se menção ao fato de que as regras fonológicas não são extrinsecamente ordenadas, em FGN. De fato, uma das propostas teóricas deste modelo é a da aplicação das regras em Ordem Sequencial Casual. Uma regra deve ser aplicada sempre que sua descrição estrutural é satisfeita. Já que a FGN não permite a imposição de uma ordenação extrínseca às regras, elas devem ser formuladas de modo a que sejam ordenadas intrinsecamente (i.e., de tal forma que a ordem na aplicação seja determinada pelo próprio conteúdo das regras).

As duas fortes condições que governam as análises em FGN, viz., a Condição de Não Ordenação na aplicação das regras e alguma versão da Condição de Naturalidade Forte imposta às representações lexicais, são os dois princípios diretamente responsáveis pelo fato de ser este modelo muito menos poderoso do que a FGS.

Antes de concluir esta breve apresentação da FGN, deve-se ainda fazer uma observação importante. Vimos já que a FGN distingue as regras que são foneticamente motivadas (regras fonológicas) daquelas que são condicionadas por propriedades morfo-sintáticas (regras morfofonêmicas). Vimos também que a FGS não estabelece tal distinção. Se compararmos uma análise em FGS com uma análise em FGN, veremos que ambos os modelos representam, de forma muito semelhante, os processos fonológicos de motivação puramente fonética (Abaurre-Gnerre, 1974). A diferença fundamental entre a FGS e a FGN torna-se evidente apenas quando se consideram as alternâncias que não têm condicionamento fonético (i.e., as alternâncias morfofonêmicas). A esse respeito, cf. Hooper (1973:30):

NGG and TGG make essentially the same claims as regards phonetically motivated processes. The difference between the theories lies in the derivation of morphophonemic alternations (...); the alternations that NGG would describe directly as a function of morphological categories, TGG describes as a result of abstract phonological representations and ordered rules. 10

Na análise abstrata proposta para o plural do português em 2.0, as alternâncias em alguns pares sg./pl. são descritas como o resultado da aplicação de regras extrinsecamente ordenadas a representações fonológicas muito abstratas. Vale a pena enfatizar que tal análise, ao assumir que o plural é indicado simplesmente pelo morfema /s/ na língua, simplifica muito a morfologia. Tal simplificação é, no entanto, obtida às custas da transferência de toda a complexidade para o componente fonológico do português. Os dados, como se pode facilmente depreender de (2), não são, de forma alguma, simples. É evidente que deve haver complicação em algum componente da gramática, no caso dos nomes em $-\left[\tilde{\text{ɔ}}\tilde{\text{w}}\right]$. É necessário decidir qual dos componentes é responsável pela complexidade, mas é também necessário motivar tal decisão. A FGS, como já se viu, responsabiliza a fonologia, conforme claramente indicado pelas análises abstratas. Proporei, a seguir, uma análise dos mesmos dados, compatível com os princípios teóricos da FGN aqui apresentados. Ficará evidente que as alternâncias nos nomes em $-\left[\tilde{\text{ɔ}}\tilde{\text{w}}\right]$ serão descritas, neste modelo, em função das categorias morfológicas.

A FGS e a FGN, ao proporem soluções radicalmente diferentes para o problema do português e ao assumirem que a complexidade dos dados é função de componentes diversos da gramática, estão implicitamente fazendo afirmações conflitantes a respeito da competência dos falantes nativos da língua. Proponho-me aqui a comparar e avaliar as duas análises, bem como a discutir suas afirmações implícitas, depois de apresentar, na próxima seção, a análise em FGN.

3.1. Ditongos nasais nos pares sg./pl.: uma análise concreta em FGN

De acordo com a Condição de Naturalidade Forte Revista, a FGN requer que todas as palavras sejam representadas foneticamente no léxico. No caso dos pares apresentados em (1) e (2), portanto, tanto a forma representativa do singular como a do plural são listadas no léxico.¹¹ Observe-se que isto não implica perda de generalizações lin-

glífticamente significativas, uma vez que as regras fonológicas, quando formuladas, explicitarão todas as redundâncias. No caso dos nomes em (1) e (2), e.g., uma regra que se aplica a todas as palavras é a regra de nasalização, como se segue:

(7) Nasalização

$$[- \text{cons}] \longrightarrow [+ \text{nasal}] \quad / \quad [+ \text{nasal}]^{12}$$

O fato das vogais e glides nasalizados serem representados no léxico não significa necessariamente que tais segmentos sejam "fonêmicos" em português. De fato, é exatamente a existência de uma regra fonológica como (7) na gramática que indica a predictabilidade desses segmentos na língua.

Não me ocuparei aqui de outras regras fonológicas, já que não são relevantes para os aspectos que me propus discutir neste trabalho. Neste momento em diante concentrar-me-ei basicamente na maneira pela qual a noção gramatical de plural se exprime nos nomes em $-[\tilde{\text{o}}\tilde{\text{w}}]$ em português.

Se assumirmos que todas as palavras, em suas formas do singular e do plural, devem ser representadas foneticamente no léxico, deveremos decidir que regras dão conta da formação do plural e, por outro lado, quais as regras responsáveis pela alternância na vogal e/ou glide em casos como (1) (a) e (b) e (2) (a) e (b). Será também necessário marcar pelo menos duas das três categorias morfológicas com diacríticos, no léxico, para que as regras possam ser formuladas de maneira a dar conta, de forma adequada, das alternâncias, nos ambientes precisos (o caso produtivo, como se verá, será o não marcado).

Uma vez categorizados no léxico como sujeitos à aplicação de certas regras, os nomes em $-[\tilde{\text{o}}\tilde{\text{w}}]$ deverão ser memorizados pelo falante como pertencentes a uma das classes, para que se produza o plural correto. Uma observação importante é que, com respeito a esses nomes, o padrão produtivo sg./pl. é $[\tilde{\text{o}}\tilde{\text{w}}]/[\tilde{\text{o}}\tilde{\text{ys}}]$. Isto significa que, dada qual-

ou menos igualmente complexas em relação às formas superficiais. Na FGS o padrão produtivo $[\tilde{\text{ãw}}]/[\tilde{\text{oÿs}}]$ não é, portanto, obviamente mais complexo do que os outros dois padrões possíveis. Tal complexidade, por outro lado, torna-se evidente na análise da FGN que, exatamente por ser um modelo teórico menos poderoso, não permite representações fonológicas tão abstratas como as propostas pela FGS para os nomes em $-\tilde{[\text{ãw}]}$. Em outras palavras, a FGN não permite complexidade desnecessária na análise, e um padrão como $[\tilde{\text{ãw}}]/[\tilde{\text{ãws}}]$ aparecerá naturalmente como o mais simples, quando comparado a $[\tilde{\text{ãw}}]/[\tilde{\text{oÿs}}]$ e a $[\tilde{\text{ãw}}]/[\tilde{\text{oÿs}}]$. Mas o que se poderia dizer a respeito da maior simplicidade ou complexidade de um padrão produtivo de formação de plural se se permitissem representações lexicais como $/\text{one}/-/\text{one+s}/$, $/\text{ane}/-/\text{ane+s}/$, $/\text{ano}/-/\text{ano+s}/$, conforme proposto pela FGS para (1) (a), (b) e (c) e para (2) (a), (b) e (c)? Na FGS, o fato de que $[\tilde{\text{ãw}}]/[\tilde{\text{oÿs}}]$ é o padrão produtivo só pode ser constatado pela testagem empírica (inventando, por exemplo, palavras em $-\tilde{[\text{ãw}]}$ para que os falantes formem o plural, ou observando a pluralização de novas palavras em $-\tilde{[\text{ãw}]}$ introduzidas eventualmente na língua). No entanto, nenhuma explicação interna pode ser dada para o fato de ser este o padrão produtivo, e principalmente para o fato de o padrão produtivo ser justamente o mais complexo. Como já se disse anteriormente, o problema da complexidade não chega nem a ser levantado, na FGS, com relação a esses plurais. A FGN, por outro lado, além de permitir que a complexidade se torne aparente, fornece ainda uma pista para a motivação que pode determinar a escolha do padrão mais complexo como produtivo. A hipótese, neste caso particular, é de que o falante procura atribuir significação gramatical a processos de origem puramente fonológica, i.e., de que ele faz o possível para tornar significativas as alternâncias morfofonêmicas, sem motivação fonética. Retornarei mais adiante a esta hipótese, que será discutida mais extensivamente depois da apresentação da análise da FGN para os dados.

Historicamente, o padrão para as palavras em (1) é o seguin-

te:

(10)	sg.	pl.
	* sermone	*sermones
	* pane	*panes
	* irmano	*irmanos

Estas formas do proto-português, depois de terem passado pelas mudanças fonéticas regulares, evoluíram para as formas modernas com os ditongos nasais no singular e no plural. Em uma análise histórica, devemos postular formas básicas como aquelas em (10) para explicar o desenvolvimento dos ditongos nasais. Fazê-lo mesmo em uma gramática sincrônica, no entanto, tem outras implicações que podem ser problemáticas, se quisermos continuar afirmando que as formas subjacentes não são uma cópia das formas básicas atestadas historicamente. Incorporar um grau semelhante de abstração nas formas subjacentes de uma análise sincrônica do português implica que o falante nativo desta língua possui essas formas estocadas como parte de sua competência linguística, e que, por meio de um conjunto de regras extrinsecamente ordenadas, ele é capaz de derivar as formas superficiais dos nomes em (1) e (2). Uma interpretação mentalista como esta me parece, aliás, a única interpretação honesta que podemos dar à FGS e às afirmações que as análises em FGS implicitamente fazem sobre os dados do português em consideração. A FGS deve, portanto, fornecer evidência empírica para a realidade psicológica que atribui a formas subjacentes abstratas como aquelas em (3). Não posso imaginar nenhuma evidência convincente que suporte as formas abstratas propostas pela FGS para os nomes em - [õw̃]. Na verdade, é bem mais simples pensar em argumentos fortes contra a proposta de /sermone/ - /sermone+s/, /pane/-/pane+s/ e /irmano/-/irmano+s/ como formas subjacentes para as representações superficiais em (1) em uma gramática sincrônica do português. Recorde-se que, na seção 2.0., ao apresentar uma análise abstrata em FGS para os dados, mencionei o fato de que um argumento comumente usado a favor da 'motivação independente' de formas abs-

tratas como (3) em uma gramática sincrônica do português é a relação semântica estabelecida pelos falantes entre formas como as de (4) (aqui repetidas por conveniência):

- (4) (a) [sexmõnãriV] 'sermãoário'
- (b) [pãñifikãX] 'panificar'
- (c) [ixmãnãdos] 'irmãados'

e as de (1), sendo que em (4) se tem, indubitavelmente, a nasal /n/ nas representações subjacentes. Com base neste fato, argumenta-se, as formas subjacentes dos itens em (1) têm também um segmento nasal independentemente motivado, o qual é posteriormente apagado por regra (uma regra que deverá apagar o /n/ nos itens do tipo (1), apenas, mas não nos de tipo (4)). Tal 'malabarismo' requer uma estratificação do léxico de forma a fazer com que regras como apagamento de -n se apliquem a um certo estrato, apenas). Considere-se, no entanto, a seguinte informação histórica: as palavras em (4) são representativas de um estoque de empréstimos latinos que foram introduzidos no português depois que as regras históricas que derivaram os ditongos nasais dos étimos historicamente justificados em (10) se aplicaram. Em vista disso, a pergunta imediata (e importante) a ser feita é: se tivéssemos que escrever uma gramática sincrônica para o estágio do português que precedeu imediatamente aquele em que palavras eruditas como aquelas em (4) começaram a ser emprestadas do latim (ou cunhadas segundo o modelo latino), estando já os ditongos nasais presentes na língua, quais seriam as formas subjacentes para as palavras em (1)? Não poderíamos, certamente, justificar a presença da nasal nessas formas com base em itens que ainda estavam por ser emprestados ou cunhados! Deveríamos abrir mão, então, das formas subjacentes com segmentos nasais apenas para as análises sincrônicas de estágios que precederam a entrada de palavras com a nasal nas formas superficiais, mantendo-as, por outro lado, nas análises sincrônicas de estágios seguintes? Tal decisão me pareceria extremamente arbitrária; seria preferível desistir de postular formas abstratas

com o /n/ para todos os estágios sincrônicos onde tal segmento não ocorre na superfície.

Voltando à FGN, ela tem que levar em conta, de qualquer maneira, as formas em (10), por motivos de ordem histórica, i.e., para a elaboração de uma gramática histórica do português. Portanto, em um estudo diacrônico da língua, os fatos serão tratados de forma adequada, uma vez que as alternâncias que vimos considerando pertencem à gramática diacrônica e devem aí ser explicados. Não há necessidade de incorporar outra explicação para os mesmos fatos em uma gramática sincrônica do português, onde a situação é, sem dúvida, um pouco 'caótica' com relação ao plural dos nomes em $[-\tilde{\text{õw}}]$. Assim, em uma descrição sincrônica, a FGN parte da consideração das formas como ocorrem foneticamente, postulando as regras fonológicas transparentes a partir dessas formas superficiais, bem como as regras morfofonêmicas que dão conta das alternâncias. A diferença relevante entre os dois modelos teóricos, a esta altura, é que, enquanto a FGS procura explicar as alternâncias tanto na gramática diacrônica como na sincrônica, a FGN sustenta que as regras que explicam as alternâncias de vogal e glide pertencem apenas à gramática diacrônica, sendo função das regras da gramática sincrônica a descrição dos fatos, apenas, conforme ocorrem no estágio atual da língua. Em outras palavras, a FGN descreve os fatos que são inteiramente motivados foneticamente por meio de regras fonológicas, e aqueles, como as alternâncias de vogal e glide, que têm, em um estágio sincrônico, algum tipo de condicionamento arbitrário, morfo-sintático, por meio de regras morfofonêmicas. Afirma-se, assim, que a explicação para o fato de que pode haver alternância de glide e/ou vogal nas formas do singular e do plural de alguns dos nomes em $[-\tilde{\text{õw}}]$ em português pode ser encontrada apenas em uma gramática histórica da língua, e nunca em uma gramática sincrônica, que deve, pelo tipo de regras que propõe, evidenciar o fato de as formas alternantes terem já sofrido um processo de morfologização.

Concentremo-nos agora na análise da FGN propriamente dita.

O primeiro fato previsível a ser tratado numa análise sincrônica do português já foi mencionado: a forma do morfema de plural. A regra morfológica (9), como anteriormente formulada, dá conta do conteúdo fonológico desse morfema. Repito aqui sua formulação:

(9) Pl $\xrightarrow{\text{/s/}}$ + $\xrightarrow{\text{#}}$ $\left. \begin{array}{l} \text{N} \\ \text{Adj.} \end{array} \right\}$

Teremos também que dizer que a alternância da vogal e/ou glide em (1) (a) e (b) e em (2) (a) e (b) é de certa forma previsível. A FGN dá conta desta predictabilidade da seguinte maneira: considere-se inicialmente que há duas classes de nomes em $-\text{[ãw]}$ marcadas no léxico com um diacrítico (e temos que usar algum diacrítico para identificar as classes, no caso, visto que, como já mencionei, os falantes nativos de português têm que memorizar esses plurais na escola. Cf. as listas normativas em (2), tiradas de uma gramática normativa).

Se os falantes tivessem de fato as formas subjacentes abstratas em suas cabeças, para todos os nomes, como proposto pela FGS, como se poderia dar conta da indiscutível evidência de que eles têm que aprender cada um desses plurais, de uma forma ou de outra? Eles não deveriam ocorrer naturalmente, dadas as formas subjacentes, e uma vez aprendidas as regras? Isto me parece evidência empírica suficiente contra a existência de tais formas subjacentes abstratas, e a favor da afirmação feita pela FGN segundo a qual a alternância de vogal e/ou glide que acompanha a maioria dos casos de formação de plural dos nomes em $-\text{[ãw]}$ é um processo que se tornou morfológico em português, obedecendo, em termos sincrônicos, a uma categorização lexical arbitrária.

Retomemos a discussão dos diacríticos a serem usados na formulação das regras morfofonêmicas responsáveis pelas alternâncias que acompanham a formação de plural. Observe-se que nenhuma alternância acompanha a formação de plural em nomes como (1) (c) e (2) (c). Devemos, no entanto, marcar tais nomes no léxico com um diacrítico, para

evitar que eles sofram alternância de vogal e ou glide. Além disso, tais nomes constituem uma classe finita e não muito numerosa, sendo portanto mais econômico atribuir a eles, e não aos membros da classe produtiva, um diacrítico. Parece tora de discussão que a classe produtiva é a que não deve vir acompanhada de diacrítico no léxico. Assumamos então que todos os nomes do tipo (c) ($[\tilde{\text{ã}}\tilde{\text{w}}]/[\tilde{\text{ã}}\tilde{\text{w}}\text{s}]$), uma classe muito restrita, são marcados no léxico com o diacrítico [I] (mneumônico para 'invariante'). A segunda classe de nomes a receber diacrítico é a classe que sofre apenas alternância de glide no plural, além do regular acréscimo de /s/. Essa classe é constituída dos nomes tipo (b) ($[\tilde{\text{ã}}\tilde{\text{w}}]/[\tilde{\text{ã}}\tilde{\text{y}}\text{s}]$), e será marcada com o diacrítico [A] (mneumônico para 'alternante'). A terceira classe, mais numerosa e apresentando a alternância produtiva de vogal e glide, é constituída dos nomes do tipo (a) ($[\tilde{\text{ã}}\tilde{\text{w}}]/[\tilde{\text{o}}\tilde{\text{y}}\text{s}]$), e, conforme discutido anteriormente, não é marcada com diacrítico algum no léxico.

Uma vez estabelecidas as marcas diacríticas de alguns nomes em $[\tilde{\text{ã}}\tilde{\text{w}}]$ no léxico e as duas alternâncias morfofonêmicas possíveis, $\tilde{\text{w}}/\tilde{\text{y}}$ e $\tilde{\text{ã}}/\tilde{\text{o}}$, podemos propor as duas regras morfofonêmicas seguintes para a gramática do português:

(11)

(i) Alternância de glide

$$\left[\begin{array}{l} - \text{cons} \\ - \text{voc} \end{array} \right] \longrightarrow \left[- \text{post} \right] / \text{v} ___ + \text{plural} \quad 14$$

(ii) Alternância de vogal nasalizada

$$\left[\begin{array}{l} \text{v} \\ + \text{nasal} \end{array} \right] \longrightarrow \left[+ \text{arred} \right] / ___ \left[\begin{array}{l} - \text{cons} \\ - \text{voc} \\ - \text{post} \end{array} \right] + \text{plural}$$

As regras (11) (i) e (ii) aplicam-se em ordem seqüencial casual, i.e., sempre que se satisfaz a sua descrição estrutural. A gramática deverá conter ainda as seguintes afirmações, relativas ao léxico, que tornam certos itens exceções com relação às regras que

acabamos de formular:

(12) (a) Os nomes [I] são [- regra (11-i)]

(b) Os nomes [A] são [- regra (11-ii)]

Os itens lexicais que não se constituem em exceções às regras são, portanto, aqueles que sofrem ambas as alternâncias, i.e., representam o padrão produtivo para a formação do plural dos nomes em [õw]. Observe-se que as duas regras em (11) são intrinsecamente ordenadas e que portanto, somente depois da aplicação de (11-i) nos casos produtivos, satisfazem-se as condições ambientais para a aplicação de (11-ii).

Dado o tipo de representação lexical proposta pela FGN, com as palavras listadas foneticamente no dicionário (de acordo com a CNFR), a regra geral de formação do plural (9), as regras morfofonêmicas (11-i e 11-ii) e as afirmações (12-a e 12-b), podemos dar conta de todas as três possibilidades de formação de plural nos nomes em [õw] em uma gramática sincrônica do português. Na seção seguinte comentarei a plausibilidade da análise dos dados segundo a FGN, e procurarei apresentar outras razões pelas quais ela deveria ser preferida com relação a uma análise em FGS. Há, no entanto, um outro fato que não pode ser ignorado pela análise concreta. Dedicarei o final desta seção a sua consideração.

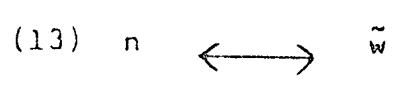
Nas páginas anteriores argumentei contra a conveniência de se considerar que o fato de existirem formas como (4) no português moderno,

- | | | | |
|-----|-----|--------------|--------------|
| (4) | (a) | [sexmõnãriʋ] | 'sermonário' |
| | (b) | [pãnifikãx] | 'panificar' |
| | (c) | [ixmõnãdos] | 'irmanados' |

sentidas pelos falantes nativos como semanticamente relacionadas às formas em (1),

(1)	sg.	pl.	
(a)	[sexmãw̃]	[sexmõys]	'sermão'
(b)	[pãw̃]	[pãys]	'pão'
(c)	[ixmãw̃]	[ixmãws]	'irmão'

constitui evidência para a proposta de formas subjacentes com um segmento nasal abstrato /n/ para as últimas, em base à relação semântica. Penso ter apresentado, então, evidência convincente contra a aparente 'motivação independente' de tais formas subjacentes. No entanto, o fato de os falantes relacionarem as formas em (1) e (4) no português moderno, não pode não ser levado em conta em uma gramática sincrônica da língua. Em uma análise em FGN, essa relação é considerada uma relação lexical, no sentido de que não é uma relação fonológica foneticamente motivada ou morfológicamente condicionada, mas sim uma relação fonológica entre entradas lexicais semanticamente relacionadas. Assumindo, então, que alguns falantes estabelecem de fato uma relação fonológica entre, digamos, irmão - [ixmãw̃] - e irmanados - [ixmãnádos], este fato pode ser expresso em uma FGN como uma relação lexical entre os dois itens no léxico desses falantes (mas não necessariamente no léxico de todos os falantes de português, uma vez que alguns falantes podem não se dar conta da relação e outros ainda podem nem possuir ambas as formas em seus léxicos). Não é, portanto, necessário, fazer a afirmação forte de que uma forma é sincronicamente derivada da outra. Uma relação deste tipo é formalmente expressa em FGN por meio de uma relação lexical denominada via-rule (cf. Vennemann, 1972d, e também o artigo de Possenti nesta coletânea). Partindo, então, do pressuposto de que tanto irmão como irmanados aparecem no léxico em suas formas fonéticas [ixmãw̃] e [ixmãnádos], ambas as entradas conterão também uma afirmação que estabelece o seu relacionamento 'via' uma regra mais ou menos do tipo:



É possível que alguns falantes relacionem as formas irmão e irmãos, mas que não relacionem outros pares que tenham como um de seus membros uma palavra mais erudita como, e.g., mão - [mõw̃] e manipular - [mõnipuláx]. Neste caso eles não terão este par relacionado 'via regra (13)' em suas gramáticas. É possível imaginar ainda que alguns falantes, por razões sociolingüísticas que não serão aqui consideradas, simplesmente não possuem a via-rule (13). Isto significaria que eles não reconhecem a relação fonológica lexical expressa como $n \longleftrightarrow \tilde{w}$.

Estamos agora em condições de distinguir os três tipos de relações fonológicas reconhecidas pela FGN. Estes tipos são caracterizados como se segue por Hooper (1973:30):

... NGG limits abstractness by distinguishing between various types of phonological relations: the phonetically motivated relation (expressed by phonological rules), the morphologically conditioned relation (expressed by morphophonemic rule), and the lexical relation (expressed by via-rule). Via-rules differ from the other two types in that an individual speaker may or may not recognize the relation between forms expressed by a via-rule, but it will not in any way affect his ability to produce well-formed utterances in the language. On the other hand, failure to internalize a phonological or morphophonemic rule would cause the speakers to produce unacceptable utterances. 15

Tendo apresentado a análise da FGN para os dados dos nomes em [ãw̃] em português, prosseguirei com os comentários a respeito das assunções implícitas da FGS e da FGN a respeito da competência nativa dos falantes de português nesta área particular da gramática.

4.U. Ulteriores comentários sobre as análises em FGS e FGN

O fato de que os falantes nativos têm que memorizar o plural dos nomes em [ãw̃] fornece evidência forte de que a formação do plural em tais nomes é um problema morfológico complexo. Acho, portanto, que uma solução morfológicamente simples como a proposta pela FGS, com toda a complexidade tratada na fonologia, não explica a com-

petência do falante nativo de português nesta área particular da formação do plural. Em outras palavras, há evidências, justamente, de que o falante nativo tem consciência da complexidade morfológica, não sendo de maneira alguma tarefa simples, para ele, formar o plural dos nomes em [ãw].¹⁶ Outro argumento que quero apresentar a favor da complexidade morfológica é o fato de um número significativo de nomes em [ãw] permitir dois, e às vezes três plurais (cf. (2), observação nº 3, e a lista que se segue de casos que permitem mais de um plural). Estes nomes apresentam um ou dois plurais "extra", agora aceitos como corretos pelos gramáticos normativos. A questão óbvia que se levanta, a este ponto, é a seguinte: por que estes, e não todos os outros nomes em [ãw], admitem mais de um plural? A resposta parece também bastante óbvia. Os nomes que agora admitem mais de um plural devem ter se constituído, em estágios anteriores da língua, em fonte de erros frequentes no plural. Os erros devem ter ocorrido com tanta frequência que começaram a ser considerados possibilidades alternativas para o plural, sendo finalmente incorporados pelas gramáticas normativas. O que a existência de formas alternativas indica é que deve ter havido dúvida por parte dos falantes que não sabiam as regras morfofonêmicas que dão conta da formação do plural nas várias classes. É importante observar que o padrão produtivo é sempre introduzido quando se admite mais de um plural, mesmo no caso de duas formas alternativas. Isto poderia talvez ser interpretado como uma tentativa de regularização por parte do falante - ou de alguns falantes - já que o padrão produtivo é sentido como mais regular do que os outros, os quais, como já se viu, são marcados diacriticamente no léxico. No estágio atual do português, as gramáticas normativas prescrevem o plural "correto" através de longas listas de nomes representativos de cada padrão, como em (2). É necessário, porém, acrescentar como "excepcional" a lista dos nomes com mais de um plural possível. A FGN, em um caso assim, prevê que a lista de "exceções" tenderá a aumentar à medida que os falantes vão esquecendo

as marcas lexicais e se confundem com relação ao plural "correto" em cada caso. Pode ser que em um estágio futuro do português o plural produtivo [ãw̃]/ [õys] ganhe dos outros dois na vasta maioria dos casos, permanecendo como "fossilizados" os plurais dos nomes cuja frequência de ocorrência é tão alta que qualquer modificação seria logo sentida como estranha e, conseqüentemente, bloqueada (e.g., [pãw̃]/ [põys], pão. Acho que não há possibilidade de o plural deste nome mudar para [põys] no futuro. Uma mudança do que atualmente se prescreve como [kapitãw̃] / [kapitãys], capitão, para o padrão produtivo [kapitãw̃] / [kapitõys], não seria, no entanto, tão surpreendente. Este é, de fato, um erro comum no português atual, especialmente entre crianças). Infelizmente, os lingüistas terão que esperar um tempo considerável antes que se possam testar essas previsões interessantes...

Deveria estar suficientemente claro, a esta altura, que a FGN, no caso dos nomes que vimos considerando, assume que é a morfologia a responsável por toda a complexidade, e que a análise deve portanto refletir este fato. É importante notar que tanto a FGN como a FGS permitem a elaboração de gramáticas observacionalmente adequadas para a língua, no caso, já que ambos os modelos podem dar conta dos dados. As hipóteses que fazem com relação à competência dos falantes nativos nesta área da gramática variam, entretanto. A FGS, atribuindo a complicação à fonologia, traz implícita a hipótese de que o falante possui, estocadas, as formas subjacentes que o levam a produzir o plural correto. A realidade psicológica destas formas subjacentes particulares é, no entanto, discutível, como já vimos. A FGN, ao tratar a complexidade como morfológica, sustenta que o falante tem que aprender as classes e seus membros se quer produzir as formas de plural esperadas. Tal abordagem leva a uma explicação muito mais natural do fato de ocorrerem tantos erros com relação ao plural dos nomes em [ãw̃] em português: assume-se, simplesmente, que quando o falante faz um "erro", ele não obedeceu à classificação prevista do nome, tendo-o classificado a sua

maneira. Em FGS, por outro lado, não parece possível dar uma explicação natural para a ocorrência frequente de erros nesta área da gramática, uma vez que não se propõem classes arbitrárias e, dadas as formas subjacentes abstratas em (3), esperar-se-ia que as formas superficiais prescritas ocorressem naturalmente. O problema é, então, decidir qual modelo se aproxima mais do grau mais alto de adequação, o explicativo. No caso do português, o modelo que tem maior valor explicativo é o que apresenta evidência empírica convincente para atribuir a complicação a uma área particular da gramática e não a qualquer outra. Se se consegue demonstrar que um modelo teórico explica um maior número de fatos, ele deve, em princípio, ser preferível aos demais. Acho que, no caso do plural dos nomes em [əw] em português, apresentei suficiente evidência para demonstrar que a FGN explica os fatos melhor do que a FGS, devendo, portanto, ser preferida, caso haja interesse em explicar dados relativos à aquisição dessas formas, direção da mudança linguística e fatos semelhantes.

Voltemos agora ao problema da escolha do padrão produtivo pelos falantes nativos, já mencionado na seção 3.1. O aspecto interessante da escolha de [əw̃] / [əw̃s] é, conforme indiquei, que é este o padrão com o mais alto grau de complexidade entre os três possíveis. Poder-se-ia indagar por que o falante escolhe tal padrão e não o mais simples, [əw] / [əw̃s], para fazer o plural das novas palavras em [əw̃]. Uma possibilidade de explicação é que, já que esta alternância está presente na língua de qualquer maneira, devendo o falante aprendê-la para dar conta de alguns casos de formação de plural (os quais, como os demais, refletem processos históricos), ele passa então a atribuir significação gramatical à alternância da vogal e do glide, estabelecendo que tal alternância deve acompanhar todos os novos casos de formação de plural de nomes em [əw̃]. Em muitos casos ele chega a reanalisar casos já existentes na língua, tornando-os conformes ao padrão complexo alternância de vogal e glide mais morfema de plural /s/, produzindo assim

"erros". Isto poderia significar que dentre os três, é este o padrão sentido como o mais indicativo do plural das palavras em [ãw̃] na língua, sendo a alternância de vogal e glide utilizada como algum tipo de "reforço" da noção de plural já expressa pelo morfema /s/.

Para que a explicação que apontamos como plausível seja aceita é necessário, no entanto, encontrarmos outros casos em que o falante nativo prefere uma maneira mais complicada fonologicamente de expressar uma noção gramatical, estando disponível uma alternativa mais simples. A esse respeito, penso poder apontar evidência para minha hipótese a partir da consideração de dados do meu dialeto do xaxá xixá do português (cf. nota 1). Os dados que apresentarei a seguir são também representativos da formação de plural, porém em outra classe de nomes. Considerem-se os dois conjuntos de dados:

(14)		sg.	pl.	
	I.	[ʒoxnāw]	[ʒoxnāys]	'jornal'
		[papēw]	[papēys]	'papel'
	II.	[degrāw]	[degrāws]	'degrau'
		[šapēw]	[šapēws]	'chapéu'

Em termos sincrônicos, deve haver uma classificação arbitrária dos nomes em [áw] e [éw] como sendo do tipo I ou II. Observe-se que uma alternância de glide ([w] / [y]) acompanha o plural dos nomes da classe I, e que pode-se perfeitamente dar conta de tal alternância pela regra morfofonêmica (11-1). Os nomes da classe II, por outro lado, que constituem o caso fonologicamente menos complexo, com o plural formado apenas por acréscimo de /s/, são marcados no léxico com o diacrítico [I], o mesmo que caracteriza os nomes do tipo [ãw̃] / [ãws̃]. Isto significa que eles são também excepcionais com relação à regra morfofonêmica (11-1), conforme indicado em (12-a), e que portanto não sofrem alternância de glide no plural. Historicamente, conhecemos o motivo da existência das duas classes em (14), com plurais diferentes. O fato é que as palavras em (14-I) já terminaram em uma lí-

quida (fato que a ortografia reflete ainda, já que escrevemos jornal e papel, respectivamente). O plural moderno é, então, o resultado de processos fonológicos diacrônicos que se aplicaram regularmente a essas formas, como se segue:

- (15) sg.
- ale > al > aw ¹⁷
- εle > εl > εw
- pl.
- ales > aes > ays
- εles > εes > εys

Depois da mudança da lateral para glide neste dialeto, as terminações do singular se tornaram homófonas com as das palavras em (14-II), cujo glide tem sua origem histórica na vogal [o], após apócope da consoante precedente (e.g., ado > ao > aw - em todos os dialetos). Mais uma vez a análise histórica oferece uma explicação clara para o fato, mostrando que a distinção de classe para a formação do plural não é arbitrária, em termos históricos. Ao escrever uma gramática sincrônica, no entanto, devemos nos limitar à consideração de fatos sincrônicos. É neste sentido que a classificação dos nomes em (14) em tipo I e tipo II, para efeito de formação de plural, parece totalmente arbitrária para o dialeto em consideração. ¹⁸

Podemos, neste ponto, acrescentar alguns dados interessantes relativos aos nomes em (14). Neste dialeto é muito comum encontrar falantes que não têm a distinção de classes refletida em (14), formando o plural dos nomes em [áw] e [éw] de uma só maneira. O fato mais interessante a respeito desses falantes é que eles escolhem exatamente o padrão mais complexo, [[á]w] / [[á]ys], com alternância de glide, e não o padrão mais simples de (14-II), com acréscimo de /s/ apenas. Eles possuem, portanto, os plurais [degráys] e [šapéys], exatamente como em [žoxnáys] e [papéys]. Parece claro que esses falantes estão fazendo uma analogia na mesma direção, o que não é de forma alguma sur-

alternâncias morfofonêmicas, isto é, um exemplo suplementar de um processo de morfologização. Esta explicação me parece plausível para os falantes de português que escolhem o padrão mais complexo [ãv] / [õys], e para os falantes do dialeto ceimaba que escolhem o também mais complexo padrão $\left[\begin{matrix} \text{ã} \\ \text{ã} \\ \text{ã} \end{matrix} \right] w$ / $\left[\begin{matrix} \text{ã} \\ \text{ã} \\ \text{ã} \end{matrix} \right] ys$. É necessário, naturalmente, buscar outros casos de reestruturação na direção de uma maior complexidade morfológica, se se quer argumentar de maneira convincente em favor dessa hipótese.¹⁹

5.0. Conclusão

Considerando tudo que se discutiu nas seções precedentes, é possível chegar às seguintes conclusões: adotar um modelo teórico como a FGN, que não admite representações fonológicas abstratas, forçar-nos à consideração de certos fatos como casos de complexidade morfológica e não fonológica, possibilitando, assim, que se formule uma hipótese plausível para explicar por que o falante nativo geralmente escolhe o modo mais complexo de expressar uma noção morfológica, caso mais de uma possibilidade historicamente determinada exista na língua. Se, por outro lado, escolhemos trabalhar com um modelo teórico que incentiva a abstração nas representações fonológicas, tal como a FGS, ao nos depararmos com um problema como o da formação do plural em português, podemos sempre encontrar um modo de resolvê-lo postulando conjuntos diferentes de formas subjacentes e um conjunto de regras extrinsecamente ordenadas que dão conta das representações superficiais. No entanto, ao transferir toda a complexidade para a fonologia da língua, corremos o risco de simplificar demasiadamente certos fatos morfológicos significativos. A análise proposta pela FGS para os dados que consideramos neste trabalho pode parecer mais atraente aos defensores da abstração devido à sua elegância, e exatamente por causa da simplificação morfológica que a FGN considera tão discutível. A FGS é também adequada do ponto de vista da observação, uma vez que consegue dar conta dos dados. A FGS não nos permite, no entanto, chegar a uma hipótese interna à

preendente. O que é interessante, aqui, é a direção da analogia. Seria de se esperar, talvez, que o processo analógico procedesse na direção do caso fonologicamente mais simples. Esperaríamos, isto é, que os falantes produzissem [žoxnáws] e [papéws] por analogia com [degráws] e [šapéws], já que isso significaria simplificar o processo de formação de plural, reduzindo-o a acréscimo de /s/, apenas, em todos os casos, e eliminando assim a complexidade fonológica que resulta da aplicação da regra morfofonêmica (11-i) aos nomes do tipo (14-I). No entanto, para esses falantes, a analogia vai exatamente na direção contrária, expandindo o domínio da regra morfofonêmica (11-i) para os nomes em (14-II) também. De acordo com a análise da FGS proposta para os dados, com regras morfofonêmicas e traços de exceção, o que os falantes estão de fato fazendo ao deixar que a regra morfofonêmica (11-i) se aplique a todos os nomes em [áw] e [éw], é reduzir o número de itens marcados no léxico com o diacrítico [I], o que sem dúvida traz grande economia para a gramática. A extensão da aplicação da regra morfofonêmica (11-i), para esses falantes, pode também ser interpretada como uma generalização do processo de morfologização que afeta as alternâncias fonológicas em consideração neste trabalho. Mais uma vez, a FGS não tem condições de explicar por que alguns falantes reestruturaram suas gramáticas na direção apontada, no caso dos nomes em [áw] e [éw]. A única afirmação ao alcance da FGS é a de que esses falantes, por algum motivo, têm formas subjacentes diferentes para os nomes em (14-II). Mas a FGS não pode fornecer nenhuma explicação baseada em fatores gramaticais, internos, para a motivação determinante da mudança das formas subjacentes por parte dos falantes.

Esta reinterpretção dos fenômenos morfológicos fortalece a hipótese esboçada neste trabalho segundo a qual, dadas duas possibilidades de interpretação de um mesmo problema morfológico na língua, o falante pode muito bem escolher a mais complexa, envolvendo uma alternância morfofonêmica. O caso discutido aqui pode ser mais um exemplo do esforço do falante para atribuir alguma significação gramatical às

gramática que nos permita explicar porque um dos padrões é tomado como produtivo, e porque — mais importante ainda — a produtividade pode estar relacionada, em alguns casos, à complexidade. A FGS não parece possuir, portanto, muito valor explicativo no caso em questão. A FGN, por outro lado, nos permite chegar a uma hipótese plausível para os fatos considerados, sendo, neste sentido, mais adequada do que a FGS. Refletindo um pouco, concluimos facilmente que a possibilidade de postular tal hipótese para o português resulta exatamente do fato de a FGN ser um modelo teórico muito menos poderoso, que não admite a abstração infundada. Como consequência, temos quase sempre soluções únicas para conjuntos de dados específicos. Nos casos de formação de plural no português do Brasil discutidos neste trabalho a única análise possível em FGN indica que a complexidade reside no componente morfológico da língua. Penso ter apresentado evidência empírica suficiente para a hipótese de que é exatamente aí que ela reside.

Poder-se-ia ainda argumentar, no entanto, que a evidência aqui apresentada não é convincente, e que, uma vez que a FGS também dá conta dos dados, ela deveria ser preferida à FGN por oferecer uma solução mais "simples" e mais "interessante". A esse respeito deve-se notar, primeiramente, que o grau de "interesse" de uma análise particular não deveria ser tão valorizado, se se busca, acima de tudo, uma explicação para os dados. Isto é, é perfeitamente possível adotar uma teoria que permite análises muito "interessantes", que são, no entanto, desprovidas de qualquer valor explicativo. Por outro lado, é verdade que um outro modelo teórico pode levar a uma análise "desinteressante" que fornece explicação empiricamente adequada para os dados. Em segundo lugar, o critério da simplicidade, como até agora formulado, não é um conceito muito claro nem no interior da FGS. Não é, portanto, seguro aplicá-lo como critério de avaliação para análises observacionalmente adequadas. Por último, não se pode usar um critério proposto para um modelo teórico em particular (neste caso a FGS) para comparar dois modelos teóricos e "escolher o melhor". Em outras palavras, se se pretende fazer uso de critérios semelhantes, é necessário trabalhar

Finalizando, gostaria de retomar a principal questão levantada por este trabalho, na tentativa de estabelecer uma relação entre o problema da complexidade fonológica ou morfológica do português no tocante ao plural dos nomes em -ão e o problema da aprendizagem dessas formas pelos falantes nativos. Evidentemente, se estivéssemos diante de casos de complexidade fonológica, conforme sugerem as análises em FGS, não deveria haver dificuldade na utilização das formas previstas para o plural. Sabe-se, no entanto, que não é bem assim. Os falantes de português vacilam ao lidar com o plural de grande número dos nomes em -ão, ora escolhendo uma forma não autorizada, ora flutuando entre mais de uma forma, ora privilegiando a forma fonologicamente mais complexa. O comportamento dos falantes com relação ao plural dos nomes em -ão é, portanto, típico dos casos de complexidade morfológica, que exigem classificação e memorização. A única análise possível em FGN reflete esse comportamento, justificando assim o ensino sistemático e o tratamento dado a esses nomes nas gramáticas normativas da língua, que deixam implícita a arbitrariedade sincrônica da escolha do plural correto ao prescreverem a memorização de "listas" como as apresentadas em (2).

com critérios de avaliação definidos para cada teoria. Por exemplo: como decidir sobre o custo de diacríticos, utilizados na FGN, contra o custo da violação extrema da invariância, resultante da análise em FGS, em alguns casos? Concluimos, a partir destas observações, não ser possível recorrer a um critério como "simplicidade" para escolher entre análises feitas de acordo com diferentes modelos teóricos. Além do mais, mesmo que não se aceite a evidência apresentada a favor da FGN como mais adequada do que a FGS no caso dos plurais em português, será, ainda assim, necessário reconhecer que a FGN é tão adequada descritivamente quanto a FGS, no sentido de que dá conta dos mesmos fatos. Portanto, deve-se preferir a FGN à FGS, uma vez que a primeira constitui-se em um modelo de descrição muito mais restrito e menos poderoso. Se os defensores da FGS e das representações subjacentes abstratas querem manter que a FGS deve ser preferida, é sua tarefa argumentar a favor do modelo e motivar de modo convincente a introdução de todos os recursos aparentemente supérfluos para dar conta de casos que são resolvidos de forma pelo menos igualmente adequada pela FGN, com um aparato teórico muito menos poderoso.

NOTAS

* Esta é uma versão revista de um trabalho apresentado em 1970 para um curso avançado de fonologia no Departamento de Linguística da Universidade de Nova York em Buffalo. Gostaria de agradecer à Dr.^a Joan Bybee por seus comentários pertinentes e valiosas sugestões relativas a uma versão preliminar do texto.

Leite (1974), trabalhando com um corpus mais extenso (incluindo dados representativos de todos os casos de formação de plural em português), argumenta também a favor de uma análise mais concreta do plural na língua.

1. Os dados aqui apresentados são representativos (com relação às características fonológicas) da variedade de português falada em Vitória, E.S., e provavelmente em outras regiões do estado. Os dados

discutidos neste trabalho refletem meu conhecimento nativo deste dialeto.

2. Os chamados ditongos nasais constituem uma característica notável do português. A existência de formas superficiais com ditongos como [ãw] , [ãws] , [õys] , [ãys] , e outros, diferencia esta língua das demais línguas românicas, constituindo-se em um campo interessante para a especulação fonológica. (Cf. Saciuk, 1970; Abaurre-Gnerre , 1973b).

3. Nota-se que sempre que mais de um plural é admitido, uma das possibilidades é -ões.

4. A diferença básica entre minha análise abstrata (Abaurre-Gnerre , 1973b) e a de Saciuk (1970) é a substituição da sua regra de Inserção de Glide por uma regra de Vocalização de -n. O argumento que então apresentei foi o de que a inserção de glide é não natural, no sentido de que reflete uma restrição que não é válida para a língua de modo geral. Há outras diferenças menores de ordenação e formulação de regras entre as duas análises abstratas que não são relevantes aqui, já que não concernem diretamente ao assunto do presente trabalho.

5. O [x] nas formas superficiais [ixmãw] e [ixmãws] resulta da aplicação de uma regra que transforma os /r/'s subjacentes em [x]'s fonéticos em certos ambientes. Não tentarei formular aqui essa regra por não ser necessária para dar conta dos dados em questão.

6. Para uma discussão a respeito da palavra como elemento fonológico primário no léxico, cf. Hooper, 1974.

7. Parece, no entanto, ser possível resolver problemas de representação lexical sem abrir mão da Condição de Naturalidade Forte e sem adotar sua versão revista, mais radical. Em Hooper (1974, 1975, 1976) encontram-se sugestões nesse sentido. A escolha que se faz neste trabalho, de adotar a Condição de Naturalidade Forte Revista como critério para as representações lexicais, não é, no entanto, crucial para a análise proposta para os nomes em [ãw] em FGN. A análise seria substancialmente a mesma se se assumisse, alternativamente, que a FGN incorpora a

Condição de Naturalidade Forte, que é, em um certo sentido, uma restrição não tão forte com relação à abstração das representações lexicais, já que permite que as formas previsíveis dos paradigmas flexionados fiquem fora do léxico, sendo geradas através da aplicação de regras produtivas.

8. Grifo meu.

9. Grifo meu.

10. Grifo meu.

11. Cf., porém, a nota 7.

12. A regra de nasalização é aqui formulada em sua forma mais geral, e diz que todos os segmentos não consonantais se nasalizam na presença de uma consoante nasal ou outros segmentos nasalizados. Deve-se observar que esta é uma regra totalmente motivada em termos fonéticos, na FGN, e que neste modelo de análise todas as outras regras envolvendo segmentos nasais (cf. (5)) são dispensáveis, o que é uma consequência direta das restrições impostas à abstração das representações fonológicas.

13. Esta regra é formulada para dar conta do plural de todos os nomes e adjetivos na língua. Não entrarei em considerações a respeito de outras classes, aqui. É suficiente lembrar, por ora, que há outros processos morfofonêmicos operantes nas outras classes que têm que ser tratados por outras regras, depois do acréscimo do sufixo de plural aos temas.

14. A regra de alternância de glide não leva em conta o traço nasal nos glides em sua formulação, já que deve ser formulada em uma forma mais geral para dar conta também da alternância de glides orais em alguns pares de sg./pl. como [papéw] / [papéys], a serem discutidos na seção 4.0. A regra, conforme formulada, aplica-se tanto aos glides orais como aos nasais.

15. Grifo meu.

16. Como falante nativa de português, preferiria admitir como correta a análise em FGS, com as representações abstratas, porque isso implicaria que os falantes da língua não têm que memorizar todos esses plurais. Infelizmente a análise não parece corresponder a nenhuma realidade psicológica. Não possuo todas as formas abstratas propostas estocadas em minha memória, já que no caso de itens não muito frequentes em $\tilde{a}w$ eu simplesmente não sei o plural (talvez por tê-lo esquecido, talvez por nunca o ter aprendido). Para os falantes com menos ou nenhuma aprendizagem sistemática da língua, isto se torna ainda mais óbvio. Os erros são frequentes nessa área do léxico e na maioria dos casos o padrão produtivo é geralmente aplicado nos casos "errados".

17. Neste dialeto, o reflexo final da lateral é realmente um glide posterior. Em alguns dialetos mais conservadores ela é ainda pronunciada como uma lateral velarizada, enquanto que em outros ainda ela se manifesta como um glide posterior velarizado. Enquanto que os últimos dialetos mencionados ainda mantêm a diferença entre as formas em (14) I e II, o dialeto que aqui estudamos perdeu-a completamente, como demonstram os exemplos dados.

18. Note-se, a este respeito, que os falantes dos dialetos citados na nota 14 como mantenedores, ainda, da distinção no singular, não têm problemas para aprender, na escrita, os nomes escritos com l final, da mesma forma como não se confundem com os plurais. Em outras palavras, a distinção de classe para a formação de plural, para esses falantes, é ainda transparente a partir da fonética dos seus dialetos.

19. Outra evidência a favor da hipótese de que as alternâncias morfológicamente condicionadas tendem a ser consideradas significativas e, conseqüentemente, tendem a ser utilizadas fora das classes originais, vem da alternância [o] / [ɔ] que acompanha a formação do plural e do feminino em uma classe arbitrária (sincronicamente) de nomes e adjetivos no português. Exemplos de itens pertencentes à classe alternante são:

(i) a.	[põxkʷ]		(masc. sing.)
	[põxkɸ]		(fem. sing.)
	[põxkʷs]	'porco'	(masc. pl.)
	[põxkɸs]		(fem. pl.)
b.	[nõvʷ]		(masc. sing.)
	[nõvɸ]	'noivo'	(fem. sing.)
	[nõvʷs]		(masc. pl.)
	[nõvɸs]		(fem. pl.)

Os nomes e adjetivos que não pertencem à classe alternante devem manter a vogal média fechada em todas as formas. (extremamente comum, no entanto, ouvir plurais como:

(ii)	[bõwsʷ]	'bolso'	(masc. pl.)
	[bõwsʷs]		(masc. pl.)

É comum, também, conseguir formas de feminino e de plural com as vogais médias abertas em respostas a testes com palavras inventadas. O que os fatos, mais uma vez, indicam, é que:

- a) esta também é uma área onde se cometem freqüentes erros (já que, aqui, mais uma vez, a filiação a uma classe tem que ser memorizada);
- b) os erros mais freqüentes são a favor da alternância de vogal acompanhando a formação do feminino ou do plural, o que mostra que a alternância fonológica está sendo usada significativamente para reforçar as noções gramaticais de "plural" e "feminino", que, na classe não alternante, devem ser expressas pelos morfemas de feminino e de plural, apenas. Este é um outro caso, portanto, de reestruturação na direção de uma maior complexidade morfológica, no português. Evidência semelhante pode ser também obtida a partir do exame das alternâncias vocálicas nas formas verbais, das quais não me ocuparei neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE-GNERRE, M.B.M., 1973a, Identidade de Representações Básicas e Fatores de Diferenciação Superficial no Componente Fonológico de Línguas Coqnatas.
Dissertação de mestrado, inédita. Campinas; UNICAMP.
- _____. 1973b, "Nasality in Portuguese: a critical consideration of a proposed analysis for nasal diphthongs". Inédito. Buffalo: State University of New York.
- _____. 1976, "O status teórico dos 'tempos' (velocidade) de pronúncia na Fonologia Gerativa Natural". in: Atas do I Encontro Nacional de Lingüística. Rio de Janeiro: Departamento de Letras/PUC.
- BRASINGTON, R.W.P., 1971, "Noun Pluralization in Brazilian Portuguese". in: Journal of Linguistics 7, 151-77.
- BRUCK, A., Fox, R.A. and LaGaly, M.W., 1974, Proceedings of the Parasession on Natural Phonology. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- CUNHA, Celso, 1970, Gramática do Português Contemporâneo. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alves S.A.
- D'OLIVEYRA, Fernão, 1536, Grammatica da Lingoagem Portuguesa. Lisboa.
- HENSEY, F., 1968, "Questões de Fonologia Gerativa: as regras de pluralização". in: Estudos Lingüísticos, 3, 1-10. São Paulo: Centro de Lingüística Aplicada.

- HOOPER, J.B., 1972, "Constraints on vowel insertion and deletion", *Comunicacao apresentada na 1.ª Summer meeting*, Chapel Hill, N.C.
- _____. 1973, Aspects of Natural Generative Phonology. Tese de doutoramento (UCLA). Ann Arbor: University Microfilms.
- _____. 1974, "On phonological Representations in the Lexicon". Inédito. Buffalo: State University of New York.
- _____. 1975, "The Archsegment in Natural Generative Phonology". in: Language 51 (3), 536-560.
- _____. 1976, An Introduction to Natural Generative Phonology, New York: Academic Press.
- HUDSON, G., 1975, Suppletion in the Representation of Alternations. Tese de doutoramento. Los Angeles: University of California.
- LEITE, Y., 1974, Portuguese Stress and Related Rules. Tese de doutoramento. Austin: University of Texas.
- N. St. CLAIR, R., 1971, "The Portuguese Plural Formation" in: Linguistics, an International Review, 68, 90-102. The Hague: Mouton
- RUDES, B., 1976, "Lexical Representations and Variable Rules in Natural Generative Phonology". in: Glossa 10, 1.
- SACIUK, B., 1970, "Some Basic Rules of Portuguese Phonology" in: J.M. Sadock and A.L. Vanek (orgs.) Studies Presented to Robert B. Lees by his Students. Champaign: Linguistic Research, Inc.

VENNEMANN, T., 1971a, "Natural Generative Phonology", comunicação apresentada no 1º encontro anual da Linguistic Society of America, St. Louis, Missouri.

_____. 1971b, "Vowel alternations in English, German and Gothic: remarks on realism in phonology". Journal of Phonetics 1, University of California. Los Angeles.

_____. 1972a, "Phonetic analogy and conceptual analogy". in: T. Vennemann and T. Wilbur, 1972 (orgs.), Schuchardt, the Neogrammarians and the Transformational Theory of Phonological Change. Frankfurt am Main: Athenäum Verlag.

_____. 1972b, "Phonological uniqueness in natural generative grammar", in: Glossa 6, 105-16.

_____. 1972c, "On the theory of syllabic phonology", in: Linguistische Berichte 18, 1-18.

_____. 1972d, "Rule inversion", in: Lingua 29, 209-42.

_____. 1973, "Phonological concreteness in natural generative grammar", in: R. Shuy and C. J. Bailey, 1973 (orgs.), Towards Tomorrow's Linguistics. Washington D.C.: Georgetown University Press.

_____. 1974, "Restructuring". in: Lingua 33.